



Comissão  
Europeia

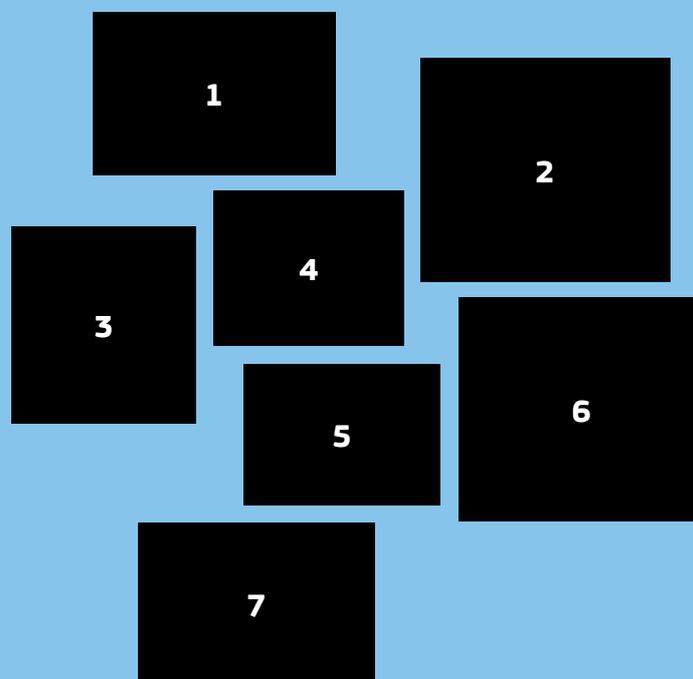
# A UE em



# 2023

RELATÓRIO GERAL SOBRE A ATIVIDADE  
DA UNIÃO EUROPEIA

## Na capa



1. Em 9 de maio de 2023, no Dia da Europa, Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia (à esquerda), deslocou-se a Kiev, Ucrânia, onde se reuniu com Volodymyr Zelenskyy, presidente do país (à direita).
2. Em 9 de agosto de 2023, Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia, deslocou-se a Liubiana, Eslovénia, para manifestar a sua solidariedade e testemunhar a destruição causada pelas inundações que atingiram o país.
3. Christine Lagarde, presidente do Banco Central Europeu (à esquerda), dá as boas-vindas a Roberta Metsola, presidente do Parlamento Europeu (à direita), na cerimónia de comemoração do 25.º aniversário do Banco Central Europeu. Frankfurt, Alemanha, 24 de maio de 2023. (© AFP)
4. (© Adobe Stock)
5. Charles Michel, presidente do Conselho Europeu, discursa ao presidir à sessão extraordinária do Conselho Europeu de 14 e 15 de dezembro de 2023, em Bruxelas, Bélgica. Nesta reunião, os dirigentes da UE reuniram-se para debater a situação no Médio Oriente, a continuação do apoio à Ucrânia face à guerra de agressão da Rússia, o orçamento de longo prazo da UE, o alargamento, a segurança e defesa e as relações externas.
6. Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia (segunda a partir da esquerda), Jens Stoltenberg, secretário-geral da NATO (terceiro a partir da esquerda) e Jonas Gahr Støre, primeiro-ministro da Noruega (à esquerda), visitam uma plataforma de extração de gás natural da empresa norueguesa Equinor localizada ao largo da costa ocidental da Noruega. 17 de março de 2023.
7. Muitos sobreviventes do terramoto na Turquia têm dificuldade em superar o trauma psicológico. Com a assistência da ajuda humanitária da UE, a UNICEF criou centros nas zonas afetadas onde as crianças e os seus cuidadores podem participar em sessões de apoio psicossocial. Estes centros oferecem às crianças um espaço seguro para aprender, brincar e recuperar a saúde. Agosto de 2023.

---

# A UE em 2023

## RELATÓRIO GERAL SOBRE A ATIVIDADE DA UNIÃO EUROPEIA

Publicado em conformidade com o disposto no artigo 249.º, n.º 2,  
do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia

---

**A versão interativa da presente publicação, com ligações a conteúdos em linha, está disponível em formato PDF e HTML: <http://europa.eu/general-report/pt>**



## **A UE em 2023 — Relatório Geral sobre a Atividade da União Europeia**

Comissão Europeia  
Direção-Geral da Comunicação  
Serviço editorial e medidas de sensibilização específicas  
1049 Bruxelas  
BÉLGICA

*A UE em 2023 — Relatório Geral sobre a Atividade da União Europeia* foi adotado pela Comissão Europeia em 7 de março de 2024 com a referência C(2024) 1633.

Print	ISBN 978-92-68-11611-1	ISSN 1608-7283	doi:10.2775/94688	NA-AD-24-001-PT-C
PDF	ISBN 978-92-68-11595-4	ISSN 1977-3536	doi:10.2775/025691	NA-AD-24-001-PT-N
HTML	ISBN 978-92-68-11604-3	ISSN 1977-3536	doi:10.2775/729871	NA-AD-24-001-PT-Q

A Comissão Europeia não é responsável, em caso algum, pelas eventuais consequências da reutilização desta publicação.

Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2024



© União Europeia, 2024

A política de reutilização da Comissão é estabelecida na Decisão 2011/833/UE da Comissão, de 12 de dezembro de 2011, relativa à reutilização de documentos da Comissão (JO L 330 de 14.12.2011, p. 39, ELI: <http://data.europa.eu/eli/dec/2011/833/oj>).

Salvo indicação em contrário, a reutilização do presente documento é autorizada ao abrigo da licença «Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0)» da Creative Commons (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>). Tal significa que a reutilização é autorizada desde que seja feita uma menção adequada da origem do documento e que sejam indicadas eventuais alterações.

Para qualquer utilização ou reprodução de elementos que não sejam propriedade da União Europeia, pode ser necessário obter autorização diretamente junto dos respetivos titulares dos direitos.

### CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

Todas as fotografias © União Europeia, salvo indicação em contrário.

# Prefácio



**Ursula von der Leyen**

Presidente da  
Comissão Europeia

O ano de 2023 foi importante — foi um ano em que a União Europeia continuou a responder às aspirações dos seus cidadãos e a encarar os desafios à medida que eles surgiram. Mantivemos o rumo nas seis prioridades que definimos no início do mandato e encontramos soluções audazes e ambiciosas para algumas das maiores provações enfrentadas pela Europa na sua história.

Desde a resposta à brutal guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia até à gestão da pior crise energética das últimas décadas, passando pelas respostas ao desenvolvimento extremamente veloz da inteligência artificial (IA) e ao agravamento da crise climática, arregaçámos as mangas e confrontámos desafios extraordinários. Demonstrámos que a nossa União está no seu melhor quando age com ousadia.

Pelo segundo ano consecutivo, a Europa defendeu a Ucrânia, com unidade, força e determinação, em todos os momentos. Preparámos o acolhimento de mais de quatro milhões de refugiados ucranianos na União Europeia e organizámos uma assistência financeira, humanitária e militar resoluta, que ascende a mais de 88 mil milhões de EUR até à data. Demonstrámos que estaremos ao lado da Ucrânia enquanto for preciso. Graças ao novo mecanismo para a Ucrânia, providenciaremos mais 50 mil milhões de EUR ao longo dos próximos quatro anos, para ajudar a prestar serviços básicos — manter as escolas abertas, pagar salários e pensões — enquanto o povo ucraniano continua a lutar contra o invasor. O ano de 2023 ficará gravado na memória dos Ucranianos como o ano em que os seus sonhos se aproximaram da realidade: em reconhecimento dos enormes progressos da Ucrânia e de

modo a dar resposta às aspirações do seu povo, a nossa União tomou a decisão histórica de encetar negociações de adesão com o país, com base na recomendação da Comissão.

Ao mesmo tempo, a nossa União progrediu na transformação da nossa economia. Em primeiro lugar, impulsionou a digitalização. O nosso Regulamento Circuitos Integrados já gerou mais de cem mil milhões de EUR de investimentos previstos, tanto públicos como privados, ao longo de toda a cadeia de valor. E, com o nosso Regulamento Inteligência Artificial, a Europa tornou-se o primeiro continente a dispor de regulamentação específica relativa à IA, centrada nas utilizações de alto risco. Mais do que um conjunto de regras, é uma alavanca que permite às nossas empresas liderar o caminho para uma IA de confiança.

A nossa União também avançou na transição para uma economia limpa. Criámos um quadro para alcançar uma redução de pelo menos 55 % das emissões de dióxido de carbono até ao final da presente década, mantendo assim a Europa no bom caminho para alcançar a neutralidade climática até 2050. Além disso, com o nosso Regulamento Indústria de Impacto Zero, estamos a reforçar a capacidade de produção de energia limpa da União Europeia, por forma a impulsionar a nossa competitividade e resiliência industriais. Ajudaremos as empresas europeias a concretizar a transição e simultaneamente manter a sua vantagem competitiva, de modo que a Europa continue a ser um destino privilegiado para investimentos que tragam empregos de qualidade estáveis e preparados para o futuro, com uma forte base industrial.

Para se adaptar ao fluxo das realidades geopolíticas, a Europa definiu a sua primeira estratégia de segurança económica. Damos igualmente passos concretos para aumentar a nossa resiliência ao reduzir as dependências e diminuir a exposição da nossa economia aos riscos. Assim garantiremos a nossa soberania, a nossa segurança e a nossa prosperidade em anos vindouros. Este objetivo é também apoiado pelo nosso plano de recuperação NextGenerationEU, no valor de mais de 800 mil milhões de EUR, que está a impulsionar as nossas economias com uma combinação de investimentos e reformas. O plano continuou a financiar centenas de projetos ecológicos e digitais na Europa, produzindo resultados tangíveis para os Europeus — de parques eólicos marítimos a comboios elétricos, de serviços públicos digitais de alto nível a hospitais de craveira mundial.

Olhando para o futuro, 2024 será um momento especial para o nosso continente, em que os Europeus irão às urnas para eleger uma nova geração de dirigentes. Será uma oportunidade para refletir sobre a forma como a democracia produz resultados para tornar as nossas sociedades mais justas, as nossas indústrias mais competitivas e as nossas economias mais resilientes. Estou confiante em que a nossa União continuará de cabeça erguida. Porque a Europa é sempre mais forte em tempos de grandes desafios.

Viva a Europa!

Ursula von der Leyen

# Índice



- 1.** A resposta da União Europeia à guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia — *8*
- 2.** Reforçar a economia e a competitividade da UE — *23*
- 3.** Criar uma Europa próspera e com impacto neutro no clima — *48*
- 4.** Assegurar energia segura, sustentável e a preços acessíveis para a Europa — *68*
- 5.** Uma Europa preparada para a era digital — *79*
- 6.** Construir uma Europa justa e social — *96*
- 7.** Proteger as pessoas e as liberdades — *113*
- 8.** Promover os interesses e valores europeus no mundo — *130*
- 9.** Evolução no plano institucional e reforço da democracia — *150*



# 1. A resposta da União Europeia à guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia

## Introdução

A guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia constitui uma ameaça à própria essência da democracia e recorda à comunidade mundial os perigos do autoritarismo. O apoio inabalável da União Europeia à Ucrânia é mais do que a solidariedade para com um país vizinho face a uma invasão ilegal e injustificada; reflete um compromisso comum com princípios democráticos e com a salvaguarda da ordem internacional assente em regras e da paz na Europa. Em 2023, a União Europeia continuou a prestar apoio à Ucrânia perante a guerra de agressão não provocada e injustificada da Rússia e a anexação ilegal de partes do território ucraniano. O presente capítulo mostra as várias

↑

Tropas russas tentaram interrogar Oksana sobre o neto, um soldado ucraniano. Após a sua retirada, a casa dela foi destruída por um tiro de artilharia. O financiamento humanitário da UE está a ajudar pessoas como Oksana fornecendo-lhes alimentos, água, artigos domésticos essenciais, cuidados de saúde, incluindo apoio psicológico e psicossocial, e abrigos de emergência. 21 de março de 2023.

formas como a União Europeia está ao lado da Ucrânia, que incluem a prestação de ajuda financeira, de proteção civil e de ajuda humanitária; a luta contra a desinformação; o acolhimento de refugiados ucranianos; a assistência e formação militares; o apoio à defesa e à reconstrução da Ucrânia; e a garantia de que a Rússia enfrenta consequências pelos seus crimes através de sanções e ações penais.

## Solidariedade para com a Ucrânia

### Assistência financeira e apoio militar

Até ao final de 2023, a União Europeia e os seus Estados-Membros tinham disponibilizado quase 85 mil milhões de EUR em assistência global à Ucrânia e ao seu povo desde o início da guerra de agressão da Rússia. Esse montante compreende nomeadamente 25 200 milhões de EUR de assistência macrofinanceira, incluindo um pacote de apoio de 18 mil milhões de EUR à Ucrânia em 2023 através do instrumento de Assistência Macrofinanceira +. A assistência macrofinanceira é um tipo de auxílio financeiro prestado pela União Europeia para ajudar países parceiros que enfrentem graves dificuldades financeiras a estabilizar as suas economias e realizar as reformas necessárias. Estes fundos estão a ajudar a Ucrânia a continuar a pagar salários e pensões; a manter em funcionamento os serviços públicos essenciais, como hospitais, escolas e casas para pessoas deslocadas; e a restabelecer as infraestruturas críticas. Estão também a ajudar o país a realizar reformas institucionais, como o combate à corrupção e as reformas judiciais.

A assistência militar combinada prestada à Ucrânia pela União Europeia e pelos seus Estados-Membros até agora ascende a mais de 27 mil milhões de EUR, incluindo 5 600 milhões de EUR atribuídos por via do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz. Nesta assistência incluem-se a aquisição conjunta e a entrega imediata de munições à Ucrânia, acordadas em março de 2023, com cerca de 313 600 munições e 3 315 mísseis entregues no final do ano. O Mecanismo Europeu de Apoio à Paz contribui igualmente para reforçar as capacidades das Forças Armadas ucranianas através da Missão de Assistência Militar da União Europeia de apoio à Ucrânia, com uma dotação de 362 milhões de EUR gerida pelo Conselho da União Europeia. A maior parte do resto da assistência militar à Ucrânia é prestada e financiada bilateralmente pelos Estados-Membros.

→  
Reunião da Comissão Europeia com o Governo ucraniano. Kiev, Ucrânia, 2 de fevereiro de 2023.



### Apoio militar

O Mecanismo Europeu de Apoio à Paz é um instrumento utilizado para financiar ações externas com implicações nos domínios militar ou da defesa. Permite igualmente prestar assistência a países parceiros em operações de manutenção da paz. É financiado pelos Estados-Membros.

O mecanismo tem desempenhado um papel central na prestação de apoio militar à Ucrânia. Desde o início da agressão militar não provocada e injustificada da Rússia contra a Ucrânia, a União Europeia adotou sete pacotes de apoio através deste instrumento. O apoio assume a forma de entregas de equipamento militar defensivo às Forças Armadas ucranianas, juntamente com a iniciativa em três vertentes relativa às munições para apoiar as Forças Armadas ucranianas, num montante total de 5 600 milhões de EUR.

Por meio deste mecanismo, a União Europeia está também a financiar a formação das Forças Armadas ucranianas através da Missão de Assistência Militar da União Europeia, sediada na Polónia e na Alemanha. Por conseguinte, pela primeira vez na sua história, a UE está a prestar formação militar a um país em guerra. No final de 2023, tinha dado formação a cerca de 39 000 soldados ucranianos.

Em resposta ao apelo urgente do Conselho no sentido de entregar munições à Ucrânia, a Comissão propôs, em maio de 2023, o Regulamento sobre o apoio à produção de munições. Adotado em julho, o regulamento visa reforçar a capacidade de resposta da indústria de defesa da União Europeia e a sua capacidade de assegurar o fornecimento atempado de munições e mísseis na Europa. A Comissão destinou 500 milhões de EUR a este objetivo, com recurso a subvenções a conceder em 2024 para melhorar e acelerar a produção (para mais informações sobre o reforço das capacidades de defesa da UE, ver capítulo 8.)

O montante total acima referido, de quase 85 mil milhões de EUR, inclui também 17 mil milhões de EUR disponibilizados aos Estados-Membros para acolher e apoiar refugiados. A União Europeia concede proteção temporária a quase 4,2 milhões de refugiados ucranianos que vivem atualmente na UE.

A União Europeia, juntamente com os seus Estados-Membros, também afetou cerca de três mil milhões de EUR à ajuda humanitária na Ucrânia. Deste valor, a Comissão disponibilizou diretamente cerca de 800 milhões de EUR (para mais pormenores, ver a secção «Ajuda humanitária e de proteção civil à Ucrânia»).



© AFP

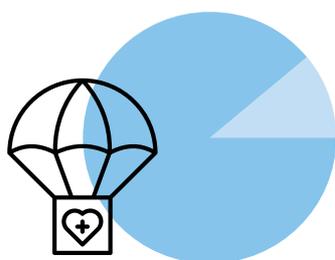
←

Volodymyr Zelenskyy, presidente da Ucrânia (em primeiro plano, à direita), e Josep Borrell, alto representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e vice-presidente da Comissão Europeia responsável por Uma Europa mais Forte no Mundo (em primeiro plano, à esquerda), antes de uma mesa-redonda no Conselho Europeu Extraordinário. Bruxelas, Bélgica, 9 de fevereiro de 2023.

Em junho, foi concedido à Ucrânia acesso ao programa da União Europeia de financiamento de infraestruturas, o Mecanismo Interligar a Europa. Ou seja, a Ucrânia pode agora candidatar-se a financiamento da União Europeia para projetos de infraestruturas que melhorem as suas ligações energéticas, de transporte e digitais com a UE. Em 2023, registou-se igualmente a decisão histórica da União Europeia de encetar negociações de

adesão com a Ucrânia, reconhecendo os esforços significativos que este país fez para se alinhar pelas normas da UE (ver capítulo 8).

Por último, a União Europeia apoiou também os vizinhos da Ucrânia ao longo do ano, em especial a Moldávia, que recebeu 58 milhões de EUR de ajuda humanitária, um aumento da assistência macrofinanceira e acesso ao programa da UE para o financiamento de infraestruturas.



**89 %** das pessoas na UE são de opinião de que a UE deve continuar a prestar apoio humanitário às pessoas afetadas pela guerra na Ucrânia.



**85 %** das pessoas na UE creem que a invasão da Ucrânia pela Rússia mostra que a UE tem de garantir a sua própria segurança energética e económica.



**79 %** das pessoas na UE acreditam que a invasão da Ucrânia pela Rússia mostra que a UE tem de reforçar a cooperação militar entre Estados-Membros.



**77 %** das pessoas na UE entendem que as autoridades russas devem ser responsabilizadas pela atual situação na Ucrânia.



**71 %** das pessoas na UE concordam que a UE deve continuar a dar provas de solidariedade para com a Ucrânia.

Fontes: Eurobarómetro Flash n.º 533, setembro de 2023; Eurobarómetro Standard n.º 100, dezembro de 2023.

## Sanções da União Europeia

Além da ajuda financeira e de outras formas de apoio concreto à Ucrânia e ao seu povo, a União Europeia impôs sanções de grande alcance e sem precedentes à Rússia em resposta à sua guerra de agressão contra a Ucrânia.

As sanções são um dos instrumentos da União Europeia para responder a esta guerra injusta e ilegal, com o objetivo de enfraquecer a capacidade económica da Rússia e limitar-lhe a capacidade de

financiar a sua guerra de agressão. Neste sentido, as sanções cumprem o principal objetivo da União Europeia, que consiste em continuar a trabalhar em prol de uma paz justa e duradoura. Desde 23 de fevereiro de 2022, a União Europeia impôs um total de 12 pacotes de sanções contra a Rússia. As sanções visam não só pessoas e entidades específicas, mas também os setores financeiro, industrial, dos transportes e da energia.

Em fevereiro e junho de 2023, a União Europeia adotou os seus 10.º e 11.º pacotes de sanções contra a Rússia, que acrescentaram 225 pessoas e entidades à lista de sanções da União Europeia. As medidas adicionais incluíram novas proibições de exportação de produtos tecnológicos e industriais críticos para a Rússia, em particular de tecnologias com potenciais aplicações militares. Além disso, estes pacotes visaram mais fontes de desinformação russas, alargaram a lista de importações proibidas a partir do país e introduziram medidas para evitar que estas sanções sejam contornadas, incluindo esforços para uma maior cooperação com os países terceiros fundamentais, com o fito de melhor monitorizar, controlar e bloquear as reexportações.

O 12.º pacote de sanções, o mais recente, foi adotado em 18 de dezembro e acrescentou mais 140 pessoas e empresas à lista de sanções. Estabeleceram-se ainda novas proibições de importação e exportação, como a proibição da exportação de diamantes russos para a União Europeia, que serão aplicadas em estreita cooperação com os parceiros do G7. Além disso, o pacote reforçou a aplicação do limite máximo do preço do petróleo ao introduzir novas medidas para melhor monitorizar como os navios-tanque estão a ser utilizados para contornar este limite. O pacote incluiu também obrigações mais rigorosas em matéria de deteção de bens e medidas severas contra empresas de países terceiros que contornem as sanções.

Juntamente com os seus parceiros, a União Europeia chegou a acordo relativamente a uma lista prioritária de bens utilizados no campo de batalha que devem ser objeto de sanções. As empresas devem aplicar o dever de diligência a estes bens e os países terceiros não os devem exportar para a Rússia. Além disso, a União Europeia identificou bens de importância crítica em termos económicos que registam fluxos comerciais anómalos. Estes bens foram rastreados a caminho da Rússia através de determinados países terceiros.

As medidas de congelamento de bens são um dos tipos de sanções mais visíveis e politicamente mais importantes. Ao todo, quase 1 950 entidades e pessoas estão atualmente sujeitas a medidas restritivas e foram congelados mais de 28 mil milhões de EUR de ativos pertencentes a oligarcas e empresas russos e bielorrussos. Os Estados-Membros comunicaram a existência de mais de 200 mil milhões de EUR de ativos do banco central russo na União Europeia.

A própria guerra e as medidas restritivas estão a pôr a economia russa sob uma pressão considerável, uma vez que contribuem para o rápido crescimento das despesas, para a depreciação do rublo, para

o aumento da inflação e para restrições da oferta no mercado de trabalho, refletindo uma perda de trabalhadores. O rublo perdeu cerca de 40 % do seu valor máximo, registado no verão de 2022, o que obrigou o banco central russo a aumentar as suas taxas de juro de 8 % para 16 % e a reforçar os controlos de capitais. As receitas orçamentais provenientes do petróleo e do gás caíram 40 % em 2023, graças ao limite máximo do preço do petróleo acordado com os parceiros do G7. Este efeito só se intensificará com o passar do tempo, uma vez que as medidas foram concebidas para ter um impacto a longo prazo no orçamento da Rússia e na sua base industrial e tecnológica.

Também estão a ser impostas sanções à aliada da Rússia, a Bielorrússia. Em 3 de agosto de 2023, o Conselho adotou um sétimo pacote de sanções em resposta às violações dos direitos humanos e à repressão da sociedade civil na Bielorrússia. A União Europeia não está a impor sanções abrangentes a todo o país, mas sim a setores estratégicos da economia bielorrussa, como o tráfico de armas, o comércio de tecnologias com potencial utilização militar e o comércio de bens utilizados nas indústrias da aviação e do espaço.

## Luta contra a desinformação

Com os seus órgãos de informação estatais e canais associados, a Rússia divulga informações deturpadas e propaganda de guerra, numa tentativa de racionalizar as suas ações agressivas contra a Ucrânia e transferir a culpa para a Ucrânia e o Ocidente. Para a contrariar, a União Europeia apoia a aproximação da Ucrânia aos parceiros mundiais, inclusivamente em fóruns e debates internacionais. A UE atua a muitos níveis para chegar ao maior número possível de pessoas, apoiando as instituições governamentais, a sociedade civil, as organizações dos meios de comunicação social e as plataformas em linha, em conformidade com o [Código de Conduta sobre Desinformação](#) atualizado.

No âmbito das sanções contra a Rússia, a União Europeia suspendeu as atividades de radiodifusão de diversos canais de desinformação estatais russos e pró-Kremlin. De um modo mais geral, o ano de 2023 marcou uma mudança radical na luta contra a desinformação na UE. Com a entrada em vigor do [Regulamento Serviços Digitais](#), os fornecedores de plataformas em linha de muito grande dimensão e de motores de pesquisa em linha de muito grande dimensão têm de avaliar regularmente quaisquer potenciais riscos sociais promovidos pelos seus serviços. Entre eles incluem-se ameaças à liberdade de expressão e o risco de os seus serviços serem utilizados para campanhas de desinformação.

Em julho, a Comissão [lançou um convite à apresentação de propostas](#), no valor de 1,2 milhões de EUR, para projetos que possam decifrar a forma como as narrativas de desinformação sobre a guerra da Rússia contra a Ucrânia, as eleições e a comunidade LGBTIQ surgem em linha e fora de linha, bem como a forma de as combater quando surgem. Estes projetos farão parte dos esforços mais abrangentes para combater a desinformação, como a plataforma [EUvsDisinfo](#) e o [Sistema de Alerta Rápido](#).

Em 2023, prosseguiram as comunicações e as campanhas específicas nas redes sociais destinadas

a desmistificar a desinformação russa sobre as sanções e a segurança alimentar e energética. Por último, a fim de garantir que as pessoas deslocadas da Ucrânia estão cientes dos seus direitos, a Comissão realizou uma campanha de sensibilização sobre a importância de utilizar fontes de informação oficiais.

## Ajuda humanitária e de proteção civil à Ucrânia

[A proteção civil e o financiamento humanitário da União Europeia ajudam as pessoas no interior da Ucrânia](#) com recurso a várias formas de apoio. Ao todo, esta ajuda ascende a cerca de 1 600 milhões de EUR (cerca de 800 milhões de EUR respeitantes a ajuda humanitária e os restantes 800 milhões de EUR a ofertas em espécie de proteção civil). O auxílio humanitário inclui o fornecimento de alimentos, água, artigos domésticos essenciais, cuidados de saúde, apoio psicológico e psicossocial, e abrigos de emergência. Parte do apoio da União Europeia à Ucrânia consiste em ajudar os jovens ucranianos a continuar a sua formação e na prestação de assistência em dinheiro para ajudar a cobrir necessidades básicas. A UE coordena a sua ajuda humanitária e a ajuda ao desenvolvimento através de uma [abordagem de correlação](#), que assegura não só a resposta às necessidades imediatas como também a sustentabilidade a longo prazo.

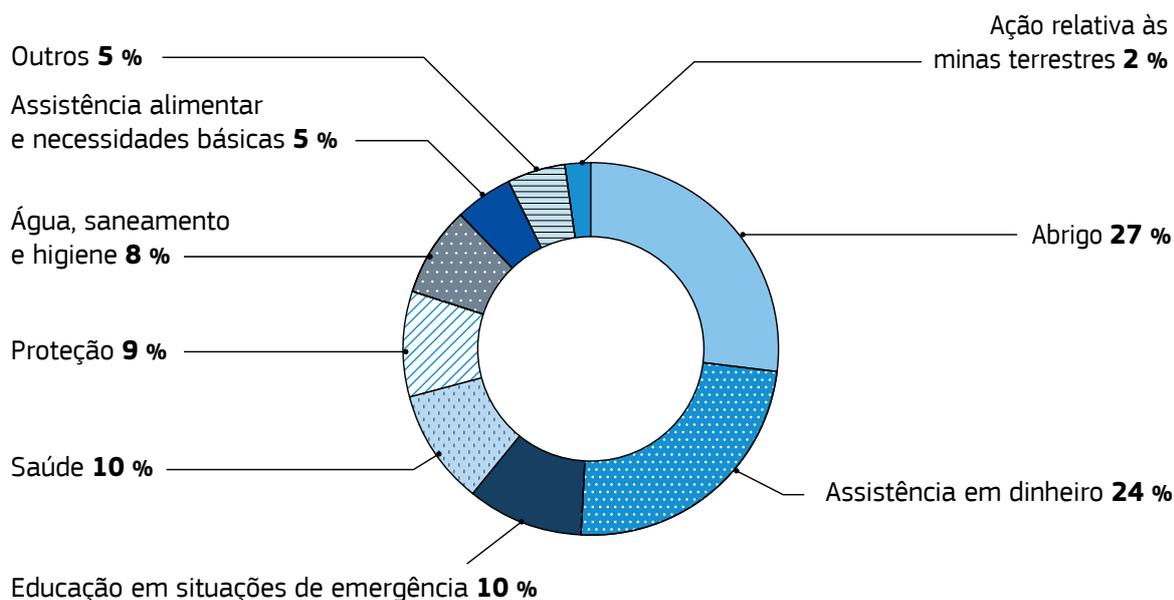
O apoio psicossocial é proporcionado às pessoas deslocadas nos Estados-Membros pelo programa [EU4Health](#) e, em grande parte, com a colaboração da Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho. Além disso, a União Europeia está a coordenar as evacuações médicas de doentes ucranianos com necessidade urgente de tratamento, transferindo-os para hospitais de toda a Europa para receberem cuidados especializados. Entre março de 2022 e 19 de dezembro de 2023, quase 3 000 doentes que necessitavam de evacuação médica foram transferidos com êxito para 22 Estados-Membros ou países do Espaço Económico Europeu.



←

**PODCAST:** Ouça ou leia este artigo publicado pelo EUvsDisinfo sobre a forma como a Rússia distorce a verdade.

## Financiamento humanitário da UE à Ucrânia em 2023, por setor



Através do seu Centro de Coordenação de Resposta de Emergência, a União Europeia está a coordenar a sua maior operação de proteção civil de sempre, de molde a prestar ajuda de emergência às pessoas necessitadas (ver capítulo 8).

Os 27 Estados-Membros, juntamente com a Islândia, a Macedónia do Norte, a Noruega, a Sérvia e a Turquia, ofereceram assistência em espécie através do Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia, desde material médico e de abrigo e veículos até equipamento energético e de combate a incêndios. Para canalizar este material de emergência para a Ucrânia, a União Europeia abriu novos centros logísticos na Polónia, na Roménia e na Eslováquia. No final de 2023, tinham sido entregues à Ucrânia quase 100 000 toneladas deste género de assistência.

→

A Rússia está a atacar as infraestruturas energéticas da Ucrânia. A UE doou mais de 5 500 geradores de eletricidade e mais de 6 milhões de equipamentos elétricos para garantir o abastecimento elétrico dos serviços ucranianos e o aquecimento num período de temperaturas inverniais glaciais. Este transformador, no valor de mais de 2 milhões de EUR, foi oferecido pela Litgrid, uma operadora elétrica lituana, e faz parte da maior operação logística coordenada no âmbito do Mecanismo de Proteção Civil da UE. 24 de janeiro de 2023.



A União Europeia mobilizou igualmente assistência a partir das suas existências da [rescEU](#). A rescEU é uma reserva de capacidades europeias, integralmente financiada pela União Europeia; inclui uma frota de aviões e helicópteros de combate a incêndios, aviões de evacuação médica e uma reserva de artigos médicos e hospitais de campanha para dar resposta a emergências. A União Europeia mobilizou para a Ucrânia geradores de

energia, equipamento médico e unidades de abrigo temporário. Além disso, foram enviadas estações de tratamento de águas em resposta à [destruição da barragem de Nova Kakhovka](#) e foi fornecido equipamento especializado — descontaminantes, fatos de proteção e comprimidos de iodo — em resposta a riscos para a saúde pública, como ameaças químicas, biológicas, radiológicas e nucleares.



Para ajudar as crianças ucranianas a regressar à escola, a União Europeia lançou a campanha [«Autocarros escolares para a Ucrânia»](#) em dezembro de 2022. Consequentemente, a UE e os seus Estados-Membros enviaram mais de 380 autocarros para a Ucrânia.



Um autocarro doado pela cidade do Luxemburgo a sair do centro logístico do Mecanismo de Proteção Civil da UE. Suceava, Roménia, julho de 2023.

## Acolhimento das pessoas que fogem da guerra

A guerra de agressão não provocada e injustificada da Rússia contra a Ucrânia provocou a maior deslocação forçada de pessoas na Europa desde a Segunda Guerra Mundial. Para proteger os direitos das pessoas que fogem da Ucrânia para a União Europeia, a UE introduziu rapidamente a [Diretiva Proteção Temporária](#). Até ao fim de 2023, quase 4,2 milhões de pessoas da Ucrânia beneficiavam de

direito de residência, habitação, cuidados de saúde, educação e trabalho na União Europeia. Em outubro, esta proteção temporária foi [prorrogada](#) até março de 2025. A [plataforma de solidariedade](#) ajudou os Estados-Membros a coordenar o acolhimento de [refugiados da Ucrânia](#) e continua a contribuir para a aplicação da diretiva.

4 de março de 2022 pôs em prática medidas de **proteção temporária** para ajudar as pessoas em fuga da guerra

14 de junho de 2022 apresentou orientações para facilitar o acesso a **empregos, formação e ensino de adultos** na UE



6 de abril de 2022 publicou uma recomendação sobre o **reconhecimento rápido, justo e flexível das qualificações**



6 de julho de 2022 apresentou orientações no âmbito da iniciativa «Casas Seguras» para **apoiar as entidades de acolhimento e as pessoas acolhidas**

10 de outubro de 2022 lançou a **iniciativa-piloto de reserva de talentos da UE**, um instrumento em linha para auxiliar as pessoas a procurar emprego na UE



4 de março de 2023 ofereceu **proteção a 4 milhões de pessoas** na UE, incluindo mais de **700 000 estudantes**



## Para proteger a população da Ucrânia, a UE:

Outra forma importante de a União Europeia acolher as pessoas que fogem da guerra é a garantia de uma integração rápida e eficaz no mercado de trabalho. As medidas adotadas no âmbito da política de coesão em 2022, como a [Ação de Coesão a favor dos Refugiados na Europa](#) e os pacotes de [Assistência Flexível aos Territórios](#), introduziram a flexibilidade necessária nas regras de financiamento da política de coesão para garantir que os Estados-Membros podiam utilizar este financiamento com o fim de acolher refugiados da Ucrânia. Em 2023, estas medidas continuaram a permitir a alocação de financiamento a programas gerais de integração social, cuidados de saúde, alimentação, assistência básica e orientação para o mercado de trabalho. Neste último domínio incluem-se cursos de línguas, educação, serviços sociais e estruturas de acolhimento de crianças. O emprego ajuda as pessoas a reconstruir a sua vida, a desenvolver as suas competências e a contribuir para as comunidades de acolhimento, e, a prazo, apoiará a reconstrução na Ucrânia.

## Trabalham atualmente na União Europeia mais de 1,5 milhões de ucranianos.

Fonte: inquérito da Rede Europeia dos Serviços Públicos de Emprego.

A União Europeia está a ajudar os ucranianos a integrarem-se no mercado de trabalho ao permitir a rápida validação de competências e o reconhecimento das qualificações profissionais e académicas. Criou a [iniciativa-piloto de reserva de talentos da UE](#), uma ferramenta em linha de procura de emprego que faz a correspondência entre pessoas que fugiram da guerra na Ucrânia e empregos e ofertas de emprego adequados. Além disso, no âmbito nacional, os serviços públicos de emprego dos Estados-Membros ligam os candidatos a emprego aos empregadores. Em julho, a Rede Europeia de Serviços

Públicos de Emprego adotou orientações comuns para continuar a apoiar a integração no mercado de trabalho.

A União Europeia está igualmente empenhada em garantir o acesso a uma educação de elevada qualidade às crianças ucranianas deslocadas. A UE mobilizou vários instrumentos para o efeito, sobretudo no contexto do [quadro estratégico do Espaço Europeu da Educação](#), nomeadamente orientações políticas em matéria de aprendizagem entre pares, plataformas em linha e financiamento. O programa de financiamento [Erasmus+](#) está também a ser utilizado para apoiar a formação dos estudantes refugiados. O ensino superior é ainda apoiado através do programa de bolsas [MSCA4Ukraine](#): graças ao financiamento e à ajuda proporcionados por esta iniciativa, até ao final de 2023 124 investigadores ucranianos puderam prosseguir o seu trabalho na União Europeia e em vários países terceiros que fazem parte do programa Horizonte Europa.

A Comissão lançou ainda [três novas iniciativas](#) destinadas a promover a cooperação da União Europeia com a Ucrânia em matéria de investigação e inovação: o [novo gabinete do Horizonte Europa em Kiev](#); a [nova iniciativa do Conselho Europeu da Inovação para apoiar a comunidade ucraniana de tecnologias profundas](#); e um [novo polo da comunidade do Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#).

Por último, a União Europeia sabe o que é o valor da expressão cultural para ajudar as pessoas a processar acontecimentos traumáticos e a criar um sentimento de comunidade e de compreensão mútua. Em 2022, o programa Europa Criativa da União Europeia [lançou um convite à apresentação de projetos](#) para apoiar artistas e organizações culturais fora da Ucrânia. Em maio de 2023, os [vencedores](#) foram anunciados: os consórcios ZMINA, Culture Helps e U-RE-HERIT apoiarão artistas ucranianos e contribuirão para a reconstrução do património cultural do país.

## Integração no mercado único e noutros acordos

Em abril de 2023, a Ucrânia aderiu ao Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia enquanto Estado participante. Em agosto, embora ainda decorra o processo de adesão formal ao mecanismo, a Ucrânia contribuiu com 51 elementos de primeira intervenção e 19 veículos para apoiar os esforços de salvamento na Eslovénia, na sequência de inundações devastadoras. Enquanto Estado plenamente participante, a Ucrânia poderá enviar ajuda através do mecanismo, juntamente com outros membros, quando outro país enfrentar uma crise e, deste modo, oferecer a mesma solidariedade que recebeu. Assinala-se assim também um passo importante no sentido da integração da Ucrânia na União Europeia e alarga-se a vizinhança oriental do Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia.



↑  
Da esquerda para a direita: Ihor Klymenko, ministro ucraniano dos Assuntos Internos, Olha Stefanishyna, vice-primeira-ministra da Integração Europeia e Euro-Atlântica da Ucrânia, e Janez Lenarčič, comissário europeu da Gestão de Crises, na assinatura do acordo que concede à Ucrânia plena adesão ao Mecanismo de Proteção Civil da UE. Kiev, Ucrânia, 20 de abril de 2023.

A Ucrânia integrou-se ainda mais no mercado único da União Europeia com a adesão ao Programa a favor do Mercado Único e a assinatura de um acordo de associação numa reunião entre os comissários europeus e o Governo ucraniano em Kiev, em 2 de fevereiro de 2023. Este acordo permite às pequenas e médias empresas da Ucrânia beneficiar de convites à apresentação de propostas específicas, que podem resultar em financiamentos, e participar em iniciativas como o Erasmus para Jovens Empresários e a Rede Europeia de Empresas.

Foram lançados dois convites à apresentação de propostas, com um orçamento total de 7,5 milhões de EUR, especificamente destinados a apoiar a integração das pequenas e médias empresas ucranianas no mercado único. Além disso, avançaram rapidamente os trabalhos nas negociações para um acordo com a Ucrânia sobre a Avaliação da Conformidade e a Aceitação de Produtos Industriais. Uma vez em vigor, este acordo promoverá a integração económica, ajudando assim a economia e as empresas ucranianas na sua recuperação.



Descubra como o Erasmus para Jovens Empreendedores está a apoiar os empreendedores ucranianos.



Veja como a UE e a Rede Europeia de Empresas apoiam a Ucrânia.



A Ucrânia também beneficia de outra importante característica do mercado único. Em abril de 2022, a União Europeia colaborou com os operadores móveis europeus e ucranianos para oferecer serviços de itinerância a preços acessíveis ou gratuitos entre as duas regiões. Este acordo, renovado em julho de 2023 por mais um ano, ajuda as pessoas deslocadas da Ucrânia a manter contactos transfronteiriços, com os operadores a reduzirem ainda mais os custos de ligação.



Ao mesmo tempo, a Comissão está a trabalhar na integração deste acordo de itinerância no Acordo de Associação UE-Ucrânia. Uma vez concluída essa integração, ficará assegurada a utilização sem custos das comunicações móveis tanto para os visitantes ucranianos na União Europeia como para os viajantes da União Europeia na Ucrânia. O ritmo de integração da Ucrânia no mercado de itinerância da União Europeia dependerá da sua adoção e execução da legislação pertinente da UE.

## Segurança alimentar

A Rússia está a agravar a crise mundial de segurança alimentar ao bloquear deliberadamente as exportações de cereais através do mar Negro, ao visar silos de cereais e infraestruturas agrícolas na Ucrânia e ao limitar a exportação de produtos agrícolas e fertilizantes.



↑  
Descarga de cereais ucranianos de um batelão no rio Danúbio. Moldávia, 12 de dezembro de 2022.

Em 2022, a União Europeia, os seus Estados-Membros, a Ucrânia e a Moldávia criaram corredores solidários UE-Ucrânia para distribuir os cereais retidos na Ucrânia ao resto do mundo. Estas rotas alternativas, que abrangem caminhos de ferro, estradas e vias navegáveis, facilitam as exportações da Ucrânia e as importações vitais, como a ajuda humanitária e os fertilizantes.

### Corredores Solidários: um papel crucial na segurança alimentar mundial

Ao todo, em 2022 e 2023, os corredores solidários permitiram à Ucrânia:

- exportar mais de 65 milhões de toneladas de produtos agrícolas, incluindo quase 61 milhões de toneladas de cereais, oleaginosas e produtos conexos, incluindo para os países mais afetados pela escassez alimentar;
- exportar mais de 51 milhões de toneladas de produtos não agrícolas da Ucrânia, como minérios, ferro, aço e madeira;
- gerar cerca de 44 mil milhões de EUR para os agricultores e as empresas da Ucrânia;
- importar mais de 43 milhões de toneladas de bens essenciais (com um valor de 88 mil milhões de EUR), como os combustíveis.

Em junho de 2023, a União Europeia anunciou que iria investir 250 milhões de EUR em nove projetos transfronteiriços para melhorar as ligações entre a Ucrânia, a Moldávia e os seus vizinhos da União Europeia: a Hungria, a Polónia, a Roménia e a Eslováquia. Os projetos incluem estudos e obras nas passagens de fronteiras ferroviárias e rodoviárias, com o objetivo de alargar e modernizar as infraestruturas e melhorar os parques de estacionamento, bem como as instalações e o equipamento de transbordo.

Por último, em 2023 foi criada uma Plataforma de Coordenação Conjunta para melhorar o fluxo de trocas comerciais entre a União Europeia e a Ucrânia. Os esforços da plataforma intensificaram-se na sequência do cancelamento, pela Rússia, da Iniciativa dos Cereais do Mar Negro em 17 de julho, que resultou no termo efetivo das exportações de cereais através da rota do mar Negro.

## Apoio aos Estados-Membros

Os efeitos da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia fazem-se sentir para lá das fronteiras da Ucrânia. Enquanto vizinhos da Ucrânia, os Estados-Membros também estão a ser afetados, em especial nos domínios dos mercados da energia e dos produtos alimentares (para mais informações sobre como a União Europeia enfrenta a crise energética, ver capítulo 4).

Em 2023, a União Europeia autorizou 487 mil milhões de EUR de auxílios estatais no contexto da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia.

O Quadro Temporário de Crise e Transição, aplicável desde 9 de março de 2023, é um dos instrumentos que os Estados-Membros podem utilizar para atenuar os efeitos da guerra nas suas economias.

Além disso, após a suspensão dos programas de cooperação com a Rússia e a sua aliada, a Bielorrússia, a União Europeia transferiu, em 2023, um montante adicional de 135 milhões de EUR inicialmente previsto para projetos com aqueles dois países para outros programas que reforçarão a cooperação entre os Estados-Membros e a Ucrânia e a Moldávia.

Ao longo do ano, a União Europeia assegurou igualmente que todas as regiões da Estónia, da Letónia, da Lituânia, da Polónia e da Finlândia que deveriam participar em programas de cooperação com a Rússia e a Bielorrússia podiam participar noutros programas de cooperação inter-regional existentes.

### O quadro temporário de crise e transição dá aos Estados-Membros a flexibilidade de que necessitam para:



conceder montantes limitados de auxílio às empresas afetadas pela crise atual ou pelas sanções e contramedidas relacionadas com a crise;



assegurar a disponibilidade de liquidez suficiente para as empresas;



compensar as empresas pelos custos adicionais suportados devido aos preços excepcionalmente elevados do gás e da eletricidade.



Colheita do trigo na região de Donetsk, Ucrânia, 4 de agosto de 2023.

## Apoio aos agricultores da União Europeia

Dada a importância da Rússia e da Ucrânia para o abastecimento mundial de cereais e oleaginosas, a guerra em curso da Rússia contra a Ucrânia criou grande incerteza e volatilidade nestes mercados.

Uma vez que as rotas de exportação habituais da Ucrânia pelos portos do mar Negro foram bloqueadas ou fortemente restringidas, as exportações não têm chegado aos seus destinos de forma tão eficaz como antes. Em vez disso, os cereais e as oleaginosas da Ucrânia têm vindo a ser cada vez mais encontrados nos mercados dos Estados-Membros vizinhos da Ucrânia, criando estrangulamentos logísticos.

Em 2023, a União Europeia introduziu dois pacotes de apoio e uma proibição temporária da importação de trigo, milho, colza e girassol da Ucrânia para a Bulgária, a Hungria, a Polónia, a Roménia e a Eslováquia, ao abrigo do [Regulamento Medidas Comerciais Autónomas para a Ucrânia](#). Estes pacotes contribuíram para atenuar os estrangulamentos logísticos e dar resposta às preocupações dos agricultores nos Estados-Membros afetados, permitindo simultaneamente à União Europeia prosseguir o seu apoio económico à Ucrânia sob

a forma de direitos aduaneiros nulos sobre todas as importações ucranianas.

No total, foram disponibilizados mais de 156,3 milhões de EUR da reserva agrícola da política agrícola comum para apoiar os agricultores mais afetados nos cinco Estados-Membros vizinhos da Ucrânia. Os Estados-Membros em causa foram igualmente autorizados a utilizar meios nacionais de apoio para conceder compensação adicional, se necessário, por meio de um complemento ou de um auxílio estatal específico. Além disso, num [terceiro pacote de apoio](#), a Comissão mobilizou um financiamento adicional de 330 milhões de EUR a atribuir aos agricultores da União Europeia noutros Estados-Membros afetados pelos elevados custos dos fatores de produção e por problemas específicos causados pela guerra de agressão russa. O [Mecanismo Europeu de Preparação e Resposta a Crises de Segurança Alimentar](#), recentemente criado, permitiu a rápida mobilização de conhecimentos especializados e chamou a atenção das partes interessadas públicas e privadas para problemas e estrangulamentos numa fase precoce. Os resultados dos debates entre estas partes interessadas contribuíram diretamente para as respostas da União Europeia.

## Investigação e instauração de ações penais por crimes de guerra

Desde o início da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, as autoridades russas têm continuamente violado os direitos humanos internacionais, com numerosos relatos de crimes de guerra e ataques a civis. Até ao final de 2023, a Ucrânia e 16 Estados-Membros tinham lançado investigações sobre os crimes internacionais cometidos pela Rússia na Ucrânia.

Seis dias após o início da guerra, a [Agência da União Europeia para a Cooperação Judiciária Penal](#) (Eurojust) ajudou a criar uma [equipa de investigação conjunta](#) com o objetivo de recolher provas e investigar crimes de guerra e crimes contra a humanidade. Atualmente, a equipa é composta pela Ucrânia, por seis Estados-Membros, pelo

Tribunal Penal Internacional e pela Agência da União Europeia para a Cooperação Policial.

Devido à complexidade da recolha de provas de crimes internacionais (por exemplo, reunir testemunhos de pessoas em vários países), a Eurojust criou também, em 2023, uma base de dados para conservar e armazenar provas destes crimes ([base de dados de provas de crimes internacionais fundamentais](#)). A Eurojust disponibilizará os seus conhecimentos especializados a esta base de dados fazendo a análise dos elementos de prova e fornecerá orientações práticas às autoridades judiciais nacionais para a identificação de elementos de prova localizados noutros países que possam ser relevantes para as suas próprias investigações.



A Eurojust também acolhe o Centro Internacional de Ação Penal pelo Crime de Agressão contra a Ucrânia, recentemente estabelecido. Aberto desde julho de 2023, o centro é composto por procuradores nacionais independentes dos membros da equipa de investigação conjunta e por seis procuradores ucranianos, e foi criado para preparar e contribuir para qualquer futura ação penal contra o crime de agressão da Rússia contra a Ucrânia. Um crime de agressão ocorre quando dirigentes políticos e militares de alto nível planeiam, iniciam ou realizam atos de agressão em grande escala com recurso à força militar do Estado. É a primeira vez na história que um crime deste tipo é investigado à medida que se desenrola.

Neste centro, os procuradores podem trabalhar em conjunto no mesmo local, o que lhes permite trocar rapidamente elementos de prova e chegar a acordo sobre a forma de executar a sua estratégia de investigação e ação penal. A base de dados de provas de crimes internacionais fundamentais será fundamental para o seu trabalho e as provas recolhidas pelo centro podem ser utilizadas junto de outras jurisdições, incluindo tribunais nacionais e internacionais.

↑

Lançamento do Centro Internacional de Ação Penal pelo Crime de Agressão contra a Ucrânia. Ao fundo, da esquerda para a direita: Kenneth Polite, procurador-geral assistente da Divisão Penal dos EUA; Andriy Kostin, procurador-geral da Ucrânia; Dilan Yeşilgöz-Zegerius, ministro neerlandês da Justiça e da Segurança; Ladislav Hamran, presidente da Eurojust; Didier Reynders, comissário europeu da Justiça; e Karim Asad Ahmad Khan, procurador do Tribunal Penal Internacional. Haia, Países Baixos, 3 de julho de 2023.

Graças ao seu grupo de missão «Congelar e Aprender», a Eurojust está também a assegurar a correta aplicação das sanções da União Europeia. O grupo de missão investiga possíveis ligações entre atividades criminosas e indivíduos e empresas russos e bielorrussos. O grupo está também a analisar de que forma medidas de direito penal como o confisco de bens podem contribuir para a reconstrução da Ucrânia.

## Apoio da Eurojust à justiça para a Ucrânia



## Reconstrução da Ucrânia

A União Europeia está empenhada em assegurar que a Rússia pague os danos causados na Ucrânia. Como tal, está a considerar opções para apoiar a reconstrução da Ucrânia — em conformidade com o direito da União Europeia e o direito internacional — com as receitas extraordinárias geradas pela gestão das reservas do banco central russo que estão atualmente congeladas na União Europeia devido a sanções. Para o efeito, em dezembro a Comissão adotou propostas sobre o congelamento de receitas extraordinárias provenientes de ativos do banco central russo.

A União Europeia está também a coordenar a reconstrução da Ucrânia com os seus parceiros internacionais. A União Europeia, a Ucrânia e os parceiros do G7 lançaram a [Plataforma Multiagências de Coordenação de Doadores do G7](#) em janeiro de 2023. Esta plataforma desempenha um papel fundamental na coordenação do apoio às necessidades imediatas de financiamento da Ucrânia e à sua futura recuperação económica e reconstrução usando várias fontes e instrumentos de financiamento estabelecidos.

Durante a visita do Colégio de Comissários à Ucrânia, em fevereiro, a União Europeia anunciou um pacote de ajuda no valor de mil milhões de EUR para os esforços de reconstrução, como parte do seu pacote global de assistência ao país. Os comissários e o Governo ucraniano debateram também a forma

como a União Europeia poderia ajudar a Ucrânia a reconstruir as suas cidades de forma sustentável e inclusiva. A iniciativa [Phoenix](#) (Projeto de orientação holística para novas infraestruturas ambientais nas cidades ucranianas) foi lançada em março. Esta iniciativa permitirá às cidades ucranianas o acesso a tecnologias de ponta e a conhecimentos especializados da comunidade do [Novo Bauhaus Europeu](#). Irá também criar ligações entre cidades ucranianas e cidades semelhantes na União Europeia para trocar conhecimentos e boas práticas sobre a forma de construir cidades com impacto neutro no clima e mais eficientes do ponto de vista energético. Combinará financiamento da [Missão Cidades com Impacto Neutro no Clima e Inteligentes do Horizonte Europa](#) e do [programa LIFE](#), com a mobilização imediata de pelo menos sete milhões de EUR.

Por último, na [Conferência sobre a Recuperação Ecológica da Ucrânia](#), que decorreu entre 28 de novembro e 1 de dezembro em Viena, Lituânia, a União Europeia reafirmou o seu apoio contínuo aos municípios ucranianos e apresentou a execução em curso e os primeiros resultados da iniciativa Phoenix. Paralelamente, a [missão para a economia circular](#) reuniu as empresas e as partes interessadas da indústria da União Europeia centradas na economia circular, juntamente com as empresas sediadas na Ucrânia e os adquirentes públicos, de molde a reforçar a dimensão empresarial da recuperação ecológica da Ucrânia.



Na [Conferência sobre a Recuperação da Ucrânia](#), realizada em Londres, em junho, a União Europeia apresentou um novo mecanismo que propõe até 50 mil milhões de EUR em subvenções e empréstimos que contribuam para recuperar e modernizar a Ucrânia entre 2024 e 2027.

Esta proposta demonstrou o apoio inabalável da União Europeia à Ucrânia no contexto da atual guerra de agressão da Rússia e afirmou o seu empenho relativamente à via de adesão da Ucrânia à União Europeia.

Além disso, a União Europeia assinou acordos no valor de mais de 800 milhões de EUR para mobilizar investimento privado para a recuperação e reconstrução da economia da Ucrânia.



Discurso de Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia, na Conferência sobre a Recuperação da Ucrânia. Londres, Reino Unido, 21 de junho de 2023.



© AFP

## 2. Reforçar a economia e a competitividade da UE

### Introdução

Em 2023, a União Europeia continuou empenhada em reforçar a competitividade e em garantir uma economia ecológica, digital, inclusiva e resiliente. Com o Plano Industrial do Pacto Ecológico proposto em 2023, a UE ambiciona aumentar a competitividade das tecnologias com zero emissões líquidas e apoiar a rápida transição para a neutralidade climática. A UE apresentou igualmente uma estratégia para garantir a segurança económica na União e definiu indicadores-chave para reforçar a competitividade a longo prazo. Além disso, atualizou o quadro sobre o financiamento sustentável e tomou medidas para reformar a união aduaneira. Assinalou-se igualmente em 2023 o 30.º aniversário do mercado único e,



Trabalhadores da fábrica Neapco Europe supervisionam a montagem de um veículo elétrico. Dueren, Alemanha, 22 de agosto de 2023.

durante o ano, a UE introduziu um sistema de patente unitária e adotou medidas para facilitar as atividades transfronteiriças. Para que a economia da UE beneficie da digitalização, foi proposto um quadro jurídico sobre o euro digital — que complementar a utilização simultânea de numerário — e criada uma plataforma para os dados aduaneiros. Foram também apresentadas várias propostas legislativas que reforçarão a união dos mercados de capitais e tornarão os investimentos mais seguros para os pequenos investidores; adotada legislação para combater os efeitos distorcivos das subvenções estrangeiras nos mercados da UE; e introduzidas reformas e novos quadros para tornar os bancos mais resilientes aos choques económicos.

## Continuação da recuperação e resiliência a longo prazo

### Tendências

Em 2023, a economia da UE continuou a crescer, embora com pouco dinamismo devido aos enormes choques económicos que sofreu. A inflação abrandou ao longo do ano, graças à descida dos preços dos produtos energéticos e à moderação da pressão inflacionista exercida pelos produtos alimentares e industriais.

A economia da UE está a ser apoiada por um mercado de trabalho excepcionalmente forte, que registou taxas de desemprego historicamente baixas e um aumento contínuo do emprego e dos salários. A execução de reformas e investimentos no âmbito do Mecanismo de Recuperação e Resiliência continua a ser fundamental para manter a economia da UE no bom caminho.

Olhando para o futuro, a atual guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e as tensões geopolíticas mais amplas continuam a representar um risco para as perspetivas de crescimento económico da UE.

### O sucesso do Mecanismo de Recuperação e Resiliência

Em 2023, a aplicação do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, um elemento central do plano de recuperação NextGenerationEU, dotado de um orçamento de 800 mil milhões de EUR, continuou a estimular a recuperação económica. O instrumento melhorou a resiliência económica e social dos Estados-Membros e apoiou o REPowerEU — a iniciativa da UE para ajudar os Estados-Membros a acelerar a transição dos combustíveis fósseis para as energias renováveis — perante a invasão não provocada da Ucrânia pela Rússia (ver capítulo 4 para mais informações sobre a iniciativa REPowerEU).

Este mecanismo é único devido ao facto de ser assente no desempenho. Para beneficiar do apoio,

os Estados-Membros têm de apresentar à Comissão um plano de recuperação e resiliência. Estes planos descrevem as reformas e os investimentos que os Estados-Membros tencionam concluir até ao final de 2026, para os quais podem receber financiamento até uma dotação previamente acordada. Os montantes são pagos pela Comissão aos Estados-Membros em função do cumprimento dos objetivos intermédios e metas previamente definidos nos planos. Estas medidas visam ajudar os Estados-Membros a ultrapassar os principais desafios e a alinhar as suas políticas com os objetivos da UE.

O Mecanismo de Recuperação e Resiliência apoia reformas e investimentos em seis domínios de intervenção: (i) transição ecológica; (ii) transformação digital; (iii) crescimento inteligente, sustentável e inclusivo; (iv) coesão social e territorial; (v) saúde e resiliência económica, social e institucional; e (vi) políticas para a próxima geração.

A UE também ajuda os Estados-Membros na execução dos seus planos de recuperação e resiliência por intermédio do Instrumento de Assistência Técnica. Até agora, mais de 400 projetos beneficiaram deste apoio. Vinte e três Estados-Membros receberam ou estão atualmente a receber apoio geral com os aspetos horizontais da execução do plano de recuperação e resiliência, incluindo apoio na revisão dos seus planos, e todos os 27 Estados-Membros beneficiam de apoio temático relacionado com a execução das medidas do Mecanismo de Recuperação e Resiliência.

**A maioria das pessoas na Europa (53 %) considera que o NextGenerationEU pode ser eficaz na resposta aos atuais desafios económicos.**

Fonte: Eurobarómetro Standard n.º 100, dezembro de 2023.

## Graças à execução dos planos de recuperação e resiliência dos Estados-Membros, no final de 2022 (últimos dados disponíveis):



6,9 milhões de pessoas prosseguiram estudos e formação;



1,4 milhões de empresas receberam ajuda não financeira;

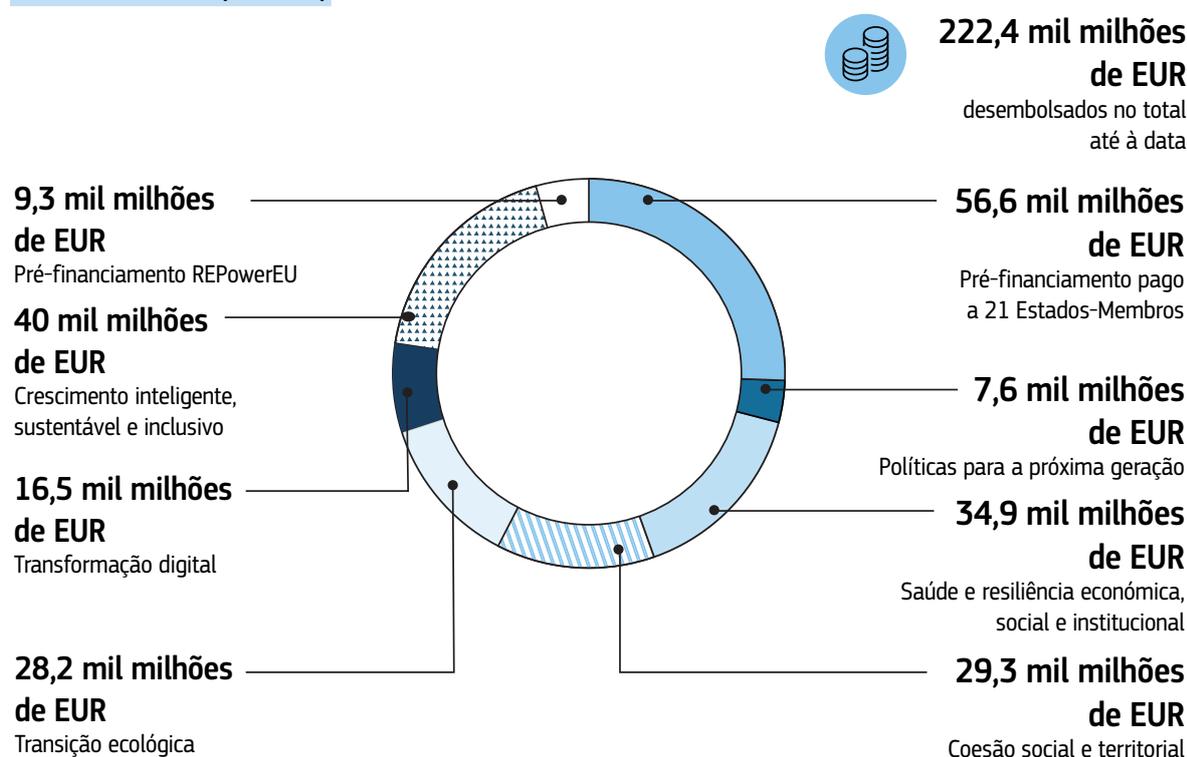


5,9 milhões de pessoas beneficiaram de medidas de proteção contra catástrofes relacionadas com o clima;



a poupança anual de energia primária atingiu 22,1 milhões de megawatts-hora.

## Canalização de fundos para os objetivos do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR)



### Exemplos de projetos



#### Transição ecológica

Em França, o MRR financiou melhorias da eficiência energética em 20 000 habitações sociais e no alojamento de estudantes.



#### Transformação digital

O MRR está a reforçar a capacidade de computação em nuvem de Itália investindo em centros de dados para a economia digital.



#### Crescimento inteligente, sustentável e inclusivo

Graças ao MRR, Espanha pôde prestar assistência a mais de 60 grandes empresas e PME no domínio da investigação e inovação em mobilidade sustentável.



#### Coesão social e territorial

Através do MRR, a Áustria auxilia os desempregados de longa duração a ter acesso a formação e qualificações.



#### Saúde e resiliência económica, social e institucional

Uma reforma apoiada pelo MRR em Chipre intensificará os esforços de combate à corrupção e criará uma autoridade independente de luta contra a corrupção.



#### Políticas para a próxima geração

Através de fundos do MRR, a Chéquia forneceu aos alunos cerca de 74 000 dispositivos digitais para aprendizagem à distância.

## O orçamento da UE: preparar a UE para os desafios atuais e futuros

Em 2023, o orçamento de longo prazo da UE (o quadro financeiro plurianual) e o NextGenerationEU foram fundamentais para a recuperação da Europa, dando resposta a desafios como o surgimento de uma guerra junto às suas fronteiras, uma forte inflação, catástrofes naturais e crises humanitárias. Para que o orçamento da UE seja capaz de assegurar as prioridades mais essenciais, em junho a Comissão propôs uma revisão do quadro financeiro plurianual.

Em setembro, foi adotado o orçamento anual da UE para 2024, procurando dar resposta às crises urgentes no Médio Oriente e na Europa e países vizinhos.

Para apoiar o NextGenerationEU e ajudar a Ucrânia, a Comissão angariou cerca de 116 mil milhões de EUR em fundos de longo prazo em 2023, incluindo cerca de 12,5 mil milhões de EUR em obrigações verdes, tornando a UE num dos principais emissores de obrigações verdes.



↑ Johannes Hahn, comissário europeu do Orçamento e Administração, apresenta a proposta de revisão do quadro financeiro plurianual. Bruxelas, Bélgica, 20 de junho de 2023.

## Reforçar a resiliência a longo prazo

Durante o ano, a Comissão apresentou as suas propostas legislativas para realizar a mais ampla reforma das regras de governação económica da UE desde as crises económica e financeira de 2007-2008. As propostas basearam-se numa reflexão

aprofundada e numa vasta consulta. As novas regras visam facilitar e incentivar a aplicação pelos Estados-Membros de reformas e investimentos importantes, que simplificarão a governação económica, permitirão uma maior margem de atuação no espaço nacional, valorizarão as medidas de médio prazo e reforçarão a aplicação das regras financeiras da UE, no âmbito de um quadro comum europeu transparente.



↑ Valdis Dombrovskis, vice-presidente executivo da Comissão Europeia responsável por Uma Economia ao Serviço das Pessoas e comissário europeu do Comércio (à esquerda), e Paolo Gentiloni, comissário europeu da Economia (à direita), numa conferência de imprensa sobre a revisão do quadro de governação económica da UE. Bruxelas, Bélgica, 26 de abril de 2023.

### Adesão da Croácia à área do euro

Em 1 de janeiro de 2023, a Croácia aderiu ao euro e ao espaço Schengen.

O euro simplificou a vida dos croatas e aumentou a competitividade do país, facilitando as viagens e o comércio. As suas notas e moedas simbolizam a promessa de liberdade e as oportunidades proporcionadas pela UE a todos os croatas.

Segundo um inquérito realizado na Croácia depois de o euro ter substituído totalmente a kuna, 61 % dos cidadãos croatas acreditam que a mudança foi harmoniosa e eficiente e 88 % consideram estar bem informados sobre a moeda única.

Na UE, o apoio ao euro continua a ser muito forte: 71 % das pessoas na UE e 79 % na área do euro apoiam a existência de uma União Económica e Monetária europeia com uma moeda única.

*Fontes: Eurobarómetro Flash n.º 518, fevereiro de 2023; Eurobarómetro Standard n.º 100, dezembro de 2023.*



© Martin Münd/European Central Bank

## Uma União Europeia coesa

No ano de 2023, assinalou-se o 30.º aniversário da criação do Fundo de Coesão. Durante as suas três décadas de existência, o Fundo de Coesão investiu quase 179 mil milhões de EUR na coesão económica, social e territorial da UE. O financiamento da política de coesão para o período 2021-2027 deverá aumentar 0,5 % o produto interno bruto da UE e apoiar a criação de 1,3 milhões de postos de trabalho. Os grandes projetos concluídos ou lançados em 2023 incluem a recuperação do complexo de Pompeia, um novo sistema de metro na Salónica e a melhoria das infraestruturas de águas residuais na Roménia. No final do ano, os programas da política de coesão para o período 2014-2020 tinham alcançado resultados significativos no terreno, incluindo o apoio a 4,5 milhões de empresas,

a criação de mais de 370 000 novos postos de trabalho, a melhoria do acesso à banda larga para mais de 7,9 milhões de agregados familiares e a instalação de mais de 6 000 megawatts de capacidade adicional para a produção de energias renováveis.

Estes resultados sublinham a função essencial das administrações públicas regionais e locais, que estão mais próximas das pessoas e desempenham um papel fundamental na concretização das prioridades políticas e na aplicação da legislação da UE no terreno. Reconhecendo este facto, a iniciativa ComPAct, lançada em 2023, procura reforçar as administrações públicas dos Estados-Membros.



← Elisa Ferreira, comissária europeia da Coesão e das Reformas (primeira a partir da direita), visita o projeto «Greenhouses to Reduce CO<sub>2</sub> on Roofs», cofinanciado pela UE. Betemburgo, Luxemburgo, 13 de março de 2023.

## Um mercado único forte e resiliente

### 30 anos de mercado único da UE

Em 2023, a UE celebrou o 30.º aniversário do seu mercado único, cuja criação, em 1 de janeiro de 1993, representou um marco significativo na integração europeia. O mercado único é mais do que um mero quadro jurídico ou um simples mercado; representa um espaço de liberdade, progresso, oportunidade, crescimento, prosperidade partilhada, coesão e resiliência. Tal reforça significativamente a posição económica e geopolítica da UE à escala mundial. Com 15 % do produto interno bruto global, é o maior mercado único integrado do mundo e um dos mais voltados para o exterior.

Há mais de 30 anos que o mercado único vem sendo crucial para a competitividade da UE, melhorando a vida dos cidadãos e facilitando a atividade das empresas. Ao aumentar 9 % o produto interno bruto da UE, foi responsável por benefícios económicos substanciais, apoiado pela política de coesão que permite a todas as regiões participar e tirar partido deste mercado. O mercado único também desempenha um papel fundamental na facilitação das transições ecológica e digital. Enquanto fonte de integração da UE em matéria regulamentar, financeira e de cadeia de abastecimento, ajuda a gerar economias de escala que são essenciais para ajudar as empresas a crescer.

## O mercado único em poucas palavras

O mercado único representa **18 % do produto interno bruto mundial**...  
... **e oferece bens e serviços** a mais de **450 milhões de pessoas**.

Fonte: [Relatório anual sobre o mercado único](#), janeiro de 2023.

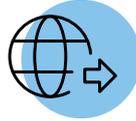
### É composto por:



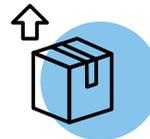
23 milhões  
de empresas...



... que empregam  
perto de  
128 milhões  
de pessoas;



965 mil milhões de  
EUR de exportações  
de serviços no  
interior da UE;



3 428 mil  
milhões de EUR  
de exportações de  
mercadorias no  
interior da UE;



8 163 mil milhões  
de EUR de  
investimentos no  
interior da UE.

### Sabia que...? (\*)



Em 2020, **47,5 %**  
das exportações de  
mercadorias da UE  
para países terceiros  
foram realizadas  
em euros.



Mais de **60 %** das  
empresas sob controlo  
estrangeiro na UE são  
controladas por uma  
empresa de outro  
Estado-Membro da UE.



Entre 2010 e 2021,  
o número de pessoas  
empregadas nos  
Estados-Membros que  
eram nacionais de  
outro Estado-Membro  
aumentou **47 %**.



**2,4 %** dos estudantes  
do ensino superior  
nos Estados-Membros  
são oriundos de outro  
Estado-Membro.

(\*) Os dados dizem respeito à UE com 27 Estados-Membros e ao último ano disponível.

Fonte: [Eurostat](#).

O mercado único tem sido crucial para a resiliência económica da UE, revelando-se vital em crises recentes, como a pandemia, as ações da Rússia na Ucrânia e a subsequente crise energética. É também um importante instrumento geopolítico, que promove a influência da UE num contexto de mudanças geopolíticas e de corrida às tecnologias limpas. Apesar das suas realizações, o mercado único deve evoluir perante as realidades geopolíticas novas e em mutação, os avanços tecnológicos e as transições ecológica e digital, procurando impulsionar a competitividade e a produtividade a longo prazo da UE.

### Um mercado único mais forte

A UE tem melhorado continuamente o contexto empresarial em todos os setores da sua economia. Em setembro de 2023, a Comissão apresentou uma [proposta para combater os pagamentos em atraso](#) das empresas e das autoridades públicas, uma prática que compromete o fluxo de caixa das pequenas e médias empresas (PME) e prejudica a competitividade e a resiliência das cadeias de abastecimento. A proposta faz parte de um conjunto mais amplo de medidas, apresentado no quadro do pacote de ajuda de emergência que foi introduzido pela Comissão para apoiar as PME em dificuldades económicas.

A UE também está a apoiar a inovação ao facilitar a proteção da propriedade intelectual por parte das empresas em toda a UE. O lançamento do [Sistema de Patente Unitária](#), em junho, constituiu um passo significativo no sentido da conclusão do mercado único e do reforço da proteção das patentes na Europa. Este sistema introduz um balcão único para o registo e a aplicação das patentes na Europa, resultando em custos mais baixos, menos burocracia e menos encargos administrativos para os inovadores, e beneficiando em especial as PME.

Além disso, o novo [Tribunal Unificado de Patentes](#), competente para as patentes unitárias e as atuais patentes europeias, permitirá às empresas fazer valer os seus direitos relacionados com as patentes de uma forma mais eficaz. Adicionalmente, o [Fundo PME](#), uma iniciativa conjunta da Comissão e do [Instituto da Propriedade Intelectual da União Europeia](#), concede apoio financeiro (vales de propriedade intelectual) às PME para gerirem as suas carteiras de propriedade intelectual, incluindo as marcas, os desenhos, as patentes e as variedades vegetais.

### Como vai funcionar o sistema de patente unitária?

Os inventores apresentam um pedido de patente europeia.



O Instituto Europeu de Patentes verifica que a invenção satisfaz os critérios de originalidade, atividade inventiva e aplicabilidade industrial.



Após a concessão da patente europeia, o titular solicita que lhe seja conferido um efeito unitário.



Numa única etapa — dispensando outras formalidades como, por exemplo, a tradução —, a patente unitária produz efeitos nos Estados-Membros participantes:

**Bélgica, Bulgária, Dinamarca, Alemanha, Estónia, França, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Áustria, Portugal, Eslovénia, Finlândia e Suécia.**



Ao mesmo tempo, o titular da patente europeia pode também validá-la em países não participantes, incluindo países terceiros, devendo satisfazer os respetivos requisitos nacionais.

Em abril de 2023, a Comissão propôs um pacote de medidas sobre patentes, que complementa o sistema de patentes unitárias. Uma vez adotado, as empresas beneficiarão de um novo quadro mais equilibrado para as patentes essenciais normalizadas e um acesso mais simples aos certificados complementares de proteção para produtos farmacêuticos e fitofarmacêuticos, bem como de regras mais claras a respeito da concessão obrigatória de licenças em situações de crise. Além disso, o regulamento relativo às indicações geográficas dos produtos artesanais e industriais, que entrou em vigor durante o ano, permite aos produtores da UE proteger melhor os produtos artesanais e industriais e o saber-fazer da sua região.

Graças à proposta de reforma da legislação da UE em matéria de proteção de desenhos ou modelos, a inovação e a proteção dos desenhos ou modelos

na UE também serão reforçadas, simplificadas e modernizadas.

Por último, a UE está a apoiar as empresas transfronteiriças eliminando os obstáculos que impedem o crescimento económico e os negócios.

### **Novas medidas para eliminar os obstáculos poderão gerar mais 713 mil milhões de EUR para a economia até ao final de 2029.**

Um exemplo são as novas regras propostas para eliminar os obstáculos à livre circulação de máquinas móveis não rodoviárias, tais como guas, ceifeiras e empilhadoras, nas vias públicas.

## **O regulamento relativo às máquinas móveis não rodoviárias irá substituir integralmente os vários regimes regulamentares que vigoram nos Estados-Membros e permitirá:**



eliminar os obstáculos à entrada no mercado e reduzir os atrasos no mercado;



reduzir os custos de conformidade, facilitar a inovação e melhorar a competitividade;



facilitar a utilização transfronteiras das máquinas no interior da UE;



garantir a aplicação de normas rigorosas e uniformes de segurança rodoviária às máquinas móveis não rodoviárias em toda a UE.

Além disso, a fim de facilitar a atividade transfronteiriça das organizações sem fins lucrativos, a Comissão propôs, em setembro, uma nova forma jurídica denominada «associação europeia transfronteiriça». Esta iniciativa melhorará o funcionamento do mercado único eliminando os obstáculos jurídicos e administrativos enfrentados pelas associações sem fins lucrativos que operam ou pretendem operar em mais do que um Estado-Membro.

Por último, em dezembro a Comissão apresentou uma proposta alterada de regulamento para facilitar as soluções transfronteiriças. O objetivo é ajudar os Estados-Membros a ultrapassar os obstáculos que afetam a vida quotidiana de 150 milhões de cidadãos nas regiões transfronteiriças da UE. A eliminação destes obstáculos melhorará significativamente o funcionamento do mercado único e reforçará a coesão económica, social e territorial da UE.

## Melhorar a competitividade a longo prazo

Num contexto de forte concorrência mundial e de novos desafios geopolíticos, a Comissão procurou centrar a sua ação em nove fatores principais para impulsionar a competitividade a longo prazo da UE. Esses fatores são o correto funcionamento do mercado único; o acesso ao capital privado; o investimento público e as infraestruturas; a investigação e a inovação; a energia; a circularidade; a digitalização; a educação e as competências; e o comércio e a autonomia estratégica aberta.

A UE também assegura a competitividade a longo prazo e um mercado único próspero por meio da aplicação uniforme de regras destinadas a manter uma concorrência leal entre todos os

Estados-Membros e empresas. As decisões da Comissão em matéria *antitrust*, de concentrações e de controlo dos auxílios estatais garantem um mercado interno equilibrado e eficiente, que é crucial para a economia da UE. O controlo dos auxílios estatais assegura a adequação das subvenções públicas aos objetivos comuns e a existência de condições empresariais coerentes em toda a UE. Uma concorrência dinâmica no setor privado favorece uma maior qualidade e preços mais justos para os consumidores. Todas as decisões da Comissão em matéria de política de concorrência procuram defender os interesses dos consumidores e das empresas, e simultaneamente proteger as pessoas na UE dos agentes económicos sem escrúpulos.

## Os nove motores da competitividade



O Regulamento Mercados Digitais é um bom exemplo das vantagens da política de concorrência para o público. Este regulamento, que veio complementar as regras de concorrência da UE sem as substituir, é um dos primeiros atos legislativos do mundo que limitam o poder das grandes empresas digitais de condicionar o acesso aos serviços eletrónicos, gerando benefícios económicos e sociais para todos os cidadãos (para mais informações, ver capítulo 5).



↑ VÍDEO: Regulamento relativo às subvenções estrangeiras.

A UE não só garante a lealdade da concorrência interna como verifica se é dada às empresas da UE uma oportunidade justa de êxito quando confrontadas com a concorrência internacional. Em julho, a UE adotou o Regulamento Subvenções Estrangeiras. O novo regulamento permitirá à Comissão examinar as contribuições financeiras concedidas por governos de países terceiros a empresas que operem na UE. Se as contribuições resultarem numa vantagem desleal em favor dessas empresas, a Comissão poderá tomar medidas para corrigir os efeitos de distorção.

A eficácia das regras de concorrência da UE depende da sua aplicação. Eis alguns exemplos de como a UE aplica as regras para assegurar uma concorrência leal.



Em 2023, foram adotadas 335 decisões relativas a concentrações.



Durante o ano, foram autorizados 487 mil milhões de EUR de auxílios estatais, sobretudo no contexto da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e das repercussões desta nos preços na UE.



Em junho de 2023, numa comunicação de objeções, a Comissão informou a Google do seu parecer preliminar de que a empresa favorece os próprios serviços de tecnologia de publicidade no ecrã em detrimento dos concorrentes.



↑  
Thierry Breton, comissário europeu do Mercado Interno, numa conferência de imprensa dedicada ao regulamento sobre as matérias-primas críticas, à estratégia de competitividade a longo prazo da UE e aos 30 anos do mercado único. Bruxelas, Bélgica, 16 de março de 2023.

As matérias-primas críticas são indispensáveis para um vasto conjunto de setores estratégicos, como a indústria de impacto zero, a indústria digital e os setores da saúde, aeroespacial e da defesa. O Regulamento Matérias-Primas Críticas melhorará a capacidade da UE para monitorizar e mitigar os riscos de perturbação e reforçará a circularidade e a sustentabilidade. Juntamente com a reforma da configuração do mercado da eletricidade e o Regulamento Indústria de Impacto Zero, ambos anunciados no âmbito do Plano Industrial do Pacto Ecológico (ver capítulos 3 e 4), este ato legislativo promoverá um contexto regulamentar favorável ao crescimento das tecnologias de impacto zero e à competitividade da indústria europeia.

O Regulamento Indústria de Impacto Zero também procura reforçar a competitividade da economia da UE ao garantir um quadro regulamentar mais adequado para as indústrias. Esta iniciativa apoiará a transição industrial para as inovações ecológicas e digitais. Integrada no Plano Industrial do Pacto Ecológico, instituirá um quadro regulamentar mais previsível e simplificado que incentivará o investimento no fabrico de produtos essenciais para cumprir os objetivos de neutralidade climática da UE.

O regulamento também reforçará e tornará mais resiliente a base industrial da UE em tecnologias de impacto zero, que são cruciais para um sistema energético limpo, eficaz em matéria de custos, fiável e sustentável. Além disso, acelerará a criação e a produção de tecnologias de impacto zero, ajudando a reduzir a dependência da UE em relação aos combustíveis fósseis russos e a evitar novas dependências que possam bloquear tecnologias e componentes-chave, necessários para a transição ecológica (ver capítulo 4).

O aumento da segurança económica é outro fator essencial para reforçar a competitividade da UE. Em junho, a Comissão e o alto representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, Josep Borrell, lançaram a Estratégia Europeia de Segurança Económica — uma abordagem global para reforçar a economia da UE. Esta estratégia promoverá o desenvolvimento da base industrial da UE, protegerá os seus interesses essenciais em matéria de segurança económica e colaborará com um leque alargado de países terceiros no sentido de incentivar uma ação comum que fomente a segurança económica no espaço internacional. A estratégia é essencial para que a UE possa avaliar e gerir riscos económicos, mantendo a sua abertura e continuando a dialogar à escala internacional.

### Relações mais fortes entre a UE e a China para impulsionar a competitividade

As relações entre a UE e a China são fundamentais para os esforços de reforço da competitividade da UE.

Confrontada com uma China cada vez mais assertiva e que endureceu a sua posição estratégica global, em 2023 a UE iniciou uma abordagem para reduzir os riscos e reequilibrar as suas relações com a China, continuando simultaneamente a trabalhar no sentido de reforçar uma ordem internacional baseada em regras. O reequilíbrio implica a continuação das relações económicas bilaterais e da cooperação com a China na resolução dos desafios globais, sem deixar de ter em conta as distorções do mercado que resultam da concessão de subvenções estatais desproporcionadas por parte da China.

Reduzir os riscos inclui limitar as dependências críticas e combater os riscos específicos relacionados com a estratégia da China para fazer avançar o seu desenvolvimento militar por meio da exploração de inovações derivadas de investigações conjuntas, do meio académico e de empresas privadas internacionais.



↑  
Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia, profere um discurso sobre as relações UE-China. Durante o discurso, é apresentada a abordagem estratégica adotada para a visita à China em 6 de abril de 2023; a Cimeira do G7 em Hiroxima, Japão, de 19 a 21 de maio de 2023; e a Cimeira UE-China de 7 de dezembro de 2023 (ver capítulo 8). Bruxelas, Bélgica, 30 de março de 2023.

## Sistemas financeiros

### União dos mercados de capitais

Os mercados de capitais são mercados financeiros em que os valores mobiliários, como as ações e as obrigações, são comprados e vendidos. Permitem que as empresas, os governos e outras entidades obtenham capital junto de uma grande variedade de investidores. A União dos Mercados de Capitais é uma iniciativa da UE que visa criar um mercado único de capitais, possibilitando os fluxos de capitais transfronteiriços e permitindo que as empresas da UE, incluindo as PME, acessem a mais fontes de financiamento.

Para impulsionar o investimento, os investidores precisam de se sentir protegidos e confiar no retorno dos seus investimentos. Por esta razão, um dos principais objetivos do Plano de Ação da UE para a União dos Mercados de Capitais de 2020 é tornar a UE um lugar mais seguro para as pessoas investirem as suas poupanças a longo prazo.

Em 24 de maio de 2023, a Comissão adotou um pacote de medidas relativas ao investimento de retalho que capacitará e protegerá os investidores retalhistas. Os investidores retalhistas ou pequenos investidores são investidores individuais e não profissionais que investem nos mercados de capitais para gerir as suas finanças, incluindo para preparar as necessidades da reforma. A UE pretende assegurar que estes investidores sejam devidamente protegidos e tratados de uma forma equitativa quando investem, para que possam tirar pleno partido da União dos Mercados de Capitais e fazer crescer a sua riqueza. O reforço da confiança dos investidores e a melhoria da União dos Mercados de Capitais são também meios essenciais para canalizar o financiamento privado para a economia da UE e financiar as transições ecológica e digital.

### Natureza do problema



Os pequenos investidores têm dificuldade em obter informações pertinentes, comparáveis e facilmente compreensíveis para poderem tomar decisões de investimento fundamentadas.



As redes sociais e os novos canais de comercialização expõem cada vez mais os pequenos investidores ao risco de influências indevidas.



O aconselhamento financeiro nem sempre corresponde aos interesses dos pequenos investidores.



Alguns produtos não oferecem uma boa relação custo-benefício ao pequeno investidor.

### Consequências



Em 2021, apenas **17 %** dos ativos detidos pelas famílias da UE eram títulos financeiros (tais como ações cotadas ou obrigações), uma percentagem muito inferior ao nível das famílias dos EUA. (Fonte: Eurostat.)



Os pequenos investidores pagam taxas **40 %** mais elevadas do que os investidores institucionais (por exemplo, os fundos de pensões). (Fonte: Relatório de custos e resultados da Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados, janeiro de 2023.)



**45 %** dos consumidores não estão persuadidos de que o aconselhamento sobre investimentos que recebem dos intermediários financeiros tenha em vista o seu melhor interesse. (Fonte: Eurobarómetro Flash n.º 525, julho de 2023.)

Em maio, o Parlamento e o Conselho chegaram igualmente a acordo sobre uma proposta de criação de um ponto de acesso único com todas as informações públicas financeiras e de sustentabilidade sobre as empresas e os produtos de investimento da UE. A medida aumentará a visibilidade das empresas junto dos investidores, abrindo fontes de financiamento adicionais. Este aspeto é particularmente importante para as pequenas empresas nos mercados de capitais de pequena dimensão. O ponto de acesso único europeu permitirá também aceder facilmente aos relatórios de sustentabilidade das empresas publicados, contribuindo dessa forma para os objetivos do Pacto Ecológico Europeu.

Além disso, em 29 de junho, o Parlamento e o Conselho chegaram a acordo sobre uma proposta legislativa de revisão do regulamento que controla as regras relativas à estrutura dos mercados de instrumentos financeiros. A revisão assegurará condições adequadas para criar um prestador de informação consolidada, que forneça uma visão consolidada das transações em toda a UE. O prestador de informação consolidada reunirá as informações relativas aos preços e volumes dos instrumentos financeiros, como as ações e obrigações, provenientes de centenas de plataformas de execução em todos os Estados-Membros, num único fluxo de informação, garantindo um acesso igual a todos. Todas as plataformas de execução, como as bolsas de valores e as plataformas de transações, serão obrigadas a partilhar diretamente os dados das suas transações com o sistema de informação consolidada.

Em 19 de julho, o Parlamento Europeu e o Conselho chegaram a acordo sobre uma proposta destinada a melhorar o quadro regulamentar aplicável ao setor dos fundos de investimento. A revisão harmoniza as regras que regem a seleção e a utilização dos instrumentos de gestão da liquidez relacionados

com os fundos, harmonizando-as com as recomendações internacionais em matéria de apoio à estabilidade financeira. Estabelece igualmente um quadro comum para os fundos que concedem empréstimos a empresas (fundos de concessão de empréstimos) e reforça a transparência das regras de delegação, assegurando que as autoridades de supervisão compreendem o quanto os gestores de fundos dependem de conhecimentos especializados de terceiros.

Em conjunto, as três propostas acima referidas melhorarão o acesso dos investidores aos dados sobre as empresas e as transações. As medidas incentivarão também o investimento a longo prazo e tornarão a venda transfronteiras de fundos de investimento mais fácil e segura. De um modo geral, as propostas irão facilitar a relação entre as empresas da UE e os investidores, melhorando o acesso das empresas ao financiamento, alargando as oportunidades de investimento para os pequenos investidores e reforçando a integração dos mercados de capitais da UE.

Em novembro, a UE atualizou o Regulamento Liquidação e Centrais de Valores Mobiliários. Este regulamento foi inicialmente introduzido para melhorar a segurança e a eficiência das atividades de liquidação nos mercados financeiros, nomeadamente a realização de transações de valores mobiliários por meio da transferência de numerário, valores mobiliários ou ambos. A legislação revista melhorará os mercados de capitais e o sistema financeiro da UE, prevendo regras mais proporcionais e eficazes para reduzir os custos de conformidade e os encargos regulamentares para as centrais de valores mobiliários, facilitando a sua capacidade para oferecer uma gama mais vasta de serviços transfronteiriços e melhorando a supervisão transfronteiriça.

## O que é um sistema de informação consolidada?



É um sistema que consolida as informações sobre transações das plataformas de negociação da UE em tempo real ou tão próximo quanto possível do tempo real.



Permite que tanto os investidores profissionais como os pequenos investidores consultem, num único local, o preço e outras informações sobre um instrumento financeiro, como o volume e o momento das transações.



Sem um sistema de informação consolidada, as informações de negociação estão espalhadas por várias plataformas de execução, tais como bolsas de valores, outras plataformas de negociação e bancos de investimento (os chamados «internalizadores sistemáticos»).

**As centrais de depósito de títulos são instituições financeiras especializadas que detêm e administram valores mobiliários (tais como ações e obrigações), assegurando a sua guarda e permitindo um processamento eficiente das transações de valores mobiliários. São elementos essenciais ao funcionamento dos mercados financeiros modernos.**

Em dezembro, foi alcançado um acordo político sobre as propostas da Comissão para reforçar o quadro regulamentar dos seguros. Esta atualização modernizará a Diretiva Solvência II, proporcionando maiores incentivos ao setor dos seguros e resseguros (ou seja, seguros destinados às companhias de seguros) para investir mais em capital a longo prazo, em consonância com os objetivos da União dos Mercados de Capitais. Assegurará igualmente a resiliência do setor em períodos económicos difíceis e a proteção dos interesses dos consumidores. As novas regras reconhecem melhor certos riscos, incluindo os relacionados com as alterações climáticas, e tornam o poder financeiro das seguradoras menos sensível às flutuações do mercado a curto prazo. Introduzirão igualmente uma nova diretiva relativa à recuperação e resolução das empresas de (re)seguros para assegurar a estabilidade financeira e proteger os tomadores de seguros e os contribuintes em caso de insolvência de uma (re)seguradora. Esta diretiva exigirá que entidades de maior dimensão e relevo sistémico elaborem planos de recuperação preventivos, a fim de garantir que estão preparadas para situações de crise. Adicionalmente, as autoridades nacionais disporão de instrumentos para resolver os problemas relacionados com (re)seguradoras falidas, nomeadamente retirando-as do mercado de uma forma ordenada enquanto salvaguardam, tanto quanto possível, a continuidade da cobertura dos seguros.

Finalmente, em 2023 a Comissão ajudou os Estados-Membros a reforçar os seus mercados de capitais no espaço nacional. Até à data, 21 Estados-Membros beneficiaram do Instrumento de Assistência Técnica neste domínio. As reformas contribuíram para eliminar os obstáculos regulamentares ao investimento e combater as ineficiências do mercado. Estes projetos de reforma têm como objetivo aumentar as oportunidades de investimento, garantir uma maior visibilidade do mercado para as empresas e ajudar as PME a aceder ao crédito bancário.

## Finanças digitais

Em 28 de junho, a Comissão apresentou duas propostas para que as pessoas possam pagar em euros emitidos pelo Banco Central Europeu da forma que considerarem mais conveniente.

A primeira proposta visa proteger a utilização de numerário. A proposta foi adotada para garantir que o numerário continuará a ser amplamente aceite como meio de pagamento e a estar facilmente acessível às pessoas e às empresas em toda a área do euro.

A segunda proposta pretende estabelecer um quadro jurídico para um potencial euro digital, que o Banco Central poderá emitir no futuro complementarmente ao numerário. Em outubro, depois de ter analisado nos dois anos anteriores a possibilidade de introduzir o euro digital, o Banco decidiu passar à fase preparatória.

Embora o numerário permaneça amplamente acessível e aceite, cada vez mais cidadãos e empresas decidem pagar eletronicamente. O objetivo do euro digital é proporcionar uma opção adicional, além das atuais opções de pagamento privado. Permitirá efetuar pagamentos por meios digitais na área do euro (e potencialmente fora dela) com base numa forma de moeda pública aceite por todos, pouco dispendiosa, segura e resiliente.

O Banco Central só pode decidir emitir o euro digital após a adoção da proposta nesta matéria pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho.



↑  
Mairead McGuinness, comissária europeia dos Serviços Financeiros, Estabilidade Financeira e União dos Mercados de Capitais, numa conferência de imprensa sobre o euro digital e o curso legal das notas e moedas em euros. Bruxelas, Bélgica, 28 de junho de 2023.

## Vantagens do euro digital para as pessoas

- ✓ Possibilidade de utilizar o euro digital em qualquer parte da área do euro (outras soluções de pagamento digital privadas nem sempre oferecem esta opção).
- ✓ Mais fácil de utilizar do que as soluções de pagamento digital existentes.
- ✓ A utilização do euro digital fora de linha oferece às pessoas a mesma privacidade do que o pagamento em numerário.
- ✓ Possibilidade de efetuar pagamentos sem acesso à Internet.
- ✓ Maior escolha para os consumidores.
- ✓ Possibilidade de efetuar pagamentos mesmo sem dispor de uma conta bancária.
- ✓ Gratuito para os consumidores.

## Poderia o euro digital substituir o dinheiro líquido?

Não, de modo algum.

O euro digital seria um complemento do dinheiro líquido e uma alternativa às atuais soluções digitais privadas.

## E quanto à privacidade?

**Ao efetuar pagamentos em linha, o banco só teria acesso aos dados pessoais necessários para efetuar os pagamentos e para prevenir fraudes e combater o branqueamento de capitais.**

O mesmo se passa quando se paga com outros meios de pagamento digitais, por exemplo um cartão de crédito.



**Ao efetuar pagamentos fora de linha, o nível de privacidade é superior ao assegurado por qualquer outro meio de pagamento digital — o banco só teria acesso aos mesmos dados que obtém numa operação de levantamento de dinheiro numa caixa automática.**

Ninguém poderia saber o objeto dos pagamentos fora de linha com o euro digital.

**O Banco Central Europeu não teria acesso aos dados pessoais.**

## Finanças abertas e pagamentos

Com o aumento dos pagamentos eletrônicos, surgiram novos prestadores de serviços, nomeadamente entidades que prestam serviços bancários abertos. Começaram também a surgir fraudes mais sofisticadas, pondo os consumidores em risco. Em resposta a esta evolução, e para assegurar que o setor financeiro da UE é capaz de colher os benefícios da transformação digital em curso, em 28 de junho a Comissão propôs dois conjuntos de medidas.

Em primeiro lugar, a Comissão propôs a alteração e modernização da atual Diretiva Serviços de Pagamento (DSP2, que passará a ser a DSP3) e também a adoção de um regulamento relativo aos serviços de pagamento. Estas mudanças garantirão que os consumidores continuam a efetuar transações e pagamentos eletrônicos de uma forma protegida e segura na UE. O seu objetivo é salvaguardar os direitos dos consumidores, proporcionando simultaneamente uma maior escolha de prestadores de serviços de pagamento no mercado.

### A proposta de revisão da diretiva relativa aos serviços de pagamento e de um novo regulamento relativo aos serviços de pagamento:



Disponibiliza de forma generalizada um serviço de verificação da correspondência entre o número da conta e o nome do titular antes de confirmar as transferências.



Auxilia os bancos e outros prestadores de serviços de pagamento a cooperar na luta contra a fraude por meio de um maior intercâmbio de informações neste domínio.



Concede às vítimas de fraude o direito de obter um reembolso do seu banco ou de outro prestador de serviços de pagamento, em circunstâncias específicas.



Obriga os bancos a aumentar a sensibilização dos clientes para a fraude.

Em segundo lugar, a Comissão propôs um quadro sobre o acesso aos dados financeiros. O novo quadro estabelecerá direitos e obrigações claros quanto à gestão da partilha de dados dos clientes no setor financeiro, além das contas de pagamento. Na prática, a proposta criará produtos e serviços financeiros mais inovadores para os utilizadores e estimulará a concorrência no setor financeiro.

O pacote de medidas proposto visa assegurar a adaptação do setor financeiro da UE à transformação digital em curso e aos riscos e oportunidades que essa transformação acarreta.

Em 7 de novembro, foi alcançado um acordo político entre o Parlamento e o Conselho sobre a proposta da Comissão para disponibilizar pagamentos instantâneos em euros a todas as pessoas e empresas com uma conta bancária na UE. As novas regras, que modernizam o Regulamento

Espaço Único de Pagamentos em Euros, visam assegurar que os pagamentos imediatos em euros são economicamente acessíveis, seguros e processados sem obstáculos em toda a UE. Os pagamentos instantâneos oferecem soluções rápidas e convenientes às pessoas na sua vida quotidiana, incluindo a possibilidade de receberem fundos rapidamente (em menos de 10 segundos) numa situação urgente ou de partilharem imediatamente custos em diversos contextos da vida social. Além disso, melhoram a gestão dos fluxos de tesouraria das administrações públicas e das empresas, em especial das PME, permitem o acesso rápido de entidades de beneficência e organizações não governamentais aos fundos e incentivam os bancos a desenvolver serviços e produtos financeiros inovadores.

## O acesso aos dados financeiros tem as seguintes vantagens

### Para clientes:



- maior transparência e controlo das suas relações de partilha de dados;
- maior confiança na partilha de dados;
- escolha mais alargada de serviços financeiros inovadores e mais baratos.

### Para utilizadores de dados:



- maior acesso aos conjuntos de dados essenciais dos clientes e consequente impulso à inovação;
- possibilidade de novos serviços e fluxos de receitas para os utilizadores de dados.



← **VÍDEO:** As empresas podem utilizar as regras taxonómicas da UE para melhorar o seu desempenho ambiental e os investidores podem aplicar as normas da UE relativas às obrigações verdes para determinar se os seus investimentos são verdadeiramente ecológicos.

## Financiamentos sustentáveis

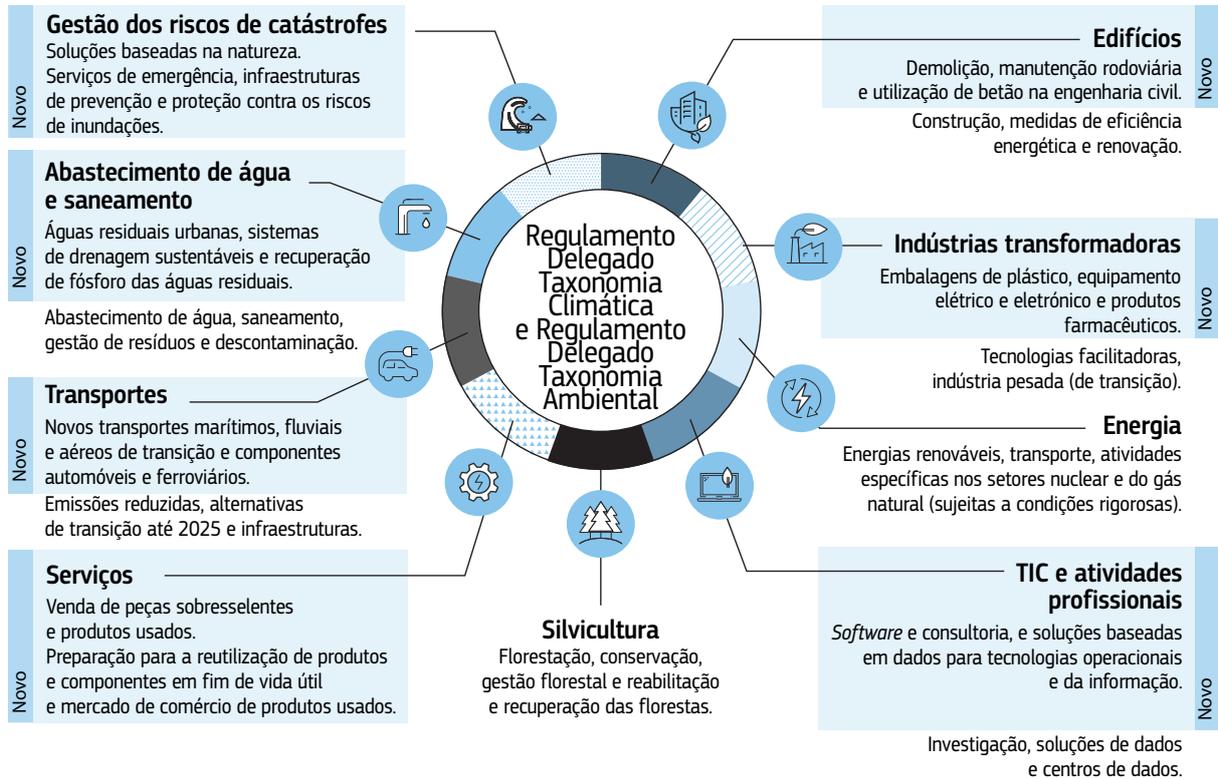
O principal objetivo do quadro da UE relativo aos financiamentos sustentáveis é canalizar os investimentos para o cumprimento das metas ambiciosas do Pacto Ecológico Europeu. Embora a aplicação esteja a avançar, são necessários mais esforços para tornar as regras efetivas na prática e simplificar a utilização dos instrumentos.

A fim de reforçar a eficiência do quadro e facilitar a sua aplicação, a UE define claramente as atividades económicas que podem ser consideradas sustentáveis do ponto de vista ambiental e como deve ser demonstrado o seu grau de ecologização. Este aspeto é fundamental para prevenir a ecomaquilhagem e assegurar que os fundos são atribuídos a setores cruciais para a transição ecológica.

No dia 13 de junho, a Comissão apresentou um pacote de medidas para reforçar o quadro da UE em matéria de financiamentos sustentáveis. A iniciativa apoia as empresas e o setor financeiro promovendo o investimento privado em projetos e tecnologias de transição e canalizando recursos financeiros para os investimentos sustentáveis. O pacote inclui novos critérios no âmbito da taxonomia da UE, alargando o seu sistema de classificação de molde a abranger um leque mais vasto de atividades económicas através de atos delegados da UE relativos ao ambiente e ao clima.

O diagrama seguinte ilustra as novas atividades económicas fundamentais que são agora consideradas sustentáveis do ponto de vista ambiental.

## Taxonomia da UE — atividades e setores económicos abrangidos

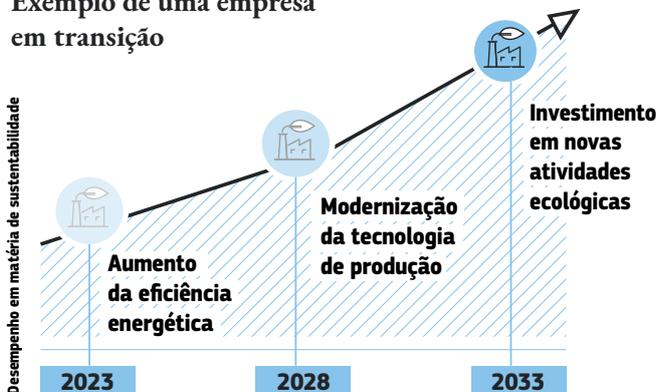


O pacote inclui igualmente uma recomendação sobre o financiamento da transição, contendo orientações e exemplos práticos para as empresas e o setor financeiro. Os exemplos mostram como as empresas podem utilizar voluntariamente os instrumentos

criados pelo novo quadro para canalizar os investimentos para a transição ecológica e gerir os riscos decorrentes das alterações climáticas e da degradação ambiental.

## Instrumentos de financiamento da transição ecológica

### Exemplo de uma empresa em transição



Os instrumentos voluntários ao dispor das empresas para estas financiarem a sua transição gradual para a sustentabilidade incluem:

- ✔ taxonomia da UE;
- ✔ índices de referência da UE para o clima;
- ✔ norma europeia para as obrigações verdes;
- ✔ metas assentes em dados científicos;
- ✔ planos de transição.

→ Proporção de atividades ecológicas

As notações ambientais, sociais e de governação (ASG) também são importantes para o mercado financeiro sustentável da UE, uma vez que informam os investidores e as instituições financeiras sobre, por exemplo, as estratégias de investimento relacionadas com os fatores ASG e a gestão dos riscos. Em junho de 2023, a Comissão propôs um

regulamento com medidas para responder à falta de transparência do mercado das notações ASG, tornando-o mais fiável. A adoção de novos princípios de organização e de regras claras sobre a prevenção de conflitos de interesses reforçará a integridade das operações dos fornecedores de notações ASG.

## Que mudanças traz a proposta relativa às notações em matéria ambiental, social e de governação (ASG)?

### Antes



### Depois



Com o fito de assegurar que as empresas comunicam informações sobre a sustentabilidade de uma forma harmonizada, a Comissão adotou também, em julho de 2023, o primeiro conjunto de normas europeias obrigatórias para a comunicação de informações sobre sustentabilidade. As novas normas abrangem questões ambientais, sociais e de governação, como as alterações climáticas, a biodiversidade e os direitos humanos. Fornecem informações aos investidores, ajudando-os a compreender o impacto das empresas em que investem na sustentabilidade. Têm igualmente em conta os debates com o Conselho Internacional das Normas de Sustentabilidade e a Iniciativa Global Reporting, a fim de assegurar um elevado grau de interoperabilidade entre as normas da UE e as normas mundiais e evitar a duplicação desnecessária de relatórios por parte das empresas.

O Pacto Ecológico Europeu, de 11 de dezembro de 2019, sublinhou a importância de canalizar recursos financeiros e capital para os investimentos ecológicos. As obrigações verdes desempenham um papel cada vez mais importante no financiamento

dos ativos necessários para a transição hipocarbónica. Em 28 de fevereiro de 2023, o Parlamento e o Conselho chegaram a acordo sobre a proposta de regulamento relativo às obrigações verdes europeias, com o objetivo de estabelecer uma norma oficial para este tipo de obrigações. O regulamento entrou em vigor em dezembro. Uma norma em matéria de obrigações verdes estabelece um conjunto de critérios que assegura um quadro para a sua emissão. A norma das obrigações verdes europeias garante que elas financiam projetos com verdadeiros benefícios ambientais e ajuda a manter a integridade e a confiança no mercado das obrigações verdes. Os emitentes de obrigações verdes europeias têm de assegurar que pelo menos 85 % dos fundos mobilizados por estas obrigações são alocados a atividades económicas conformes com o Regulamento Taxonomia. A nova legislação estabelece igualmente um quadro para a autorização e supervisão de revisores terceiros, o que ajudará a verificar as características das obrigações, aumentando assim a confiança nas alegações ecológicas.



PODCAST: Podcast da UE sobre finanças, episódio 9 — A norma europeia para as obrigações verdes.

## Setor bancário

Na sequência da crise financeira mundial de 2007-2008, foi realizado um trabalho substancial para garantir uma maior resiliência dos bancos da UE. Graças a estes esforços, as instituições financeiras da UE tiveram um bom desempenho nas crises mais recentes, como a pandemia de COVID-19, a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e a crise bancária dos EUA na primavera de 2023. Atualmente, os bancos da UE estão bem capitalizados, com elevada liquidez e bem supervisionados. Tal como demonstrado pelos testes de esforço de 2023 realizados pela Autoridade Bancária Europeia, os bancos da UE são resilientes mesmo em cenários muito adversos.

Com a intenção de reforçar ainda mais os bancos, no dia 18 de abril a Comissão adotou uma proposta de reforma do atual quadro da UE em matéria de gestão de crises bancárias e de seguro de depósitos,

tendo sido dada ênfase aos bancos de média e menor dimensão. No passado, muitos bancos de pequena e média dimensão em situação de insolvência foram ajudados utilizando métodos fora do quadro de resolução estabelecido. Por vezes, isso significou utilizar fundos públicos (dinheiro dos contribuintes) em vez do dinheiro do próprio banco ou de outros fundos de salvaguarda financiados pelo setor e criados para proteger os depositantes (sistemas de garantia de depósitos e fundos de resolução). Em especial, o quadro reformado facilitará a utilização de redes de segurança financiadas pelo setor para proteger os depositantes nas crises bancárias, nomeadamente transferindo-os de um banco em dificuldade para um banco saudável. A utilização destas redes de segurança destina-se apenas a complementar as reservas próprias dos bancos, que continuam a ser a primeira linha de defesa.

## Reforma do quadro de gestão de crises bancárias e do seguro de depósitos

### Objetivos



Preservar a estabilidade financeira e proteger o dinheiro dos contribuintes



Melhorar a proteção dos depositantes



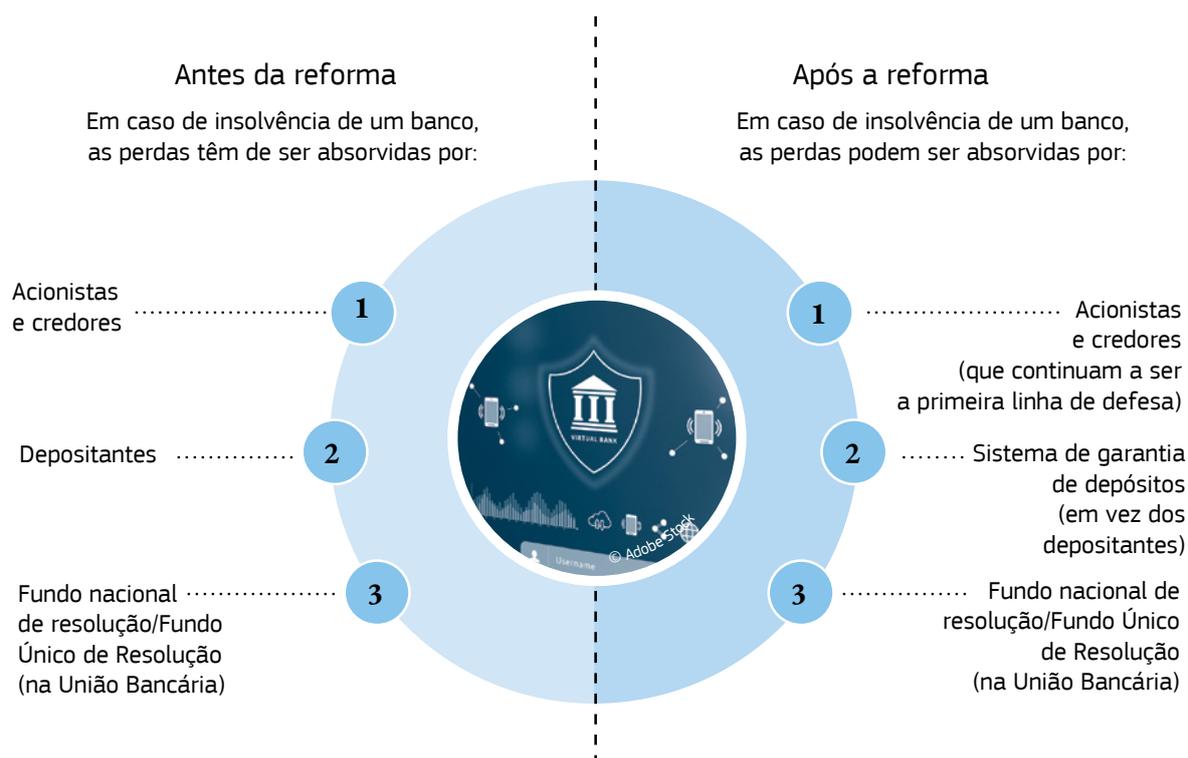
Proteger a economia real do impacto das falências bancárias

### O que está a ser feito?

Melhorar os sistemas de tratamento da insolvência dos bancos e a proteção dos depositantes, sobretudo no caso dos bancos de pequena e média dimensão

### Bancos de pequena e média dimensão

Modelo de negócio com uma grande percentagem de depósitos no balanço



Outro avanço importante durante o ano foi o acordo político sobre a proposta da Comissão de revisão das regras bancárias da UE (Regulamento Requisitos de Fundos Próprios e Diretiva Requisitos de Fundos Próprios), conhecida como «pacote bancário». O pacote de medidas aplica o conjunto final de normas internacionais de regulamentação bancária (normas de Basileia III) acordadas pela UE e pelos parceiros do G20 no âmbito do Comité de Basileia de Supervisão Bancária. A fase inicial das reformas

do Basileia III — que impõe fundos próprios mais elevados e de melhor qualidade, redução do efeito de alavanca e requisitos de liquidez rigorosos — já está a ser aplicada em todos os bancos da UE. Com a conclusão destas normas, a UE procura reforçar a simplicidade, comparabilidade e sensibilidade aos riscos do quadro regulamentar, restabelecendo, em última análise, a confiança nos requisitos de fundos próprios baseados no risco.

## O que está previsto no pacote bancário?



### Basileia III: novas regras aplicáveis a modelos internos

Introdução de um novo limite para garantir que os riscos não são subestimados pelos bancos quando utilizam os seus próprios modelos de cálculo.



### Melhor supervisão

As autoridades de supervisão terão instrumentos mais sólidos para fiscalizar os bancos da UE, inclusive grupos bancários complexos. Introdução de normas mínimas para a supervisão de bancos de países terceiros na UE.



### Sustentabilidade

Os bancos terão de ter em conta os riscos ambientais, sociais e de governação na gestão das suas atividades.

## Regras fiscais e aduaneiras justas, simples e modernas

### Reforma da união aduaneira

Em maio, a Comissão propôs a reforma mais ambiciosa da união aduaneira desde a sua criação em 1968, em resposta ao aumento dos volumes comerciais, ao crescimento do comércio eletrónico e à melhoria das normas da UE. A fragmentação digital do atual sistema e a coordenação insuficiente entre autoridades nacionais acentuaram os custos de conformidade administrativa suportados pelos operadores e incentivaram a fraude.

Esta reforma inclui a criação de uma autoridade aduaneira da UE, que supervisionará uma nova plataforma de dados aduaneiros. Tal possibilitará uma abordagem mais centralizada e digitalizada das alfândegas, que reduzirá os custos de conformidade para os operadores, libertará recursos para as autoridades nacionais e assegurará uma união aduaneira mais eficiente, mais forte e resistente às fraudes.



↑  
Terminal de contentores da DP World.  
Constanța, Roménia, 10 de maio de 2023.

## Combater a evasão e a fraude fiscais

Os novos requisitos em matéria de comunicação e troca de informações, em consonância com o quadro adotado pela Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico para a comunicação de informações sobre criptoativos, ajudarão os Estados-Membros a combater a evasão e a fraude fiscais nos setores dos criptoativos e da moeda eletrónica. O [acordo](#) alcançado em 2023 exige que todos os prestadores de serviços de criptoativos sediados na UE comuniquem as transações efetuadas por clientes residentes na UE, reforçando a deteção dos casos de fraude e evasão fiscais.

No âmbito do Plano de Ação para a União dos Mercados de Capitais de 2020 e do [Plano de ação para uma tributação justa e simples favorável à retoma da UE](#), a Comissão propôs a simplificação dos procedimentos de retenção na fonte para os investidores, os intermediários financeiros e as administrações fiscais. Esta medida visa evitar tanto a dupla tributação como os abusos do sistema de reembolso ou de dedução. Procura igualmente harmonizar os procedimentos de isenção da retenção na fonte, reduzindo assim os custos para as partes interessadas.

A Comissão propôs igualmente uma [diretiva relativa aos preços de transferência](#), para reduzir os encargos de conformidade, aumentar a segurança fiscal e reduzir os litígios em matéria de preços de transferência. O objetivo é evitar quer a dupla tributação quer os casos de dupla não tributação.

## Rumo a uma tributação mais justa, simples e moderna

Lidar com 27 regimes fiscais nacionais diferentes, cada um com as suas regras específicas, torna-se oneroso para as empresas no que toca ao cumprimento das obrigações fiscais. Esta situação desencoraja o investimento transfronteiriço na UE, deixando as empresas em desvantagem competitiva em comparação com outras regiões do mundo.

Para eliminar este problema, em setembro a Comissão propôs um [quadro para a tributação dos rendimentos das empresas que operam na Europa](#). Este quadro introduzirá um conjunto unificado de regras para determinar a base de tributação dos grupos empresariais, reduzindo os custos de conformidade até 65 % para as grandes empresas que operam em vários Estados-Membros. Além disso, simplificará o processo de tributação por parte das autoridades fiscais nacionais, facilitando a correta determinação dos impostos devidos.

Embora a proposta se destine principalmente aos grandes grupos que operam em toda a União Europeia, a UE também tomou medidas para simplificar as regras fiscais aplicáveis às microempresas e às PME. A proposta de [diretiva relativa à tributação pela administração da sede social](#) introduz um quadro de simplificação para as PME que operam noutros Estados-Membros através de estabelecimentos estáveis. Dá-lhes a possibilidade de interagirem apenas com uma única administração fiscal (a administração da sua sede social) e não com as administrações fiscais de todos os Estados-Membros em que operam. O objetivo é incentivar a expansão além-fronteiras.



# 3. Criar uma Europa próspera e com impacto neutro no clima

## Introdução

O Pacto Ecológico Europeu é o roteiro da União Europeia para combater a tripla ameaça das crises climática, ambiental e da biodiversidade. Com este pacto, a UE reforçou as suas ambições em matéria de clima, comprometendo-se a atingir a neutralidade climática até 2050. Esta iniciativa está a transformar a UE numa sociedade equitativa e próspera, dotada de uma economia moderna, com uma utilização eficiente dos recursos e competitiva. Em 2023, a UE alcançou um marco importante rumo à neutralidade climática: em meados de outubro, foi adotada a legislação essencial para cumprir — e mesmo ultrapassar — o objetivo intermédio de reduzir as emissões líquidas

de gases com efeito de estufa pelo menos 55 % até 2030. As condições meteorológicas extremas voltaram a expor a dura realidade das alterações climáticas em toda a UE e no mundo, realçando a necessidade de prosseguir os esforços para reduzir as emissões o mais rapidamente possível. Na COP28, a UE assumiu um papel de destaque na obtenção, simultaneamente, de um acordo mundial para acelerar a transição energética e abandonar os combustíveis fósseis e de um compromisso no sentido de triplicar a capacidade mundial de produção de energia renovável e duplicar a taxa de melhoria da eficiência energética até 2030.

## A realidade de um planeta em ebulição

As perturbações e a destruição provocadas por fenómenos meteorológicos extremos na Europa e no mundo em 2023 alertaram dramaticamente para a grave e crescente ameaça que as alterações climáticas representam para as sociedades, e para a necessidade de tomar medidas urgentes que protejam o planeta.

As condições de seca contribuíram para a ocorrência de épocas de incêndios florestais mais longas e perigosas, registando-se grandes deflagrações já em março em Espanha e incêndios sem precedentes que devastaram partes da Grécia, de Espanha e de Portugal em julho e agosto. O incêndio florestal na região nordeste da Grécia, em Evros, foi o maior alguma vez observado na UE. Segundo o [Sistema Europeu de Informação sobre Fogos Florestais](#), em 22 de julho mais de 181 000 hectares de terra em toda a UE já tinham sido [reduzidos a cinzas](#) — mais de 40 % acima da média registada entre 2003 e 2022 (128 225 hectares).

Em resposta ao risco crescente de incêndio florestal, em 2023 a UE melhorou a sua capacidade de antecipação e previsão, reforçou a [frota de combate a incêndios rescEU](#) e posicionou centenas de bombeiros para prestarem apoio imediato. Criou também uma Equipa de Apoio aos Incêndios Florestais no âmbito do [Centro de Coordenação de Resposta de Emergência](#).

Os incêndios florestais são uma preocupação mundial. Para ajudar a combater os piores incêndios florestais no Canadá na última década (que queimaram cerca de quatro milhões de hectares, uma área tão grande como os Países Baixos), os Estados-Membros da UE disponibilizaram os serviços de cerca de 300 bombeiros a este país através do [Mecanismo de Proteção Civil da UE](#) (ver capítulo 8).



© AFP

Com sete meses e duas épocas de incêndios com temperaturas sem precedentes, 2023 foi o ano mais quente de toda a história registada. Segundo o [Serviço de Monitorização das Alterações Climáticas Copernicus](#) da UE, quase 50 % dos dias em 2023 atingiram mais de 1,5 °C acima da média pré-industrial (1850-1900).

↑  
Fogos florestais nos municípios de Candelária e Arafo. Tenerife, Espanha, 16 de agosto de 2023.

Chuvas extremas causaram inundações mortais em partes da UE, incluindo na Croácia, Itália, Áustria e Eslovénia.

→ Imagem aérea das zonas afetadas por inundações e deslizamentos de terras na Emília-Romanha. Itália, 25 de maio de 2023.



Para responder às inundações e incêndios florestais sem precedentes, em 2023 os pedidos de ajuda para a recuperação e reconstrução em situações de catástrofe apresentados a título do Fundo de Solidariedade da União Europeia mobilizaram todos os recursos disponíveis para prestar assistência.

Fora da Europa, as alterações climáticas também constituem uma grave ameaça para os países mais pobres do mundo, agravando crises preexistentes e exigindo maiores esforços para fazer face ao agravamento das necessidades humanitárias (ver capítulo 8). Segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), a percentagem de países de rendimento baixo e médio expostos a fenómenos climáticos extremos subiu de 76 % para 98 % nas últimas duas décadas.

Em 15 de julho, a UE instituiu o Dia das Vítimas da Crise Climática Mundial, que é celebrado todos os anos em homenagem às vítimas na Europa e em todo o mundo. O objetivo da ocasião é sensibilizar as pessoas para as medidas específicas que podem tomar para ajudar a reduzir os danos causados pelas alterações climáticas e para estarem mais bem preparadas para as catástrofes climáticas.

## Rumo ao «zero líquido»

No relatório do Painel Intergovernamental das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas, publicado em março, a comunidade científica alertou seriamente, mais uma vez, para a necessidade de tomar medidas que respondam à crise climática. O relatório reafirma que o mundo está a aquecer rapidamente devido à influência humana, com fenómenos meteorológicos extremos e catástrofes a porem em risco vidas e meios de subsistência em todo o planeta. Os dados científicos são claros: a única forma de travar o aquecimento global e atenuar o impacto das alterações climáticas é atingir a meta de zero emissões líquidas de gases com efeito de estufa. Tal significa alcançar um equilíbrio entre a quantidade de emissões de gases com efeito de estufa que são libertadas para a atmosfera e a quantidade de emissões removidas.

O objetivo essencial do Pacto Ecológico Europeu é tornar a Europa o primeiro continente com impacto neutro no clima. Este objetivo está estabelecido na Lei Europeia do Clima, juntamente com o compromisso juridicamente vinculativo de reduzir as emissões líquidas de gases com efeito de estufa pelo menos 55 % até 2030, comparando com os níveis de 1990.

**Graças à atual legislação da UE em matéria de clima e energia, as emissões de gases com efeito de estufa da UE já baixaram 32,5 %, em comparação com 1990, e a economia da UE cresceu mais de 60 % no mesmo período.**

Para o efeito, em 2021 a Comissão Europeia apresentou o pacote de propostas legislativas «Objetivo 55». Em 2022, no quadro do Plano REPowerEU, definiu metas mais ambiciosas para algumas dessas propostas (nomeadamente em matéria de eficiência energética e energia renovável), no sentido de reduzir mais ainda a dependência da UE em relação às importações de combustíveis fósseis russos (ver capítulo 4). No final de 2023, estava já em vigor a legislação fundamental para alcançar o objetivo de redução líquida de 55 % até 2030 (ver *infra*). Tal inclui metas vinculativas abrangendo todos os setores da economia, uma meta para aumentar os sumidouros naturais de carbono e a atualização do Sistema de Comércio de Licenças de Emissão da UE.

**Mais de 9 em cada 10 cidadãos da UE consideram que as alterações climáticas são um problema grave.**



As alterações climáticas:

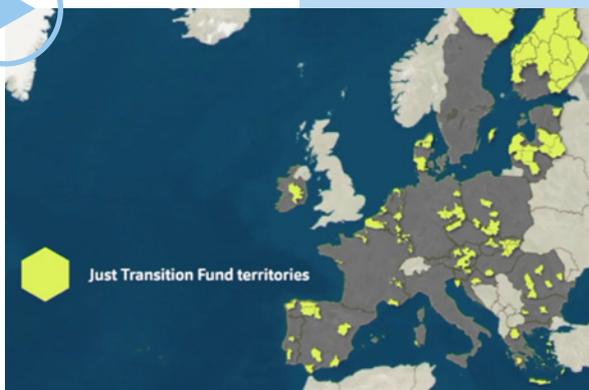
- são um problema **muito** grave, dizem **77 %**
- são um problema **relativamente** grave, afirmam **16 %**
- não** constituem um problema grave para **7 %**

O sistema existente foi reforçado em 2023 e o seu âmbito de aplicação foi alargado por forma a abranger as emissões dos transportes marítimos. Foi adotado um sistema de comércio de licenças de emissão novo e distinto para alargar a tarifação do carbono a novos setores da economia, em especial aos combustíveis dos edifícios e dos transportes rodoviários. Além de cobrar um preço pela poluição e gerar investimento na transição ecológica, o novo sistema garantirá um apoio social às pessoas e às pequenas empresas, para que ninguém fique para trás.

**O pacote legislativo final deverá reduzir as emissões líquidas de gases com efeito de estufa da UE 57 % até 2030, em comparação com 1990.**

Um novo mecanismo de importação de mercadorias do exterior da UE assegurará a fixação de um preço do carbono em setores específicos. A nova legislação inclui igualmente metas atualizadas em matéria de energias renováveis e eficiência energética, bem como regras para impulsionar as infraestruturas de carregamento e a utilização de combustíveis alternativos nos transportes rodoviários, marítimos e aéreos.

Em 2023, os Estados-Membros tiveram de apresentar os seus planos nacionais atualizados em matéria de energia e clima, descrevendo a forma como tencionam cumprir as metas da UE em matéria de energia e clima até 2030. Em dezembro, a Comissão avaliou os planos e emitiu um conjunto de recomendações.



↑  
VÍDEO: Plataforma para uma Transição Justa.



### **Não deixar ninguém para trás**

Para assegurar uma transição ecológica justa e inclusiva, serão gerados 55 mil milhões de EUR em investimento ao longo da presente década, a fim de apoiar as pessoas que vivem nas regiões da UE com mais desafios na transição para uma economia com impacto neutro no clima.

Em cooperação com as partes interessadas nacionais, regionais e locais, a UE está a ajudar a diversificar as economias regionais e a criar oportunidades para que as pessoas prosperem na nova economia (ver também capítulo 6).

### Objetivo 55 — legislação adotada



Reforma do sistema de comércio de licenças de emissão da UE



Novo sistema de comércio de licenças de emissão da UE para os combustíveis destinados aos edifícios e transportes rodoviários



Fundo Social para o Clima



Regulamento Partilha de Esforços



Regulamento relativo ao uso do solo, às florestas e à agricultura



Normas de emissões de dióxido de carbono para automóveis de passageiros e veículos comerciais ligeiros



Mecanismo de Ajustamento Carbónico Fronteiriço



Diretiva Energias Renováveis



Diretiva Eficiência Energética



Regulamento Infraestrutura para Combustíveis Alternativos



Regulamento ReFuelEU Aviação



Regulamento FuelEU Transportes Marítimos

A competitividade da UE dependerá grandemente da sua capacidade para desenvolver e fabricar as tecnologias limpas necessárias para garantir o êxito da transição para uma economia com zero emissões líquidas. A fim de reforçar a competitividade dessas tecnologias na UE e apoiar uma rápida transição para a neutralidade climática, a Comissão apresentou o Plano Industrial do Pacto Ecológico para a Era do Impacto Zero em fevereiro de 2023. O plano visa garantir um ambiente mais favorável ao aumento da capacidade da UE de fabricar tecnologias e produtos com zero emissões líquidas (ver capítulo 4).

A UE está também a apoiar a inovação relacionada com essas tecnologias por meio do Fundo de Inovação,

financiado pelo Sistema de Comércio de Licenças de Emissão. Esta iniciativa visa trazer soluções para o mercado que descarbonizem a indústria europeia e apoiem a transição para a neutralidade climática, reforçando simultaneamente a competitividade da UE. Alguns Estados-Membros estão também a apoiar a capacidade de fabrico de tecnologias inovadoras no âmbito dos seus planos nacionais de recuperação e resiliência. A Comissão organizou vários diálogos sobre a transição para as energias limpas para ajudar todos os setores a desenvolver um modelo empresarial de descarbonização da indústria, sendo os primeiros diálogos, em 2003, dedicados às indústrias do hidrogénio e às indústrias com utilização intensiva de energia (ver capítulo 4).

## Rumo a uma economia circular

Ao longo do ano, a UE continuou a alcançar progressos rumo a uma economia circular, esforçando-se para que os produtos sustentáveis passem a ser a nova norma e a pressão sobre os recursos naturais e os resíduos diminua, e ainda para que haja mais crescimento sustentável e emprego.

Todos os anos, mais de cinco milhões de toneladas de vestuário são deitados fora na UE (acima de 11 kg por pessoa), mas apenas 22 % destes resíduos acabam recolhidos separadamente para reutilização ou reciclagem, sendo os restantes geralmente incinerados ou enviados para aterros. As novas regras propostas para os têxteis responsabilizarão os produtores pelos ciclos de vida dos seus produtos, em especial pela gestão dos resíduos, promovendo assim uma gestão sustentável destes em toda a UE. Espera-se que o aumento de têxteis usados e reciclados disponíveis crie postos de trabalho locais e poupe dinheiro aos consumidores dentro e fora da UE, atenuando simultaneamente o impacto da produção têxtil nos recursos naturais. A campanha ReSet the Trend foi lançada em 2023 para sensibilizar os consumidores para a moda sustentável.

O desperdício alimentar tem um enorme impacto económico, social e ambiental. No quadro de uma nova proposta apresentada pela Comissão em julho, espera-se que os Estados-Membros reduzam o desperdício alimentar 10 % na produção e transformação até 2030, e 30 % (*per capita*) conjuntamente no retalho e consumo. Estas novas metas aumentarão a segurança alimentar e ajudarão a reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, reduzindo custos às empresas e aos consumidores.



### Resíduos alimentares

**58,4 milhões de toneladas** (131 kg/pessoa/ano) são gerados anualmente na UE.  
*Fonte: Eurostat, setembro de 2023.*

Cerca de **10 %** de todos os produtos alimentares fornecidos aos retalhistas, aos serviços de restauração e às famílias são desperdiçados.

Os **agregados familiares** são responsáveis por **mais de metade** do desperdício alimentar (54 %).

O **segundo maior** volume de desperdício (21 %) é gerado pelo setor da produção e transformação.

Nesse sentido, a Comissão adotou um quadro revisto de monitorização da economia circular, que permitirá um acompanhamento mais rigoroso dos progressos alcançados na UE na transição para uma economia circular e do contributo dessa transição para a sustentabilidade mundial e a resiliência europeia. Este quadro inclui novos indicadores, como a pegada de utilização de matérias-primas e a produtividade dos recursos, para medir os progressos no cumprimento das metas de prevenção dos resíduos.

Todos os anos, quase seis milhões de veículos na UE chegam ao fim da sua vida útil. O tratamento inadequado dos veículos em fim de vida resulta numa perda de valor e gera poluição. Foram propostas novas regras, abrangendo todas as fases da vida dos veículos (desde o desenho e colocação no mercado até ao seu tratamento final), que deverão gerar 1,8 mil milhões de EUR de receitas líquidas até 2035. Resultarão igualmente em poupanças significativas de carbono e numa menor dependência de matérias-primas, criando postos de trabalho adicionais e mais receitas para o setor da gestão e reciclagem de resíduos.

As novas medidas para aumentar a circularidade no setor automóvel poderão resultar na reciclagem de até quatro milhões de automóveis e na criação de mais 22 000 postos de trabalho até 2035.

→

Virginijus Sinkevičius, comissário europeu do Ambiente, Oceanos e Pescas (à direita), visitando uma empresa pioneira no domínio da economia circular. Bélgica, julho de 2023.



Foi alcançado um acordo político sobre a proposta da Comissão que introduz novas regras em matéria de transferência de resíduos, garantindo uma maior responsabilização da UE pelos seus resíduos. Será proibida a exportação de resíduos de plástico da UE para países que não sejam membros da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico. O acordo ajudará a reduzir a poluição causada pelos resíduos e a promover a economia circular.

Os produtos têm um impacto ambiental significativo ao longo do seu ciclo de vida — desde a extração das matérias-primas até ao seu fabrico, transporte, utilização e fim de vida. Em dezembro, foi alcançado um acordo sobre a proposta para tornar os produtos sustentáveis a nova norma na UE. O novo Regulamento Conceção Ecológica de Produtos Sustentáveis baseia-se nas regras de conceção ecológica atualmente em vigor, que há quase 20 anos vêm promovendo uma maior eficiência energética dos produtos na UE. O novo regulamento alargará o quadro existente de duas formas: em primeiro lugar, cobrindo a maior gama possível de produtos; em segundo, quando apropriado, alargando os requisitos que os produtos devem cumprir.

Capacitar os consumidores para a transição ecológica é essencial para cumprir os objetivos do Pacto Ecológico Europeu em matéria de consumo sustentável. Em setembro, o Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia alcançaram um acordo relativamente a uma proposta com novas regras para melhorar a informação dos consumidores sobre a durabilidade e a reparabilidade dos bens que adquirem, e ainda para reforçar a sua proteção contra práticas comerciais desleais. Foi também introduzida uma nova proibição relativa às alegações enganosas dos produtos com base na compensação de emissões. A Comissão apresentou igualmente uma proposta para melhorar tanto o acesso aos serviços de reparação como a informação fornecida sobre estes serviços. A iniciativa promove a reparação em detrimento da substituição durante o período de garantia legal e exige que os fabricantes reparem os bens sujeitos, no presente ou no futuro, a requisitos específicos de reparabilidade (de conceção ecológica) ao abrigo da legislação da UE.

## Escolhas sustentáveis

Para complementar as medidas de capacitação dos consumidores, a Comissão propôs também novas regras para combater a ecomaquilhagem, que torna os produtos ou processos aparentemente mais ecológicos do que na verdade são. Garantir que as alegações e os rótulos ecológicos são creíveis e fiáveis permite aos consumidores decidir as suas compras de uma forma mais informada. Tal estimulará igualmente a competitividade das empresas que se esforçam por melhorar a sustentabilidade ecológica dos seus produtos e atividades.

Foram igualmente finalizadas novas regras para ajudar os consumidores a fazer escolhas informadas e respeitadoras do ambiente na compra de telemóveis e tábletes. As novas regras de conceção ecológica melhorarão a durabilidade, a reparabilidade, a possibilidade de reutilização e a reciclabilidade destes dispositivos. Entretanto, o novo rótulo energético dos telemóveis inteligentes e dos tábletes indicará a sua eficiência e durabilidade, e a pontuação da reparabilidade orientará os consumidores para escolhas mais sustentáveis. Estas regras serão aplicáveis a partir de 20 de junho de 2025.



← **VÍDEO:** Proposta de nova diretiva sobre as alegações ecológicas.

## Avançar com o Plano de Ação para a Poluição Zero

### Água

Em 2023, com a adoção da diretiva revista sobre a água potável, agora incorporada na legislação nacional, começaram a ser aplicadas novas regras em toda a UE. Estas regras garantirão algumas das normas mais exigentes no mundo em matéria de água potável.

Em junho, perante provas de diminuição da pluviosidade em muitas partes da UE, começaram a ser aplicados novos requisitos para assegurar uma reutilização segura das águas residuais tratadas na irrigação agrícola.



© Getty Images

Em fevereiro de 2023, foi publicado um relatório da UE que analisa uma das maiores catástrofes ecológicas na memória recente da Europa e que resultou na morte de cerca de 360 toneladas de peixe no rio Oder. O relatório identifica como causa provável a proliferação substancial de algas tóxicas e formula recomendações para ajudar a evitar a repetição deste acontecimento catastrófico.

Embora a segurança marítima nas águas da UE seja muito elevada, com poucas vítimas mortais e nenhum derrame de petróleo importante recente, continuam a ser comunicados todos os anos mais de 2 000 acidentes e incidentes marítimos. Em junho, a Comissão apresentou cinco propostas legislativas para modernizar as regras da UE e evitar a poluição das águas provocada pelos navios. As propostas visam igualmente evitar descargas ilegais nos mares europeus, a fim de reduzir o impacto ambiental das atividades de transporte marítimo e preservar o ecossistema marinho.



## Reforçar a segurança marítima

As normas de segurança rigorosas da UE são eficazes, mas os novos desafios e tecnologias exigem novas abordagens.





## Produtos químicos

Ao abrigo de uma proposta da Comissão para proteger os cidadãos da UE e o ambiente contra o mercúrio tóxico, a utilização de amálgamas dentárias será totalmente proibida. Cerca de 40 toneladas de mercúrio são ainda utilizadas anualmente na UE para este fim. A proposta proibirá igualmente o fabrico e a exportação de determinados produtos que contêm mercúrio, por exemplo lâmpadas.



## Emissões industriais

A diretiva relativa às emissões industriais rege cerca de 52 000 grandes instalações industriais e pecuárias em toda a UE. Exige-lhes que sejam titulares de uma licença baseada na utilização das melhores técnicas disponíveis. Em 2023, procedeu-se a uma nova série de avaliações das melhores técnicas disponíveis relativamente a matadouros e indústrias de subprodutos animais e coprodutos comestíveis. Cerca de 800 matadouros na UE terão de respeitar estas novas regras para reduzir o seu impacto ambiental.



## Ruído

A seguir à poluição atmosférica, o ruído é a segunda principal ameaça ambiental para a saúde na Europa. Um relatório sobre a aplicação da diretiva relativa ao ruído ambiente define de que forma se pode diminuir ainda mais o ruído para concretizar o objetivo de redução de 30 % até 2030.



## Microplásticos

A Comissão deu mais um passo importante na proteção do ambiente através da adoção de medidas que restringem os microplásticos adicionados intencionalmente aos produtos. As novas regras evitarão a libertação para o ambiente de cerca de meio milhão de toneladas de microplásticos.



Confira a qualidade do ambiente onde vive:

<https://discomap.eea.europa.eu/atlas/?page=Check-your-place>

Confira a qualidade do ar que respira (também existe como aplicação móvel):

<https://www.eea.europa.eu/themes/air/air-quality-index>

## Biodiversidade

A natureza é vital para combater as alterações climáticas. A degradação do ambiente natural aumenta a probabilidade e a gravidade de fenómenos como os incêndios e as inundações, o que significa que a natureza e a biodiversidade da Europa são a melhor defesa do ambiente contra as catástrofes naturais.

Em novembro, foi alcançado um acordo político provisório sobre o regulamento relativo ao restauro da natureza, dando início a um processo de recuperação contínua e sustentada da natureza. Até 2030, os Estados-Membros terão de adotar medidas para restaurar a natureza em pelo menos 20 % das zonas terrestres da UE e 20 % dos seus mares. Até 2050, essas medidas terão de estar em vigor para todos os ecossistemas que necessitem de ser restaurados.

### Solo

Os solos saudáveis são cruciais para garantir a segurança alimentar, alcançar a neutralidade climática e pôr termo à desertificação e à degradação das terras. Contudo, mais de 60 % dos solos europeus não são saudáveis. A proposta de adoção de legislação sobre a monitorização dos solos pretende nortear a UE no caminho para a criação de solos saudáveis até 2050, por meio da recolha de dados sobre a saúde dos solos e da sua disponibilização aos agricultores e outras pessoas responsáveis pela gestão dos solos. A nova legislação ajudará a fazer da gestão sustentável a nova norma. A Comissão publicou igualmente um conjunto de orientações sobre as oportunidades de financiamento

oferecidas pela UE às partes interessadas para garantir solos saudáveis. O manifesto da missão «Pacto Europeu para os Solos», lançado em abril, reúne decisores regionais e locais, partes interessadas e cidadãos numa comunidade vibrante preocupada com a saúde dos solos. Até ao final do ano, já tinham subscrito esta iniciativa voluntária mais de 2 100 indivíduos e 350 organizações. Os signatários do manifesto reconhecem a necessidade de agir em defesa da saúde dos solos e de participar nas atividades de proteção e recuperação dos solos.

### Polinizadores

Perante o desaparecimento de um terço das espécies de abelhas, borboletas e moscas-das-flores na UE, a Comissão apresentou em 2023 uma iniciativa renovada que define as medidas a tomar pela UE e pelos Estados-Membros para inverter o declínio dos polinizadores até 2030. Os cidadãos têm apelado cada vez mais para que seja empreendida uma ação decisiva contra a perda de polinizadores, como aconteceu recentemente com a iniciativa de cidadania europeia «Salvar as abelhas e os agricultores». A UE também reduziu os limites máximos de resíduos de dois pesticidas neonicotinoides nos alimentos, para o nível mais baixo mensurável com as tecnologias mais recentes. A utilização ao ar livre de clotianidina e tiametoxame já foi proibida na UE. Os novos níveis aplicam-se aos alimentos para seres humanos e para animais produzidos na UE ou importados para a UE. Garante-se, desta forma, que os alimentos colocados no mercado interno não contribuem para o declínio dos polinizadores, independentemente do local onde são produzidos.

## A saúde dos solos afeta diretamente a segurança alimentar da UE



**95 %** dos nossos alimentos são direta ou indiretamente produzidos no solo.



A erosão dos solos custa à UE **1,25 mil milhões de EUR** por ano em perda de produtividade agrícola.



**83 %** dos solos da UE contêm resíduos de pesticidas.



Mais de **23 %** das terras agrícolas são afetadas pela compactação, o que reduz a produtividade.



## Florestas

As florestas são um aliado crucial na luta contra as alterações climáticas e a perda de biodiversidade. O contributo das terras e, em particular, do setor ligado à utilização das terras para a mitigação das alterações climáticas depende, em grande medida, da forma como estas áreas são utilizadas e geridas. A remoção de carbono por este setor na UE diminuiu significativamente nos últimos anos e a função dos sumidouros de carbono está em declínio. Em 2023, a UE atualizou a sua legislação sobre a utilização das terras, a alteração da utilização das terras e a silvicultura, a fim de incentivar a remoção de carbono e promover uma gestão sustentável das terras agrícolas e florestais.

Em novembro, a Comissão propôs legislação relativa à monitorização das florestas com o objetivo de criar uma base exaustiva de dados, que ajudará os Estados-Membros e os proprietários e gestores florestais a melhorar a sua resposta à crescente pressão sobre as florestas, exacerbada pelas alterações climáticas. Além de melhorar a resiliência das florestas contra as ameaças transfronteiriças (pragas, secas e incêndios), o quadro de monitorização ajudará os proprietários e gestores florestais a beneficiar dos sistemas de pagamento ecossistémicos, como o sistema de certificação da UE para a remoção de carbono.



O regulamento pioneiro da UE relativo às cadeias de abastecimento não associadas à desflorestação, um elemento essencial na luta contra as alterações climáticas e a perda de biodiversidade, entrou em vigor em junho. Os operadores e comerciantes dispõem agora de 18 meses para aplicar as novas regras. Uma vez instituídas, estas assegurarão que vários bens essenciais exportados da UE ou disponibilizados no mercado da UE deixem de contribuir para a desflorestação e a degradação florestal, tanto na União Europeia como no resto do mundo. A lista de bens inclui o óleo de palma, o café, a soja e o chocolate. Além disso, as novas regras ajudarão a garantir os meios de subsistência de milhões de pessoas, incluindo dos povos indígenas e das comunidades locais em todo o mundo, que dependem fortemente dos ecossistemas florestais.

## Sistemas alimentares sustentáveis

A aprovação dos 28 planos estratégicos pela Comissão marcou o início de uma nova política agrícola comum (PAC) em 1 de janeiro de 2023. Um financiamento da UE no total de 264 mil milhões de EUR apoiará os agricultores europeus na transição para um setor agrícola mais sustentável e resiliente e ajudará a preservar a vitalidade e a diversidade das áreas rurais entre 2023 e 2027. Cerca de 98 mil milhões de EUR serão consagrados a benefícios para o clima, a água, o solo, o ar, a biodiversidade e o bem-estar dos animais, em consonância com os objetivos do Pacto Ecológico Europeu.

A PAC não é apenas um instrumento para apoiar as medidas de recuperação e renovação após uma crise; permite igualmente aos agricultores antecipar e adaptar-se aos efeitos das alterações climáticas e a outros desafios. A UE está a estudar a melhor forma de apoiar os agricultores da UE e de adaptar as políticas agrícolas europeias às suas necessidades. Para concretizar este objetivo, em janeiro de 2024

será lançado o Diálogo Estratégico sobre o Futuro da Agricultura na UE.

Numa altura de crescente preocupação com o fornecimento de alimentos, a Comissão prosseguiu os seus trabalhos no sentido de identificar os principais fatores da segurança alimentar. Uma nova proposta para permitir a utilização segura de novas técnicas genómicas ajudará a desenvolver sistemas alimentares mais sustentáveis, salvaguardando em simultâneo a segurança alimentar. Estas técnicas podem criar variedades vegetais de elevado rendimento, resistentes às alterações climáticas e às pragas, reduzindo a necessidade de pesticidas químicos e a dependência da UE em relação a importações agrícolas. A Comissão propôs nova legislação da UE sobre a produção e a comercialização de materiais de reprodução vegetal e florestal para aumentar a qualidade e a diversidade das sementes, estacas e outros materiais de reprodução vegetal.

A nova PAC contribuirá para os objetivos da UE em matéria de redução da utilização e do risco dos pesticidas químicos e aumentará substancialmente o apoio específico à agricultura biológica. Estão igualmente previstos incentivos às pessoas responsáveis pela gestão das terras para armazenarem carbono no solo e na biomassa e reduzirem as emissões de gases com efeito de estufa em 35 % da superfície agrícola da UE, por meio de práticas de gestão adequadas e com uma rotação de culturas em 85 % das terras aráveis apoiadas pela PAC.

→ Janusz Wojciechowski, comissário europeu da Agricultura (em primeiro plano, à direita), visitando as comunidades afetadas pelas inundações nos campos da Tessália. Grécia, outubro de 2023.



## Bem-estar dos animais

Há mais de 40 anos que a UE toma medidas para aumentar o bem-estar dos animais, melhorando progressivamente as suas condições de vida e adotando algumas das normas mais exigentes no mundo em matéria de bem-estar. Este esforço prosseguiu em 2023 com uma proposta para rever as atuais regras da UE aplicáveis ao transporte de animais, que melhorará o bem-estar de 1,6 mil milhões de animais transportados anualmente dentro e para fora da UE. A proposta centra-se em objetivos específicos, incluindo a redução do tempo de viagem, o aumento do espaço mínimo disponível e a melhoria das condições de exportação de animais a partir da UE. A aplicação da legislação em vigor continua a ser uma prioridade e, em 2023, prosseguiram as auditorias e os controlos regulares em vários domínios.

Além disso, as primeiras regras adotadas sobre o bem-estar e a rastreabilidade dos cães e dos gatos garantirão normas uniformes na UE para a criação, o acolhimento e o tratamentos destes animais nos estabelecimentos de criação, lojas de animais de companhia e abrigos. A rastreabilidade dos cães

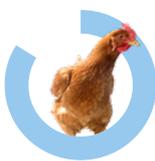
e dos gatos será igualmente reforçada através da identificação e do registo obrigatórios nas bases de dados nacionais, para combater o comércio ilegal e controlar de modo mais adequado as condições de bem-estar nestes estabelecimentos.

Durante o ano, a Comissão respondeu à iniciativa de cidadania europeia «Uma Europa sem peles», a 10.<sup>a</sup> iniciativa de cidadania bem-sucedida, que obteve o apoio de 1,5 milhões de cidadãos em toda a UE. Embora não seja proposta legislação adicional nesta fase, a Comissão tem previstas várias medidas para dar resposta aos objetivos da iniciativa, incluindo encarregar a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos de elaborar, até março de 2025, um parecer científico sobre o bem-estar dos animais destinados à produção de peles.

Estão em preparação outras medidas em matéria de bem-estar dos animais, nomeadamente o seguimento da iniciativa de cidadania europeia «Acabar com a era das gaiolas».

## O que têm a dizer os cidadãos da UE sobre o bem-estar dos animais?

### Necessidade de proteger melhor o bem-estar dos animais



**84 %** afirmam que se deve proteger melhor o bem-estar dos animais de criação.



**74 %** afirmam que se deve proteger melhor o bem-estar dos animais de estimação.

Fonte: Eurobarómetro Especial n.º 533, outubro de 2023.

Imagens: © Adobe Stock.

### Bem-estar dos animais de criação



**91 %** consideram que é importante.

**8 %** não consideram que seja importante.



Segundo os resultados de um inquérito Eurobarómetro publicado em outubro, o bem-estar dos animais é importante para os cidadãos da UE.

## Pesca e oceanos sustentáveis

As alterações climáticas e a perda de biodiversidade ameaçam a sustentabilidade dos recursos haliêuticos e aquícolas. Um pacote de medidas apresentado em fevereiro pretende responder a estes desafios através da aplicação da política comum das pescas e de um novo plano de ação para o setor marinho. As medidas procuram melhorar a resiliência e a sustentabilidade das pescas e da aquicultura, nomeadamente apoiando a tão necessária transição energética (ver capítulo 4). O pacote ajuda a cumprir o compromisso assumido pela UE de proteger pelo menos 30 % dos seus mares (10 % sob proteção rigorosa). As medidas propostas serão executadas gradualmente, de molde a permitir a adaptação do setor.

As novas regras adotadas pelo Parlamento e pelo Conselho em 2023 visam ajudar a prevenir a sobrepesca e criar um sistema de controlo das pescas mais eficaz e harmonizado, tirando pleno partido das tecnologias modernas. Tal inclui a utilização de monitorização eletrónica à distância e de CCTV a bordo dos navios de pesca, bem como a utilização obrigatória de ferramentas digitais nos processos de certificação das capturas e de rastreabilidade, a fim de impedir as importações provenientes da pesca ilegal.

A Comissão saudou a iniciativa de cidadania europeia «Fim da remoção e do comércio de barbatanas de tubarão», no âmbito da qual foi

instada a pôr termo ao comércio internacional de barbatanas de tubarão soltas, começando por proibir este comércio no mercado da UE. A Comissão irá considerar a necessidade de propor legislação. Além disso, intensificará a aplicação das medidas de rastreabilidade na UE e colaborará com os parceiros internacionais para proteger e fazer uma gestão sustentável dos *stocks* de tubarões à escala global.

Após mais de uma década de negociações multilaterais, o Tratado do Alto-Mar foi adotado em junho. Este tratado é uma conquista histórica no que respeita aos esforços desenvolvidos para proteger os oceanos, combater a degradação ambiental e as alterações climáticas, e prevenir a perda de biodiversidade no alto-mar. Tem sido uma prioridade para a UE e os seus Estados-Membros, que encabeçaram as negociações no plano mundial. O tratado entrará em vigor após a sua ratificação por 60 partes.

A UE aceitou formalmente o acordo da Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre as subvenções à pesca, em nome dos seus Estados-Membros. Este acordo é crucial para garantir que as subvenções à pesca têm como objetivo central a sustentabilidade e evitam a degradação dos oceanos e das unidades populacionais piscícolas, que constituem o meio de subsistência de comunidades costeiras de todo o mundo. O acordo entrará em vigor logo que dois terços dos 164 membros da organização concluíam os processos de ratificação no âmbito nacional.



## Mobilidade sustentável

A UE está a investir numa vasta gama de projetos no domínio dos transportes para melhorar as infraestruturas transfronteiriças e promover novas tecnologias, por intermédio do Mecanismo Interligar a Europa 2021-2027. Os projetos que receberam financiamento da UE em 2023 incluem grandes conexões ferroviárias transfronteiriças, como o túnel de Brenner Base (que liga Itália e a Áustria), a Rail Baltica (que liga os três Estados bálticos e a Polónia ao resto da Europa) e o troço transfronteiriço entre a Alemanha e os Países Baixos (Emmerich-Oberhausen). Os 6,2 mil milhões de EUR de financiamento destinam-se a projetos que promovam redes de caminhos de ferro, vias navegáveis interiores, estradas e rotas marítimas mais eficientes, ecológicas e inteligentes, e sobretudo modos de transporte sustentáveis. Para melhorar as ligações ferroviárias transfronteiriças em toda a Europa, a União anunciou um apoio em 2023 destinado a 10 projetos-piloto da UE que criassem novos serviços ferroviários ou melhorassem os serviços existentes, tornando-os mais rápidos, mais frequentes e menos caros.



↑  
Adina Vălean, comissária europeia dos Transportes (à direita), durante as Jornadas da Mobilidade Urbana de 2023. Sevilha, Espanha, 4 de outubro de 2023.



## Aviação

Em outubro, a UE adotou o Regulamento ReFuelEU Aviação com o objetivo de promover a utilização de combustíveis sustentáveis para a aviação. As novas regras exigirão que os fornecedores de combustíveis para a aviação misturem querosene com quantidades crescentes de combustíveis sustentáveis a partir de 2025. Prevê-se que isto reduza em dois terços as emissões de dióxido de carbono das aeronaves até 2050, em comparação com um cenário de manutenção da situação atual, e beneficie o clima e a qualidade do ar.

A Aliança para a aviação sem emissões, lançada em 2022, está a preparar a entrada em serviço de aeronaves elétricas ou movidas a hidrogénio. Cerca de 300 peritos das 141 organizações que fazem parte da aliança estão a trabalhar nas questões fundamentais para o seu lançamento. O relatório intercalar publicado pela aliança defende que, nos próximos anos, se deve estabelecer um quadro regulamentar adequado.



## Transporte marítimo

O novo Regulamento FuelEU Transportes Marítimos, adotado pela UE em julho, promoverá a utilização de combustíveis e energia mais limpos para o transporte marítimo e garantirá a diminuição gradual da intensidade das emissões dos gases com efeito de estufa dos combustíveis utilizados pelo setor: de 2 % em 2025 até um máximo de 80 % em 2050.

A UE acolheu favoravelmente o acordo alcançado na Organização Marítima Internacional para estabelecer o objetivo de reduzir a zero as emissões dos navios «até ou perto de 2050». Acolheu também com satisfação a definição de pontos de controlo indicativos: pelo menos 20 % — mas procurando alcançar 30 % — em 2030 e pelo menos 70 % — mas procurando alcançar 80 % — em 2040 (em relação aos níveis de 2008).

Além disso, a UE investiu mais de 540 milhões de EUR em infraestruturas para combustíveis alternativos ao longo da rede transeuropeia de transportes. Tal garantirá cerca de 14 000 locais de carregamento e 81 estações de abastecimento de hidrogénio, além da eletrificação dos portos e aeroportos.

A UE propôs igualmente a revisão da diretiva relativa ao transporte combinado, com o objetivo de tornar o transporte de mercadorias mais sustentável por meio de um aumento da competitividade da utilização de dois ou mais modos de transporte.

A Comissão propôs a revisão das normas relativas às emissões de dióxido de carbono dos veículos pesados, como os camiões, os autocarros urbanos e os autocarros de longa distância. Estes veículos são responsáveis por mais de 25 % das emissões de gases com efeito de estufa provenientes do transporte rodoviário na UE e por mais de 6 % das emissões totais na UE. A fim de estimular a implantação mais rápida de autocarros sem emissões nas cidades, a Comissão propôs igualmente que todos os autocarros urbanos novos tenham emissões nulas a partir de 2030.

### Reduzir as emissões de CO<sub>2</sub> dos veículos pesados

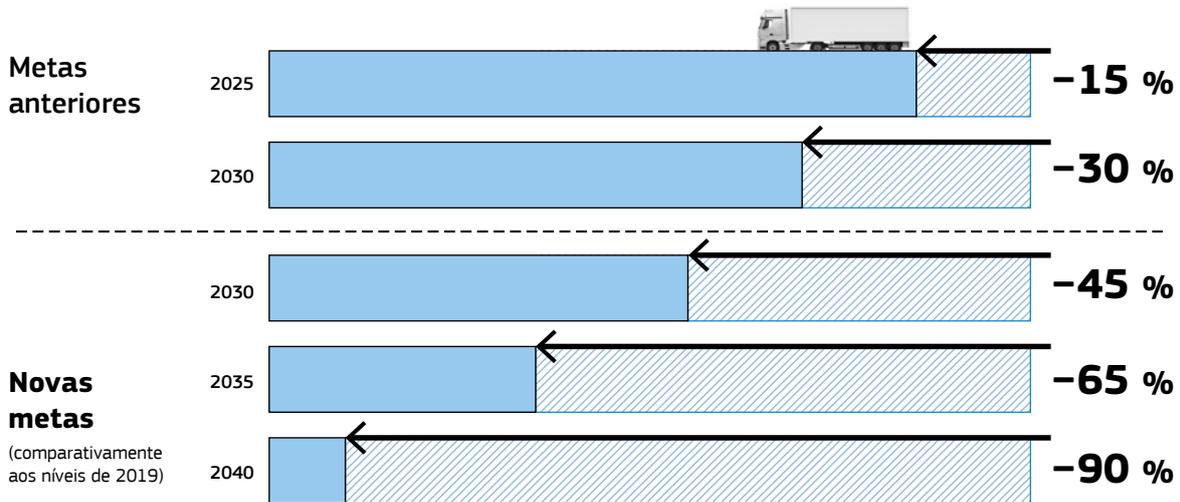


Imagem: © Adobe Stock.

## Agir a nível mundial em prol do planeta

A Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas 2023 (COP28), no Dubai, Emirados Árabes Unidos, assinalou a conclusão do primeiro balanço mundial no âmbito do Acordo de Paris, para ver quais os progressos realizados pelos países desde a adoção do acordo mundial sobre as alterações climáticas.



↑  
VÍDEO: Resultados da COP28.

A UE conseguiu, com parceiros de todo o mundo, manter viva a possibilidade de respeitar o compromisso assumido em Paris, em 2015, no sentido de limitar o aumento da temperatura média global a 1,5 °C. Reconhecendo que o mundo não está a conseguir responder a este compromisso, as partes traçaram um rumo para voltarem a ter condições de o cumprir.

Todas as partes concordaram em abandonar os combustíveis fósseis e tomar medidas urgentes nesta

década decisiva para o clima. Tendo as conversações incidido especialmente no setor da energia, os países aceitaram tomar medidas para reduzir as emissões 43 % até 2030 e garantir emissões líquidas nulas no mundo até 2050, baseando-se nos melhores dados científicos disponíveis.

A UE encabeçou uma iniciativa internacional na conferência para triplicar a capacidade mundial de energias renováveis e duplicar a taxa de melhoria da eficiência energética até 2030, lançando o Compromisso Global sobre Energias Renováveis e Eficiência Energética durante as conversações. Com o apoio da Presidência da COP28 e de cerca de 130 países, o compromisso foi subscrito por todos os participantes no documento final da conferência «Consenso dos EAU».

A UE anunciou que investirá 2,3 mil milhões de EUR do seu orçamento no apoio à transição energética dos países da vizinhança europeia e em todo o mundo, nos próximos dois anos, por intermédio da estratégia Global Gateway (ver capítulo 8).

No âmbito do Compromisso Mundial sobre o Metano, lançado pela UE e pelos EUA em 2021, mais de 150 países estão agora a pôr em prática o objetivo coletivo de reduzir as emissões de metano à escala mundial pelo menos 30 % até 2030, comparando com os níveis de 2020. Na COP28, a UE e os seus Estados-Membros anunciaram um financiamento de 175 milhões de EUR para apoiar a Methane Finance Sprint, a fim de impulsionar a redução de emissões de metano.

→  
Wopke Hoekstra, comissário europeu da Ação Climática, na COP28. Dubai, Emirados Árabes Unidos, 8 de dezembro de 2023.





← Maroš Šefčovič, vice-presidente executivo da Comissão Europeia responsável pelo Pacto Ecológico Europeu, Relações Interinstitucionais e Prospetiva, participa na reunião da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, no contexto da COP28. Dubai, Emirados Árabes Unidos, 4 de dezembro de 2023.

O balanço global considerou igualmente os meios para implantar a transição necessária, tendo as partes chegado a acordo sobre as medidas finais para definir o novo objetivo coletivo quantificado em matéria de financiamento climático na conferência do próximo ano. Foi também acordado na conferência um quadro para o objetivo global de adaptação, que visa reforçar a resiliência mundial às alterações climáticas.

A UE ajudou a operacionalizar o novo Fundo para Perdas e Danos, que ajudará os países em desenvolvimento particularmente vulneráveis aos efeitos adversos das alterações climáticas. A UE e os seus Estados-Membros contribuíram com mais de 400 milhões de EUR para o fundo — mais de dois terços dos compromissos de financiamento iniciais.

Para fazer face ao impacto humano da crise climática nos contextos mais frágeis e de conflito, a UE aderiu a duas novas iniciativas emblemáticas lançadas pela Presidência da COP28: «Fazer face a catástrofes: uma carta sobre o financiamento para a gestão dos riscos» e «Declaração sobre o clima, a ajuda, a recuperação e a paz». A carta estabelece princípios para assegurar uma melhor utilização do financiamento na gestão dos riscos e na proteção das pessoas nos países mais vulneráveis, enquanto a declaração apela a um apoio financeiro urgente para a adaptação e resiliência às alterações climáticas nesses países.

Na Conferência da Água das Nações Unidas, em março, a primeira cimeira deste género em quase 50 anos, a UE reiterou o seu forte compromisso em garantir a resiliência e a segurança da água no mundo. A delegação da UE apresentou 33 compromissos voluntários no âmbito da Agenda de Ação para a Água — uma plataforma para acelerar os progressos à escala mundial no quadro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

No início do ano, a UE associou-se a 26 países para lançar a aliança de ministros do Comércio em matéria de clima, o primeiro fórum mundial no plano ministerial dedicado ao comércio, ao clima e ao desenvolvimento sustentável. A aliança visa incentivar políticas comerciais que combatam as alterações climáticas, tanto local como globalmente.

A UE estabeleceu uma aliança ecológica com a Noruega em abril e outra com o Canadá em novembro, para aprofundar a cooperação em matéria de clima, ambiente, energia e indústria limpa. A UE e a Coreia do Sul também estabeleceram uma parceria verde em maio, com o objetivo de reforçar a cooperação bilateral e o intercâmbio de boas práticas em matéria de ação climática, transição energética limpa e justa, proteção do ambiente e outros domínios da transição ecológica.

## Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

O primeiro reexame voluntário da execução da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável realizado pela UE mostra que esta está plenamente empenhada em cumprir os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que foram adotados por todos os Estados membros das Nações Unidas em 2015.

A UE situou firmemente o desenvolvimento sustentável no cerne da sua ação e está a enviaar esforços para fazer progredir a Agenda 2030 tanto no espaço interno como em todo o mundo, apoiando os países parceiros nos seus esforços de execução.

A UE incorporou esses objetivos nas suas políticas, orçamentos e planos a longo prazo. Graças à sua abordagem global da governação, o Pacto Ecológico Europeu abre a via a um futuro mais sustentável e próspero para todos.



© AFP

# 4. Assegurar energia segura, sustentável e a preços acessíveis para a Europa

## Introdução

Depois de atravessar uma das piores crises energéticas mundiais das últimas décadas, a União Europeia tomou medidas drásticas em 2023 para poupar energia, diversificar o seu aprovisionamento energético e acelerar a transição para as energias limpas. As situações de emergência nos domínios do clima, do ambiente e da biodiversidade que se continuam a verificar em todo o mundo tornam ainda mais evidente a necessidade de adotar medidas urgentes. Ao longo do ano, a União Europeia continuou a eliminar progressivamente os combustíveis fósseis russos para salvaguardar a sua economia e, ao mesmo tempo, envidou esforços para que esta última se torne

mais sustentável, por meio do aumento da produção de energia renovável e da aplicação de medidas de eficiência energética. A UE pôs em prática uma reforma abrangente do seu mercado da eletricidade, a fim de melhor proteger os consumidores contra os choques de preços da energia, e introduziu também novas iniciativas para estimular a sua competitividade e aumentar a capacidade industrial no setor das tecnologias limpas. Estas iniciativas visam garantir o acesso a matérias-primas críticas e reduzir as dependências estratégicas em tecnologias e cadeias de valor essenciais, reforçando, desta forma, a segurança económica e a soberania tecnológica da União Europeia.

## Segurança energética

### Eliminação progressiva dos combustíveis fósseis russos

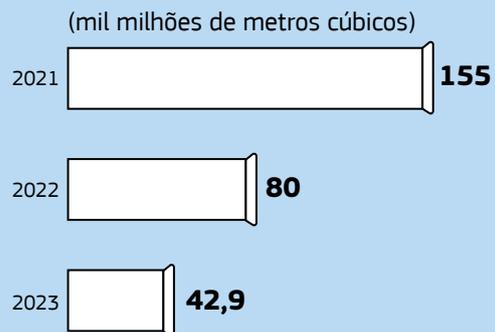
Por forma a garantir aos cidadãos da União Europeia o acesso a energia segura, sustentável e a preços acessíveis, a UE lançou o plano REPowerEU em maio de 2022. O plano tem como objetivo reduzir significativamente a dependência da União Europeia em relação aos combustíveis fósseis russos aumentando a produção interna de energia limpa, reduzindo o consumo de energia e diversificando o aprovisionamento energético da UE. Nos primeiros 12 meses após o seu lançamento, a União Europeia tinha já alcançado progressos assinaláveis na realização destes três objetivos.

No final de 2023, as importações totais de gás russo na União Europeia ascendiam a apenas 42,9 mil milhões de metros cúbicos (mil milhões de m<sup>3</sup>), em comparação com 80 mil milhões de m<sup>3</sup> em 2022 e mais de 150 mil milhões de m<sup>3</sup> em 2021. Durante o ano, a Noruega e o Norte de África voltaram a ser os principais fornecedores da União Europeia de gás transportado por gasodutos, e os Estados Unidos o principal fornecedor de gás natural liquefeito.

Além do REPowerEU, há uma série de instrumentos que auxiliam os Estados-Membros da UE a diversificar as suas fontes de aprovisionamento de gás. Um deles, o mecanismo de aquisição conjunta de gás AggregateEU, permite que as empresas de gás e as empresas consumidoras de gás unam esforços para agregar a procura, coordenar a utilização das infraestruturas, negociar com parceiros internacionais e preparar a aquisição conjunta de gás e hidrogénio.



### Importações de gás provenientes da Rússia



Em 2022, a União Europeia aprovou outra medida para dar resposta aos problemas de segurança do aprovisionamento: o regulamento relativo ao armazenamento de gás, que exigia que, até 1 de novembro, os Estados-Membros aprovisionassem as suas instalações de armazenamento até 90 %, a fim de garantirem reservas suficientes para o inverno. Graças a esta medida, garantiram-se reservas que alcançaram 95 % da capacidade antes do inverno de 2022/2023. Em 2023, com preços substancialmente mais baixos — e menos voláteis — do que os registados em 2022, as instalações de armazenamento foram aprovisionadas com grande rapidez, atingindo-se a meta de 90 % em 18 de agosto e mantendo-a acima de 95 % no início de dezembro.



↑  
Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia (quarta a partir da esquerda), e Jens Stoltenberg, secretário-geral da OTAN (quinto a partir da esquerda), visitam uma plataforma de extração de gás natural da empresa norueguesa Equinor localizada ao largo da costa ocidental da Noruega. 17 de março de 2023.



←

Um navio-tanque de gás natural liquefeito (GNL) num terminal de transporte marítimo recentemente instalado na Alemanha para importar gás, em alternativa aos gasodutos Nord Stream. O GNL é um gás natural arrefecido, com a transformação do gás num líquido que corresponde a 1/600 do seu volume original. Esta redução significativa permite um transporte seguro e eficiente a bordo de navios de transporte de GNL. Brunsbüttel, Alemanha, setembro de 2023.

Uma série de novos projetos de infraestruturas energéticas concluídos nos últimos dois anos ajudou também a UE a garantir fontes alternativas de aprovisionamento de gás. Entre esses projetos contam-se o gasoduto báltico, a interligação entre a Bulgária e a Grécia e novos terminais de gás natural liquefeito em vários Estados-Membros.

Em novembro, a União Europeia deu mais um passo para tornar o seu sistema energético apto para o futuro ao publicar a sua primeira lista de projetos de interesse comum, plenamente consentânea com o Pacto Ecológico Europeu. Prevê-se que seja formalmente adotada no início de 2024. Publicada

de dois em dois anos, esta lista contém projetos suscetíveis de melhorar a interconectividade dos sistemas energéticos dos Estados-Membros. Os projetos podem beneficiar de procedimentos de licenciamento acelerados e de financiamento. Esta é a primeira lista no âmbito do regulamento revisto sobre as redes transeuropeias de energia que exclui projetos relacionados com combustíveis fósseis e inclui projetos relativos ao hidrogénio e a eletrolisadores. A lista abrange também projetos destinados a interligar o sistema energético da União Europeia ao Reino Unido, aos Balcãs Ocidentais e aos países do Norte de África.

## Acesso a energia a preços acessíveis

Desde o verão de 2021, os preços da energia dispararam, afetando gravemente os consumidores e deixando muitas pessoas em risco de pobreza energética. Em 2023, a União Europeia procurou introduzir regras destinadas a reformar o mercado da energia para proteger os consumidores contra futuros choques no plano dos preços. Estas medidas de longo prazo complementam as medidas de emergência aplicadas em 2022, entre as quais o mecanismo de correção do mercado para limitar os preços excessivos do gás e a contribuição extraordinária cobrada a determinadas empresas de energia com lucros excessivos.

Muito embora a União Europeia tenha um mercado único da energia bem integrado, que há mais de 20 anos traz vantagens aos consumidores, a crise energética mostrou que são necessários mais progressos. Consequentemente, em março de 2023 a Comissão apresentou uma proposta de revisão das regras de configuração do mercado da eletricidade da União Europeia. Esta reforma dará aos consumidores mais direitos e opções e, ao mesmo tempo, reforçará a sua proteção, quebrando a relação entre as faturas de energia e o preço do mercado de curto prazo da eletricidade e tornando o mercado da energia da UE mais resiliente. O Parlamento Europeu e o Conselho chegaram a acordo sobre a reforma no final do ano.

## A revisão da configuração do mercado da eletricidade da UE capacita e protege os consumidores

Os consumidores têm agora direito a:

- celebrar contratos de preço fixo, garantindo assim preços seguros a longo prazo;
- contratos múltiplos;
- partilhar com os vizinhos as energias renováveis que produzem.

- Protege os consumidores vulneráveis contra cortes de abastecimento.
- Assegura proteção contra futuras manipulações do mercado e situações de incerteza energética.
- Obriga os fornecedores de energia a prevenir aumentos súbitos e elevados dos preços e o risco de carência.



Os esforços da União Europeia para diversificar o seu aprovisionamento e os seus fornecedores de energia também contribuíram para reduzir os preços da energia — e a sua volatilidade — em relação aos excessos registados em 2022. A [Plataforma Energética da UE](#) (designadamente o mecanismo AggregateEU, já mencionado neste capítulo) permite agregar a procura e proceder à aquisição conjunta de energia, o que se traduz em melhores preços para os consumidores da União Europeia.

A Comissão introduziu ainda um mecanismo para corrigir os picos de preços no mercado do gás, fixando um novo preço de referência para o gás natural liquefeito. Era necessário criar uma alternativa à abordagem anterior, que utilizava como referência o preço do gás do mercado de transferência de títulos neerlandês (TTF), preço esse que deixara de ser fiável por já não refletir as novas

condições de mercado. Agora, a [Agência Europeia de Cooperação dos Reguladores da Energia](#) publica regularmente um valor de referência, que está muito menos exposto à volatilidade do que o preço do mercado de transferência de títulos.

Por último, a União Europeia deu aos Estados-Membros a possibilidade de conceder apoio direto aos agregados familiares vulneráveis e às pequenas e médias empresas através das medidas excecionais no âmbito do programa SAFE (apoio à energia a preços acessíveis). No âmbito das [regras da política de coesão](#), estas medidas permitem que os Estados-Membros recorram aos fundos da UE remanescentes, ao abrigo da sua dotação de 2014-2020, para prestar apoio direto a grupos de risco que enfrentem um aumento dos custos da energia.

## Utilização eficiente da energia

O setor da energia — aquecimento das habitações, produção de energia e transportes — é responsável por quase três quartos das emissões mundiais de gases com efeito de estufa. Isto significa que a redução do consumo de energia é um elemento de grande importância na luta contra as alterações climáticas. A União Europeia quer reduzir as suas

emissões pelo menos 55 % até 2030 (em relação aos níveis de 1990), em consonância com os objetivos do Pacto Ecológico Europeu (ver capítulo 3).

No inverno de 2022/2023 — graças ao tempo mais ameno e aos esforços conjuntos da União Europeia e dos seus Estados-Membros, cidadãos e empresas —, o consumo de gás na UE diminuiu 18 % (o equivalente a 53 mil milhões de m<sup>3</sup>). No entanto, para que haja um equilíbrio adequado entre a oferta e a procura de energia, são ainda necessárias medidas voluntárias de poupança de energia. Por este motivo, foi prorrogado o [regulamento de emergência relativo à redução do consumo de gás](#) (acordado inicialmente em [julho de 2022](#)), com o objetivo de reduzir o consumo em mais 60 mil milhões de m<sup>3</sup> entre abril de 2023 e março de 2024. Outras regras de emergência adotadas em 2022 no que se refere ao mecanismo de correção do mercado, às regras de solidariedade e ao licenciamento foram também prorrogadas para prevenir novos problemas.



## A nova diretiva relativa à eficiência energética define objetivos de longo prazo mais ambiciosos para o consumo de energia.



Um novo objetivo de redução do consumo de energia de 11,7 % até 2030 em relação ao consumo previsto (o objetivo inicial, proposto em 2021, era de 9 %).



Os Estados-Membros devem assegurar uma redução anual do consumo de energia final de 1,3 % até 2024 e de 1,9 % até 2028, um aumento em relação à redução de 0,8 % alcançada em 2023.

Melhorar a utilização da energia nos edifícios é outra forma importante de poupar energia. O acordo político alcançado em dezembro sobre a [revisão da diretiva relativa ao desempenho energético dos edifícios](#) ajudará o setor da construção a reduzir o seu consumo de energia e a tornar os edifícios mais ecológicos. A revisão introduz uma série de medidas que ajudarão os governos da UE a aumentar o desempenho energético dos edifícios e incide sobretudo na melhoria dos edifícios com pior desempenho.

As poupanças de energia obtêm-se não só utilizando menos energia e fazendo-o de forma mais eficiente, mas também através da conceção de produtos e aparelhos de uso diário por parte dos produtores. As [novas regras de conceção ecológica da União Europeia](#) determinam que os aparelhos elétricos devem utilizar menos energia em modo de espera e dão aos

fabricantes dois anos para melhorar o desempenho dos seus produtos. Os secadores de roupa, aquecedores de ambiente local, telemóveis, táboles e ventiladores industriais são alguns dos produtos sujeitos a regras novas ou revistas mais rigorosas. Estas alterações repercutir-se-ão na [etiqueta energética da UE](#), que continua a ser amplamente reconhecida e utilizada pelos consumidores na União Europeia.

A União Europeia quer que os produtos sustentáveis se tornem a norma. No final do ano, o Parlamento e o Conselho chegaram a [acordo sobre a iniciativa relativa aos produtos sustentáveis](#), proposta em março de 2022, que questiona o tradicional modelo de consumo «extrair, fabricar, utilizar e deitar fora». A iniciativa pretende garantir que os produtos são feitos para durar, reduzindo assim o desperdício e conservando recursos.



A Comissão estima que a redução do consumo de eletricidade dos produtos em modo de espera permitirá poupar 1,36 milhões de toneladas de dióxido de carbono por ano. Estas poupanças são também animadoras para o bolso dos consumidores, já que, no total, podem ascender a 530 milhões de EUR por ano até 2030.

## Acelerar a produção de energia verde

A transição para energias limpas e renováveis é essencial para concretizar o objetivo do Pacto Ecológico Europeu de uma Europa com impacto neutro no clima. Fundamental para esta transição, o plano REPowerEU concentra-se na produção de energia verde, na eliminação progressiva dos combustíveis fósseis russos e na promoção da poupança energética. O Mecanismo de Recuperação e Resiliência e o Plano Industrial do Pacto Ecológico são essenciais para sustentar o REPowerEU e asseguram apoio financeiro e estratégico à transição para as energias renováveis e ao objetivo mais abrangente de uma Europa com impacto neutro no clima.

O Mecanismo de Recuperação e Resiliência intervém em grande medida no financiamento de projetos e infraestruturas no domínio da energia verde, a fim de acelerar a transição para as energias renováveis, com cerca de 42 % dos seus fundos a serem destinados à transição ecológica (ver capítulo 2 para mais informações sobre o mecanismo). Os Estados-Membros têm vindo a alterar os seus planos de recuperação e resiliência para que incluam um capítulo específico dedicado ao plano REPowerEU, no qual indicam de que forma tencionam concretizar os seus objetivos. Até à data, 23 Estados-Membros apresentaram capítulos REPowerEU: nos planos alterados, 61,87 mil milhões de EUR foram atribuídos às energias renováveis e às redes de energia, incluindo 35,51 mil milhões de EUR destinados especificamente à produção de energias renováveis.

### O Pacto Ecológico Europeu

**Tornar a Europa o primeiro continente com impacto neutro no clima até 2050**



O Mecanismo de Recuperação e Resiliência dá também aos Estados-Membros a possibilidade de atribuir fundos a projetos importantes de interesse europeu comum em domínios como o hidrogénio e as baterias.

Além do apoio ao investimento, tanto em tecnologias de energia renovável plenamente desenvolvidas como noutras mais inovadoras, concedido pelo mecanismo, em 2023 introduziu-se um conjunto de iniciativas mais amplas para dar resposta aos desafios estruturais que afetam o setor das energias limpas da UE. Uma destas iniciativas, o Plano Industrial do Pacto Ecológico, visa reforçar a competitividade das tecnologias de impacto zero na União Europeia (e acelerar assim a transição para a neutralidade climática), tirando partido dos pontos fortes do mercado único. A União Europeia simplificou a regulamentação, para que seja mais fácil obter as matérias-primas de que as tecnologias limpas necessitam, e facilitou o processo de obtenção de financiamento para as tecnologias de energia verde. A UE está empenhada na requalificação e melhoria das competências das pessoas, por forma a que estas possam trabalhar no setor das tecnologias limpas, e envida também esforços para melhorar o comércio aberto, a fim de garantir acesso às matérias-primas e permitir assim o pleno desenvolvimento das tecnologias verdes. Graças a esta ação, as comunidades usufruirão das vantagens proporcionadas pelos empregos de elevada qualidade oferecidos pela indústria das tecnologias limpas, ao passo que as pessoas tirarão proveito dos benefícios decorrentes de um ambiente mais limpo e de uma economia de mercado mais sustentável.

#### O Plano Industrial do Pacto Ecológico

Desenvolvimento da capacidade industrial para as tecnologias limpas que compõem o Pacto Ecológico Europeu.

#### REPowerEU

Resposta às perturbações do mercado da energia com uma energia segura, sustentável e a preços acessíveis para a Europa.

#### O Mecanismo de Recuperação e Resiliência

Recuperação dos efeitos da pandemia e preparação para as transições ecológica e digital.

## O Plano Industrial Verde assenta em quatro pilares complementares



Um quadro regulamentar previsível e simplificado



Acesso mais rápido ao financiamento



Competências reforçadas



Comércio aberto para cadeias de abastecimento resilientes

No âmbito do Plano Industrial do Pacto Ecológico — especificamente relacionado com a simplificação do quadro regulamentar aplicável ao setor das tecnologias limpas —, a Comissão apresentou igualmente, em março de 2023, uma proposta de regulamento relativo às matérias-primas críticas e uma proposta de regulamento relativo a uma indústria de impacto zero. Estes dois atos funcionarão em paralelo para apoiar a capacidade de produção de impacto zero da União Europeia e assegurar a disponibilidade das matérias-primas necessárias à produção de tecnologias limpas na UE.

Perante a procura mundial de matérias-primas críticas e num contexto geopolítico em rápida mutação e cada vez mais complexo, é fundamental garantir o acesso da União Europeia a um aprovisionamento seguro e sustentável dessas matérias-primas. Esse aprovisionamento é essencial para a competitividade da União, sobretudo no setor das tecnologias verdes e digitais, bem como nas indústrias aeroespacial e da defesa.

Formalmente aprovado pelo Parlamento e pelo Conselho em novembro, o regulamento relativo às matérias-primas críticas reforçará as capacidades internas de matérias-primas críticas ao longo de toda a cadeia de aprovisionamento. Estabelece objetivos claros para aumentar as capacidades de extração, transformação e reciclagem até 2030. A União Europeia irá ainda diversificar as suas fontes de aprovisionamento para que não tenha de depender de um único fornecedor para suprir mais de 65 % do seu consumo. Esta estratégia inclui a criação de parcerias internacionais, apoiadas pela estratégia Global Gateway.

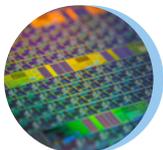
### Matérias-primas críticas

As matérias-primas críticas estão na base de muitas cadeias de aprovisionamento industrial e a sua procura está a aumentar à escala mundial.



Os elementos de terras raras são componentes essenciais dos ímanes permanentes utilizados em motores de turbinas eólicas.

O lítio, o cobalto e o níquel são utilizados no fabrico de baterias.



O silício é utilizado nos semicondutores.

O Regulamento Indústria de Impacto Zero reforçará a resiliência e a competitividade da indústria de fabrico de tecnologias de impacto zero da União Europeia e contribuirá para um sistema energético mais seguro e sustentável. O regulamento melhorará as condições necessárias para criar projetos de impacto zero na União Europeia e atrair investimento. Estabelece ainda um objetivo ambicioso: até 2030, a capacidade estratégica de produção de tecnologias de impacto zero da União Europeia deve atingir ou ultrapassar 40 % das suas necessidades de implantação dessas tecnologias. A sua consecução irá acelerar substancialmente os progressos no sentido dos objetivos da União Europeia em matéria de clima e energia para 2030, bem como da transição mais geral rumo à neutralidade climática. Reforçará também a competitividade da indústria da União Europeia, criará empregos de elevada qualidade e sustentará os esforços da UE para atingir a independência energética.

Por último, o objetivo da União Europeia de acelerar a utilização de energias renováveis, nomeadamente as produzidas na Europa, reflete-se também na sua política energética. Um dos principais marcos de 2023 foi a revisão da Diretiva Energias Renováveis, com o objetivo de acelerar a implantação destas energias. Esta revisão aumentou a meta da União Europeia em matéria de energias renováveis até 2030 para um mínimo de 42,5 %, com a ambição de atingir 45 %, em relação ao anterior objetivo de 32 %, fixado em 2018. A diretiva revista procura dar resposta aos recentes estrangulamentos e ineficiências introduzindo novas medidas aplicáveis ao hidrogénio renovável e às energias renováveis nos transportes e na indústria. Esclarece ainda questões de ordem técnica, entre as quais os critérios de sustentabilidade para a bioenergia, e torna permanentes as anteriores regras temporárias instituídas para encurtar e simplificar os procedimentos de licenciamento de projetos de energias renováveis.

## Energias renováveis

Após a adoção da estratégia da UE para a energia solar e o lançamento da parceria industrial do biometano em 2022, a União Europeia reorientou a sua ação para o hidrogénio renovável e a energia eólica em 2023.

No que diz respeito ao hidrogénio e ao arranque desta nova tecnologia, o primeiro passo consistiu em definir o que se entende por hidrogénio renovável. Esta definição foi estabelecida nos atos delegados relativos ao hidrogénio, que salientam igualmente a importância de criar capacidades adicionais de energias renováveis para produzir hidrogénio renovável. A definição destas normas da UE é fundamental para a expansão do setor.

→ Kadri Simson, comissária europeia da Energia (à esquerda), e Pascal De Buck, diretor da Fluxys, visitam o local de construção de um gasoduto para transportar hidrogénio. Lokeren, Bélgica, 7 de julho de 2023.



Em dezembro, um acordo político sobre o pacote relativo ao gás e ao hidrogénio hipocarbónicos representou outra etapa importante. Esta iniciativa visa promover a utilização de gases renováveis e hipocarbónicos e incide sobretudo na criação de um mercado de hidrogénio renovável.

Em março, a Aliança Europeia para o Hidrogénio Limpo — criada em 2020 para apoiar a implantação em larga escala de tecnologias de hidrogénio limpo até 2030 — publicou um roteiro sobre a normalização no domínio do hidrogénio, no qual se traça um quadro completo das lacunas, dos desafios e das necessidades de normalização identificadas pelos membros da aliança. A aliança publicou igualmente um manual sobre os corredores de aprovisionamento de hidrogénio, onde se apresenta um quadro atualizado da evolução dos principais projetos de infraestruturas, em toda a União Europeia, que são essenciais para estabelecer a infraestrutura europeia hipocarbónica para o hidrogénio. Esta iniciativa pretende utilizar tanto os gasodutos existentes como novos gasodutos para criar uma rede de hidrogénio em todo o continente.

No que diz respeito à produção de hidrogénio renovável, a parceria europeia no domínio dos eletrolisadores renovou o compromisso assumido na declaração conjunta de 2022 no sentido de decuplicar as capacidades de produção de eletrolisadores da União Europeia até 2025.

A Comissão propôs igualmente a criação de um mecanismo pan-europeu para o hidrogénio, denominado Banco Europeu do Hidrogénio. O Banco do Hidrogénio garantirá a segurança do investimento e oportunidades comerciais para a produção de hidrogénio renovável na Europa e no mundo. Para esse efeito, recorrerá a dois mecanismos de financiamento (um para estimular a produção de hidrogénio na UE

→ Frans Timmermans, então vice-presidente executivo da Comissão Europeia responsável pelo Pacto Ecológico Europeu, intervindo na Cimeira Mundial do Hidrogénio de 2023. Roterdão, Países Baixos, 11 de maio de 2023.



e o outro para as importações internacionais na UE); avaliará a procura e as necessidades de infraestruturas; e coordenará diferentes fontes de financiamento para simplificar o investimento no hidrogénio sustentável.

Em março, a Comissão assinou uma declaração conjunta com as partes interessadas europeias para promover a investigação e a inovação no domínio do hidrogénio renovável, a fim de promover a sua implantação e impulsionar a transição para as energias limpas.

A UE tomou igualmente medidas para acelerar a implantação da energia eólica e a inovação neste domínio. Ao contrário da energia produzida a partir do hidrogénio — que está ainda numa fase incipiente —, o setor da energia eólica da União Europeia já deu provas de sucesso. O custo normalizado da energia neste setor foi equivalente ou mesmo inferior ao dos combustíveis fósseis e, em 2023 (janeiro a agosto), a energia eólica representou, em média, 17,2 % da eletricidade consumida na União Europeia. Subsistem, no entanto, algumas questões. Os atrasos no licenciamento, a escassez de competências e a forma como os concursos nacionais são concebidos para favorecer os custos em detrimento da sustentabilidade são alguns dos desafios. Além disso, os fabricantes de turbinas eólicas não obtêm dos Estados-Membros planos claros de implantação de energia eólica, o que complica a planificação de projetos num contexto de concorrência mundial e de aumento dos custos dos produtos de base.

Para resolver algumas das questões que ainda subsistem no setor, a Comissão apresentou, em outubro, o Plano de Ação Europeu para a Energia Eólica.

O plano de ação inclui o lançamento da iniciativa Accele-RES, que ajudará a digitalizar o processo de licenciamento e lançará uma ferramenta específica em linha para prestar assistência nos procedimentos de licenciamento. O plano reforçará ainda a competitividade da indústria eólica da União Europeia, facilitando o acesso dos seus fabricantes aos mercados estrangeiros; garantindo a devida proteção contra distorções do comércio (como as subvenções desleais concedidas a produtos relacionados com a energia eólica importados para a União Europeia); e procedendo à normalização dos equipamentos de energia eólica para melhorar a interoperabilidade, a qualidade e a sustentabilidade.

Por último, 21 Estados-Membros apresentaram compromissos em matéria de energia eólica no final de 2023, nos quais indicam os projetos de energia eólica e os volumes de implantação de energia eólica previstos para o futuro imediato (2024-2026). Graças a estes compromissos, os fabricantes e investidores terão mais garantias e, por conseguinte, serão lançados mais projetos de energia eólica.

**O Plano de Ação Europeu para a Energia Eólica é composto por seis partes principais que procuram dar resposta às questões neste domínio e contribuirá para aumentar a capacidade de produção de energia eólica de 204 GW em 2022 para o objetivo pretendido de 500 GW em 2030**





Central de armazenamento de energia por meio de baterias (instalada pela empresa Energy Cells), com uma potência total de 200 megawatts e uma capacidade de 200 megawatts-hora. Este projeto recebeu 87,6 milhões de EUR de financiamento do Mecanismo de Recuperação e Resiliência e permitirá à Lituânia desconectar-se da rede elétrica controlada pela Rússia e sincronizar-se com a rede elétrica continental europeia. Viena, Lituânia, 25 de julho de 2023.

## Apoiar a transição para energias renováveis

A transição para as energias renováveis implica também encontrar formas de as captar e armazenar, para que possam ser utilizadas quando, por exemplo, o vento não soprar ou o sol não brilhar.

A utilização de baterias é uma das formas de armazenar a energia renovável. Desde 2017, a Aliança Europeia para as Baterias, criada pela União Europeia para apoiar o ecossistema europeu de baterias, tem sido fundamental para garantir os progressos neste domínio. Na sua sétima reunião de alto nível, que decorreu em março de 2023, a aliança salientou a importância de dar a um número suficiente de pessoas as competências de que o setor das baterias necessita.

Assegurar uma transição justa e melhorar as competências dos trabalhadores das indústrias afetadas pela transição para as energias limpas são outros aspetos importantes na transição para

as energias renováveis. Neste contexto, a União Europeia designou 2023 como o Ano Europeu das Competências (ver capítulo 6 para mais informações).

Em 2023, além de dar resposta à escassez de competências específicas através de iniciativas como o plano de ação para a energia eólica, a Comissão ajudou a lançar uma parceria de competências em grande escala para as indústrias com utilização intensiva de energia e uma parceria de competências em grande escala no domínio das energias renováveis. Estas parcerias assegurarão que os trabalhadores destas indústrias dispõem das competências adequadas para acompanhar a transição da União Europeia para as energias renováveis e ajudá-los-ão a adaptar-se à evolução do mercado de trabalho. As parcerias visam identificar as lacunas de competências e desenvolver os programas de ensino e formação adequados para as colmatar.

### Transição energética do setor das pescas e aquicultura

Em fevereiro de 2023, a Comissão apresentou uma comunicação sobre a transição energética do setor das pescas e da aquicultura da UE. No âmbito desta iniciativa, as medidas visam apoiar a transição do setor para fontes de energia mais limpas, contribuindo assim para reduzir a sua atual dependência em relação aos combustíveis fósseis, que não só é insustentável do ponto de vista ambiental, como também torna o setor vulnerável ao aumento dos preços da energia (ver capítulo 3 para mais informações).



Um navio de pesca dinamarquês de desenho ecológico, com uma poupança de combustível de pelo menos 25 % por quilo de pescado. Inovações como estas, juntamente com as estruturas criadas pela UE, acelerarão a transição energética deste setor.

Estas parcerias complementam também outras iniciativas existentes, como a Academia da Aliança Europeia para as Baterias, que visa formar, requalificar e melhorar as competências dos trabalhadores, com o objetivo de satisfazer a procura de trabalhadores qualificados na cadeia de valor das baterias europeia, que se encontra em franco crescimento. A academia tem vindo a desenvolver e a lançar programas de formação avançada em colaboração com os prestadores de ensino e formação em todos os Estados-Membros.

O Regulamento Indústria de Impacto Zero e o regulamento relativo às matérias-primas críticas introduziram também iniciativas fundamentais para promover uma mão de obra qualificada na União Europeia. O Regulamento Indústria de Impacto Zero cria academias de indústrias de impacto zero para apoiar a produção destas tecnologias. Do mesmo modo, o regulamento relativo às matérias-primas críticas cria uma academia das matérias-primas, orientada para o reforço das competências que são essenciais para a mão de obra na cadeia de aprovisionamento de matérias-primas críticas.

Em 2023, assistiu-se igualmente ao lançamento dos diálogos sobre a transição para energias limpas.

O primeiro destes diálogos, centrado no hidrogénio, reuniu representantes de toda a cadeia de valor do hidrogénio para trocar ideias e melhores práticas sobre como reforçar a dimensão industrial do Pacto Ecológico Europeu. O segundo diálogo realizou-se com representantes de indústrias com utilização intensiva de energia.

Por último, a fim de apoiar a transição para as energias renováveis, a União Europeia presta aconselhamento prático e orientações específicas aos Estados-Membros através do instrumento de assistência técnica. Em 2023, este instrumento ajudou 17 Estados-Membros a identificar as reformas e os investimentos necessários para eliminar progressivamente os combustíveis fósseis russos. Entre os domínios que beneficiam de apoio técnico contam-se os seguintes: licenciamento mais rápido para energias renováveis; eficiência energética e renovação de edifícios; produção de hidrogénio e biometano; diversificação das fontes de aprovisionamento de gás; e descarbonização da indústria. Este apoio contribuirá para concretizar a transição ecológica e reduzir o preço da energia, em prol dos cidadãos e das empresas.



© AFP

# 5. Uma Europa preparada para a era digital

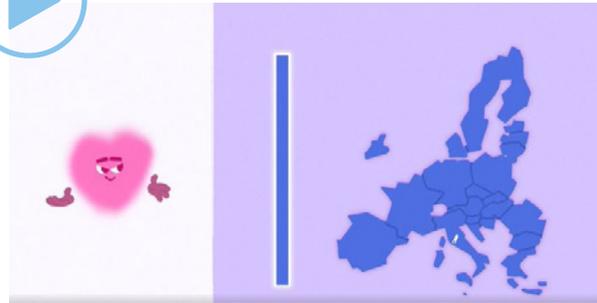
↑

Utilização do robô humanoide NAO num centro de dia inclusivo onde acompanha as crianças na sua vida quotidiana. Karlsruhe, Alemanha, 7 de junho de 2023.

## Introdução

A União Europeia apoia uma visão sustentável e centrada no ser humano para a sociedade digital, que capacite os cidadãos e as empresas e atue como catalisador da ação climática. A sociedade digital e as tecnologias digitais trazem consigo novas liberdades e novos direitos, juntamente com novas oportunidades de aprendizagem, entretenimento, trabalho, exploração e realização de ambições para lá dos limites de comunidades físicas e localizações geográficas.

No entanto, subsistem muitos desafios associados à transformação digital e a União Europeia enfrenta-os através de um quadro abrangente conhecido como a Década Digital. Em 2023, a União intensificou as suas ações para reforçar a cibersegurança e a proteção de dados, proporcionar salvaguardas para a inteligência artificial (IA), reduzir as práticas desleais no espaço digital e proteger os direitos dos utilizadores de serviços digitais, prestando especial atenção aos mais vulneráveis — as nossas crianças. Entre outras prioridades estavam medidas para melhorar a conectividade, a mobilidade, a educação e a cooperação judiciária.



VÍDEO: Era uma vez na Década Digital da Europa.

## Progresso na Década Digital

O objetivo da Década Digital é assegurar que todos os aspetos da tecnologia e da inovação funcionam para as pessoas. Da promoção das competências digitais e da modernização das infraestruturas à integração da IA nas práticas empresariais e ao reforço dos serviços públicos com ferramentas digitais, a UE está empenhada numa transformação holística. Em setembro de 2023, o relatório inaugural sobre a Década Digital analisou os progressos digitais da UE. No documento, estão formuladas recomendações aos Estados-Membros da UE para ajudar a concretizar as ambições da Década Digital. O relatório incluía igualmente o índice anual de digitalidade da economia e da sociedade e analisava a execução de projetos digitais plurinacionais — projetos de grande escala que nenhum Estado-Membro poderia desenvolver sozinho.

Além disso, o documento analisava a forma como os Estados-Membros aplicaram a Declaração sobre os Direitos e Princípios Digitais, refletindo o compromisso da UE para com uma transformação digital protegida, segura e sustentável, centrada nas

pessoas. O relatório demonstrou ainda o potencial e o êxito dos esforços coletivos dos Estados-Membros. Um dos pontos salientes foi a necessidade premente de impulsionar o investimento em tecnologias, competências e infraestruturas digitais.

### Programa Europa Digital

A Comissão Europeia formalizou o seu compromisso relativamente à liderança digital com a adoção do programa de trabalho Europa Digital para 2023-2024. O programa de trabalho é acompanhado por investimentos estratégicos que serão fundamentais para concretizar as ambições da Década Digital. Mais do que um compromisso monetário, o objeto deste programa é a soberania tecnológica da UE, indissociável do Pacto Ecológico Europeu. Com ele, a UE está a traçar um rumo para um futuro digital, do qual todos os cidadãos, empresas e organismos governamentais irão beneficiar.

## Financiamento do Programa Europa Digital no período 2023-2024

**1,358 mil milhões de EUR no total**

### 375 milhões de EUR

#### Programa de trabalho no domínio da cibersegurança

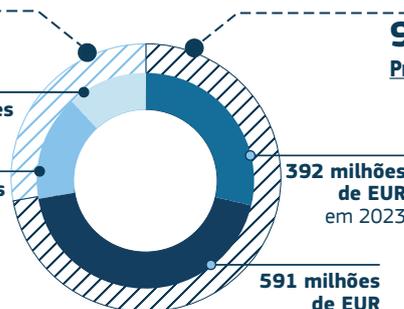
Executado pelo Centro Europeu de Competências em Cibersegurança.

Apoia:

- os centros nacionais de coordenação;
- a aplicação da legislação da UE (por exemplo, a Diretiva SRI 2, o Regulamento Cibersegurança e a diretiva relativa a ataques contra os sistemas de informação);
- a resiliência coletiva da UE contra ciberameaças;
- o mecanismo de emergência em matéria de cibersegurança — preparação para ciberincidentes e ações de assistência mútua durante ciberincidentes.

161 milhões de EUR em 2023

214 milhões de EUR em 2024



### 983 milhões de EUR

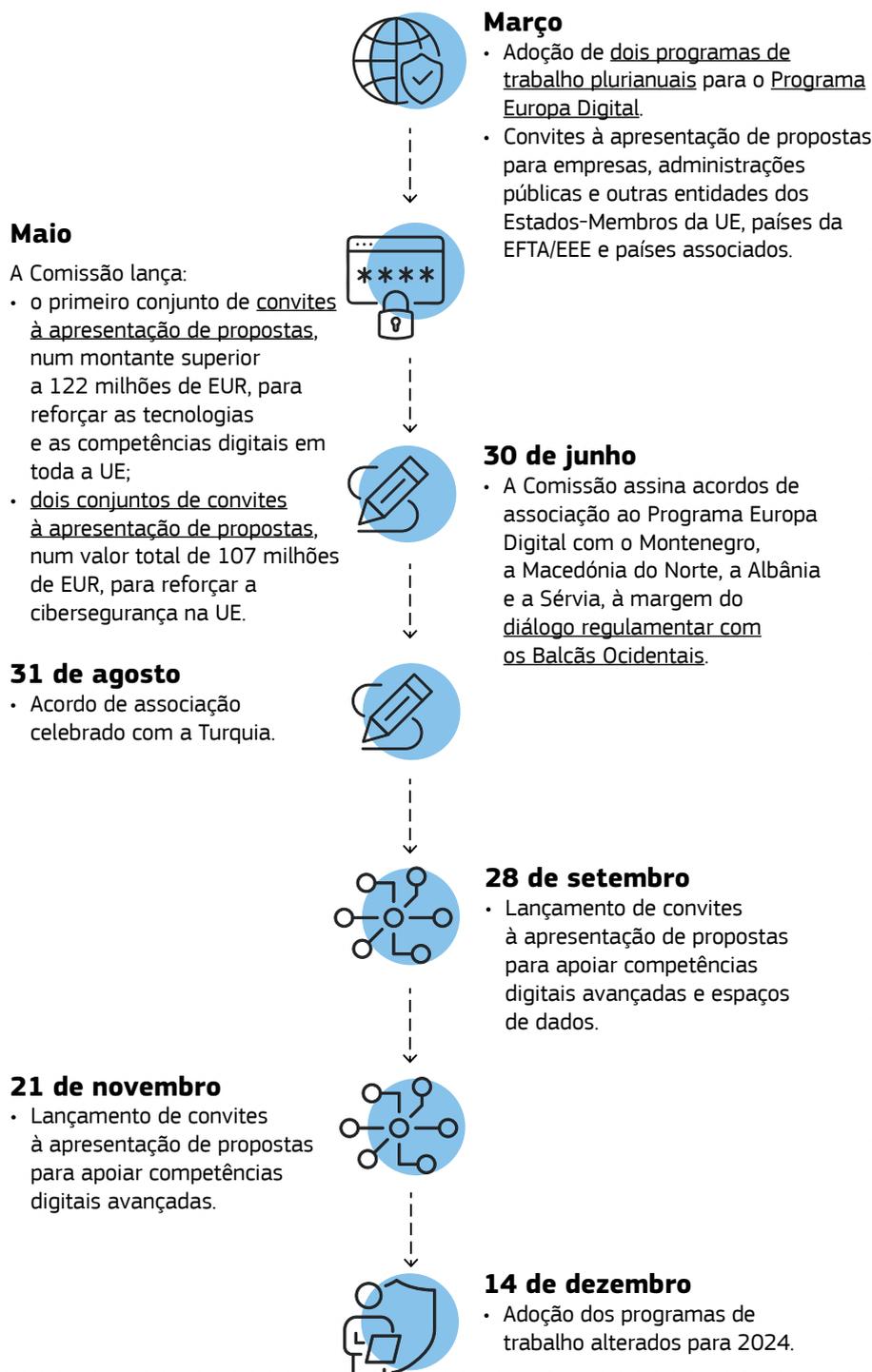
#### Programa de trabalho principal

Apoia:

- projetos que utilizam tecnologias digitais, tais como dados, inteligência artificial, computação em nuvem e competências digitais avançadas;
- projetos plurinacionais;
- ações adicionais no âmbito de políticas fundamentais no domínio digital (computação de alto desempenho, identidade digital da UE, gémeos digitais, realidade virtual).

Traduzir-se-á em vantagens concretas para os ecossistemas de inovação, as normas abertas, as pequenas e médias empresas, as cidades, os serviços públicos e o grande público.

## Programa Europa Digital: destaques de 2023



## Digitalização da indústria

### Conetividade

Para navegar a transformação digital, são necessárias tanto uma adaptação rápida como uma maior conectividade. Em fevereiro de 2023, a Comissão lançou um plano para levar a conectividade a gigabits a todos os cantos da UE. O Regulamento Infraestruturas Gigabit proposto visa reduzir o tempo necessário e o custo da implantação de redes de capacidade muito elevada. Por forma a ajudar as autoridades nacionais a lidar com este desafio, o projeto de recomendação de conectividade a gigabits descreve as condições em que os operadores podem aceder às redes dos concorrentes. Além disso, a Comissão lançou ao mesmo tempo uma consulta para recolher pontos de vista sobre o futuro do setor das comunicações eletrónicas e das suas infraestruturas.

### Inteligência artificial e supercomputadores

De interações com robôs de conversa a recomendações personalizadas em linha, as pessoas na UE fazem da inteligência artificial uma parte integrante da sua vida quotidiana. Dada a sua utilização generalizada, é fundamental criar um quadro para prevenir utilizações abusivas e proteger a privacidade das pessoas.

A União Europeia visa ser líder numa IA em que as pessoas possam confiar. Pretende melhorar a capacidade industrial e de investigação, garantindo simultaneamente que a tecnologia permanece segura e que os direitos das pessoas são protegidos.

Em dezembro, as negociações entre o Parlamento Europeu e os Estados-Membros no Conselho da União Europeia sobre o inovador Regulamento Inteligência Artificial resultaram num acordo político. O primeiro quadro jurídico abrangente para a IA do mundo promoverá o seu crescimento na UE em benefício de todos e gerirá os riscos decorrentes dessa tecnologia. Este quadro fornece aos criadores, aos responsáveis pela implantação e aos utilizadores de IA requisitos e obrigações claros para a sua utilização segura na UE; assegura que a IA respeita os direitos fundamentais das pessoas na UE; e proíbe práticas como a classificação

→ Margrethe Vestager, vice-presidente executiva da Comissão Europeia responsável por Uma Europa Preparada para a Era Digital e comissária europeia da Concorrência (quinta a partir da direita), na reunião dos ministros do G7 responsáveis pela digitalização e tecnologia. Takasaki, Japão, 30 de abril de 2023.

de crédito social. O regulamento visa igualmente incentivar a inovação por meio da criação de ambientes de testagem da regulamentação — enquadramentos especiais nos quais as empresas, em especial as empresas em fase de arranque, podem testar novos produtos e serviços num ambiente real sem os desafios regulamentares habituais.

Numa tentativa de estabelecer normas internacionais para uma IA de confiança, a Comissão está a trabalhar com parceiros que partilham as mesmas ideias, como o G7, nomeadamente através do processo de Hiroxima para a IA. A Comissão contribuiu para o acordo dos líderes do G7 sobre princípios orientadores internacionais em matéria de IA e um código de conduta voluntário para os criadores de IA, que a Comissão acolheu favoravelmente.

Em 2023, a UE deu novos passos no sentido de criar uma rede de supercomputadores de classe mundial nos seus Estados-Membros. A Empresa Comum para a Computação Europeia de Alto Desempenho, uma entidade jurídica e de financiamento que reúne empresas da UE para desenvolver supercomputadores, selecionou um vendedor para adquirir, fornecer, instalar e manter o Jupiter, o primeiro supercomputador europeu à exaescala (um computador capaz de efetuar mais de um trilião de cálculos por segundo). Além disso, em junho, a empresa comum assinou acordos de acolhimento com seis localizações em toda a UE (Chéquia, Alemanha, Espanha, França, Itália e Polónia) para receber e explorar computadores quânticos.

A União Europeia tem utilizado a sua rede de supercomputadores de classe mundial para levar a IA generativa «made in Europe» à cena internacional. Esta iniciativa ajudará as empresas em fase de arranque em toda a União Europeia a treinar mais rapidamente os seus modelos de IA.



© AFP

## Supercomputadores na UE

### Supercomputadores da UE **introduzidos em 2023**

**Junho**

- Anúncio de que o consórcio Jules Verne irá alojar e explorar em França o segundo supercomputador à exaescala da UE.
- A Universidade de Linköping, na Suécia, é selecionada para alojar e explorar o supercomputador Arrhenius.

**Setembro**

- O supercomputador Deucalion é inaugurado em Guimarães, Portugal.
- O novo sistema reforçará as tecnologias de poupança de energia, as previsões meteorológicas e a investigação marinha e contribuirá, entre outros aspetos, para o desenvolvimento de novos medicamentos e métodos energéticos respeitadores do ambiente.

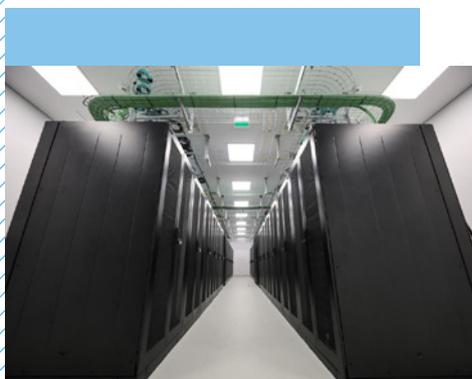
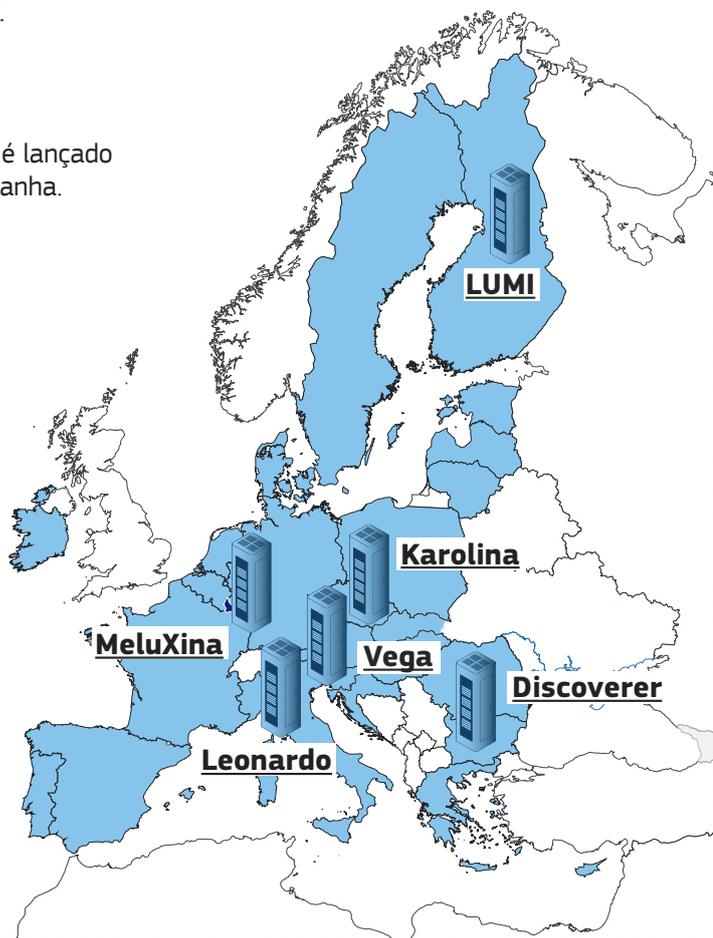
**Outubro**

- É adjudicado o contrato público para o Jupiter, o primeiro supercomputador à exaescala da UE.

**Dezembro**

- O MareNostrum 5 é lançado em Barcelona, Espanha.

### Supercomputadores da UE **já em funcionamento**



↑ Supercomputador Deucalion, criado pela Fundação portuguesa para a Ciência e a Tecnologia e a Universidade do Minho. Guimarães, Portugal, 6 de setembro de 2023.

## Semicondutores

Os semicondutores, geralmente designados por circuitos integrados, são o coração e o cérebro da eletrónica atual. O Regulamento Circuitos Integrados, que entrou em vigor em 21 de setembro, constitui um passo ambicioso no sentido de reforçar o setor europeu dos semicondutores. O regulamento

orientará também a União Europeia com vista à soberania tecnológica no domínio das tecnologias e aplicações de semicondutores. O seu ambicioso objetivo consiste em duplicar a quota de mercado mundial de semicondutores da União Europeia para 20 % até 2030.

### Regulamento Circuitos Integrados

#### Três pilares



Apoiar o desenvolvimento e a inovação de tecnologias avançadas de circuitos integrados através da Empresa Comum dos Circuitos Integrados.



Atrair investimentos em grande escala para produzir circuitos integrados na UE e assegurar um aprovisionamento estável.



Acompanhar a evolução do mercado e antever crises futuras através de um mecanismo de coordenação entre a Comissão Europeia e os Estados-Membros.

#### Resultados obtidos em 2023



Em novembro de 2023, a Empresa Comum dos Circuitos Integrados anunciou os seus primeiros convites à apresentação de propostas para linhas-piloto de produção. O convite inicial à apresentação de propostas disponibiliza 1,67 mil milhões de EUR da UE, que deverão ser complementados pelos Estados-Membros e por fundos privados, num montante total de cerca de 3,3 mil milhões de EUR. A empresa comum reforçará a resiliência do ecossistema dos semicondutores da UE e a liderança tecnológica da Europa. O objetivo é colmatar o fosso entre os laboratórios e a produção. Isto implica converter a investigação e os protótipos desenvolvidos nos laboratórios em processos de carácter modulável para a produção industrial.



Desde a proposta de regulamento, no início de 2022, mais de 100 mil milhões de EUR de investimento industrial foram anunciados na UE.



O sistema de alerta sobre semicondutores foi introduzido em maio de 2023 com o objetivo de monitorizar a cadeia de aprovisionamento de semicondutores e identificar riscos potenciais.

## Estratégia europeia para os dados

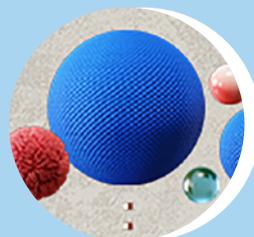
Os dados constituem o combustível para a transformação digital, a inovação e o crescimento. Certos dados do setor público que tenham benefícios sociais, ambientais e económicos, como os dados meteorológicos ou os relativos à qualidade do ar, devem ser de livre acesso. Em janeiro de 2023, a Comissão publicou uma [lista de conjuntos de dados de elevado valor](#) que devem estar disponíveis gratuitamente, em formatos legíveis por máquina.

O [Regulamento Governação de Dados](#), que é aplicável desde setembro de 2023, irá desencadear o potencial dos dados públicos e promoverá a confiança na partilha voluntária de dados. Regulará a reutilização de dados públicos protegidos e introduzirá [logótipos comuns](#) para identificar intermediários e organizações de altruísmo de dados na União Europeia. O regulamento visa igualmente eliminar os obstáculos técnicos, com a ajuda do Comité Europeu da Inovação de Dados. Durante o ano, a Comissão apresentou planos para um [espaço europeu de dados sobre o turismo](#) e um [espaço europeu de dados de contratação pública](#). A Comissão estabeleceu ainda o quadro para uma plataforma europeia de colaboração das partes interessadas no turismo e para uma inovadora plataforma comunitária de adquirentes públicos, para uma melhor cooperação entre estes.

Em novembro, a UE [adotou](#) um novo regulamento relativo a regras harmonizadas sobre o acesso equitativo aos dados e a sua utilização (Regulamento Dados), que será aplicável a partir de 2025. Este regulamento visa impulsionar a economia dos dados da UE, melhorar o acesso aos dados industriais e promover um mercado fiável da computação em nuvem na União Europeia. O Regulamento Dados proporcionará mais controlo sobre os dados, promoverá a inovação e incentivará uma maior criação de dados.

## Apoio às empresas

Todas as empresas, independentemente da sua dimensão, têm de aderir à transformação digital para se manterem competitivas. Os [Polos Europeus de Inovação Digital](#) dão respostas e apoio às empresas que necessitem de ajuda durante a sua transição digital.



## O que é um Polo Europeu de Inovação Digital (EDIH)?

Os EDIH são balcões únicos, estabelecidos em todos os Estados-Membros, que auxiliam as empresas e as organizações do setor público a dar resposta aos desafios digitais e a aumentar a sua competitividade.

Em toda a Europa, foram já estabelecidos mais de **150 EDIH**.

São cofinanciados com fundos num montante de **314 milhões de EUR** ao abrigo do Programa Europa Digital.

## Quem beneficia da ajuda dos EDIH?

Os EDIH ajudam as PME, as empresas de média capitalização e as organizações do setor público a responder aos desafios digitais. A sua missão está em consonância com o objetivo da Década Digital da Europa de assegurar que mais de 90 % das PME atinjam pelo menos um nível básico de intensidade digital até 2030.

## Que ajuda podem prestar os EDIH?

Os polos europeus de inovação digital oferecem uma grande variedade de serviços, facultando conhecimentos técnicos especializados, formação profissional e aconselhamento financeiro.

## Digitalização do direito das sociedades

A economia moderna também requer um quadro jurídico mais rigoroso. Com o contínuo desenvolvimento de ferramentas em linha para a criação de empresas e atividades transfronteiras, é cada vez mais fácil fazer negócios na União Europeia. A mais recente proposta da Comissão a este respeito visa alargar a utilização de ferramentas e processos digitais no direito das sociedades da União Europeia. O seu princípio da declaração única irá reduzir os encargos administrativos, uma vez que as empresas em expansão na União Europeia não terão de voltar a apresentar informações. Além disso, o Sistema de Interconexão dos Registos das Empresas assegura que os dados das empresas continuam a ser fiáveis e facilmente acessíveis em toda a UE.

## Luta contra a pirataria em linha

A partilha sem autorização de conteúdos protegidos por direitos de autor prejudica as empresas criativas e é um obstáculo à inovação e ao crescimento económico. Consciente da importância de pôr fim à pirataria em linha, especialmente durante transmissões em direto como eventos desportivos e concertos, a Comissão recomendou medidas em maio de 2023. A Comissão incentiva os Estados-Membros a efetuarem diligências para combater as emissões ilegais, apoiando assim as indústrias desportivas e criativas da UE.

## Digitalização dos transportes e da mobilidade

Tal como as regras para as atividades digitais promovem o crescimento económico, o transporte digital assegura que o crescimento é sustentável, eficiente e abrangente. Por conseguinte, a UE adotou novas regras para impulsionar os sistemas de transporte inteligentes. Esta atualização da corrente diretiva relativa a esse domínio otimiza o planeamento das viagens multimodais, simplifica a gestão do tráfego e incentiva viagens respeitadoras do ambiente. Em novembro, foi também adotada uma proposta relativa a um espaço europeu de dados da mobilidade unificado, a fim de simplificar a partilha e a mutualização de dados.

A UE tem também trabalhado com o objetivo de tornar as estradas mais seguras. Um grande passo dado nesse sentido em 2023 foi a proposta de modernização das regras relativas à carta de condução. Esta proposta inclui a introdução de uma carta de condução digital que será válida em toda a União Europeia. Além disso, facilitará a aplicação transfronteiriça das regras de trânsito. Estas alterações são fundamentais para melhorar a segurança rodoviária e alcançar o objetivo da «Visão Zero» da União Europeia — acabar com as mortes na estrada até 2050.

A rápida expansão do mercado de drones comerciais na UE resultou numa vaga de novos regulamentos sobre a segurança e a eficácia dos drones. As novas regras da UE, que começaram a aplicar-se em 2023, estabeleceram um espaço aéreo dedicado aos drones, conhecido como espaço U, a fim de garantir a segurança do tráfego de drones e permitir que os operadores ofereçam uma gama mais vasta de serviços. Da entrega de encomendas à ajuda de emergência, e das missões de busca e salvamento à observação de infraestruturas, a visão da Estratégia Europeia Drone 2.0 será progressivamente concretizada.

→ Obras na linha Wörth-Germersheim-Speyer, no âmbito do programa «Fast Track», para ajudar a digitalizar a rede ferroviária. Alemanha, 21 de julho de 2023.



## Uma digitalização em benefício dos cidadãos

### Cibersegurança e resiliência

As novas regras para garantir um elevado nível comum de cibersegurança em todos os Estados-Membros, conhecidas como [Diretiva SRI 2](#), entraram em vigor em janeiro de 2023. Em comparação com as anteriores medidas de cibersegurança de 2016, as novas regras abrangem mais setores, como os prestadores de telecomunicações, os serviços postais, a administração pública e os cuidados de saúde. As empresas que operam nestes setores têm agora obrigações mais rigorosas em matéria de gestão de riscos e de comunicação de incidentes.

Em 30 de novembro, o Parlamento e o Conselho chegaram a acordo relativamente ao [Regulamento Ciber-resiliência](#), destinado a reforçar as regras para produtos de *hardware* e *software* mais seguros. Trata-se do primeiro ato legislativo deste tipo no mundo. Aumentará o nível de cibersegurança de todos os produtos digitais na UE, ajudando consumidores e empresas. O regulamento será aplicável às mais variadas áreas, desde os intercomunicadores para bebés até aos encaminhadores de sinal de Internet, variando as regras de segurança em função do nível de risco do produto.

Em abril, a Comissão propôs igualmente o [Regulamento Cibersolidariedade da União Europeia](#), com o objetivo de ajudar os países a trabalharem em conjunto contra as ameaças em linha.



→ Věra Jourová, vice-presidente da Comissão Europeia responsável pelos Valores e Transparência (segunda a partir da esquerda), participa na conferência «5 Anos de RGPD: Ainda uma referência na paisagem digital da UE?». Bruxelas, Bélgica, 23 de maio de 2023.

### Proteção de dados

No mundo interligado de hoje, os dados circulam globalmente ao toque de um botão. A proteção de dados reforça a confiança das pessoas. Isto significa que todos os que tratam dados pessoais devem cumprir as mesmas regras. Esta ideia é sublinhada pela proposta de julho da Comissão de um [novo regulamento relativo às regras processuais do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados \(RGPD\)](#). O regulamento proposto visa reforçar a aplicação do RGPD nos casos que afetem pessoas localizadas em mais do que um Estado-Membro. A sua intenção é clara: a resolução mais rápida dos casos, o que significa vias de recurso mais rápidas para as pessoas e mais segurança jurídica para as empresas.

Graças ao desenvolvimento das normas mundiais de proteção de dados, a cooperação internacional floresceu. Entre os resultados dignos de nota incluem-se o [guia UE-Associação das Nações do Sudeste Asiático sobre as cláusulas de transferência de dados](#), publicado em maio, o [quadro UE-EUA de privacidade dos dados](#) acordado pela Comissão em julho e a [revisão bem-sucedida do acordo sobre dados com o Japão](#).



←

VÍDEO: Cibersegurança da UE — ao intensificar os esforços para proteger os cidadãos, as empresas e as infraestruturas contra ciberataques, a UE está a financiar a investigação para reforçar as suas defesas digitais.



## Regulamento Serviços Digitais e Regulamento Mercados Digitais

Para melhor proteger os direitos fundamentais e combater as práticas desleais no espaço digital, a União Europeia começou a aplicar dois novos atos legislativos em 2023: o [Regulamento Serviços Digitais](#) e o [Regulamento Mercados Digitais](#).

O Regulamento Serviços Digitais garante que as plataformas em linha e os motores de pesquisa são responsabilizados por conteúdos nocivos. Este regulamento visa proteger as crianças em linha, proporcionar clareza sobre o funcionamento dos algoritmos e proibir a publicidade dirigida que classifica as pessoas com base em categorias como a etnia, as opiniões políticas e a orientação sexual.

Estas plataformas tinham de divulgar [o seu número de utilizadores na UE](#) até 17 de fevereiro. Foi dado às maiores — designadas por [plataformas em linha de muito grande dimensão e motores de pesquisa](#) — um prazo até ao final de agosto para cumprir as obrigações previstas no regulamento. Desde então, a UE tem vindo a recolher informações junto das principais plataformas para verificar se estas cumprem partes do Regulamento Serviços Digitais, em especial no que diz respeito à proteção das crianças e à remoção de conteúdos nocivos. Por forma a apoiar a aplicação do Regulamento Serviços Digitais, foi criado o [Centro Europeu para a Transparência dos Algoritmos](#) para supervisionar os algoritmos destas empresas.

Também os Estados-Membros foram [incentivados](#) a agir rapidamente contra os conteúdos terroristas e os discursos de ódio em linha, a fim de acelerar a aplicação do Regulamento Serviços Digitais. A Comissão assinou igualmente [acordos administrativos](#) com várias entidades nacionais reguladoras dos meios de comunicação social, que estão agora na primeira linha da aplicação do Regulamento Serviços Digitais. O seu papel na supervisão das operações dos meios de comunicação social e no respeito pelas normas de radiodifusão vai além da mera supervisão — estas entidades asseguram que as plataformas digitais não são apenas hospedeiros passivos, mas sim participantes ativos na moderação e gestão de conteúdos em linha que são ilegais ou que apresentam um risco societal sistemático.

O Regulamento Mercados Digitais conexo [estabelece obrigações claras](#) para assegurar que as empresas dominantes no setor digital, conhecidas como «controladores de acesso», mantêm condições de concorrência equitativas no mercado digital. No início de setembro, foram designados [seis «controladores de acesso»](#), que têm até março de 2024 para cumprir plenamente as suas obrigações.

Os signatários do [Código de Conduta sobre Desinformação de 2022](#), incluindo todas as principais plataformas em linha, lançaram também o novo [Centro para a Transparência](#) e publicaram os primeiros [relatórios de base](#) sobre a forma como estão a pôr em prática os compromissos do código.



← **VÍDEO:** Graças ao Regulamento Serviços Digitais, a publicidade dirigida será mais transparente e limitada. Por exemplo, não será permitida publicidade baseada em dados sensíveis (como o sexo, a religião ou a etnia) ou que vise as crianças.

→

Uma participante no «European Citizens' Panel on Virtual Worlds» pratica uma técnica de socorrismo utilizando um equipamento de realidade virtual. Bruxelas, Bélgica, abril de 2023.



## Mundos virtuais

Segundo um [estudo](#) da UE, 98 % dos profissionais consideram que a [realidade alargada](#) será uma das principais forças da sua indústria nos próximos cinco anos. Sabendo-o, a União Europeia está empenhada em compreender tanto os benefícios como os riscos de tais tecnologias, tendo sempre em conta os direitos das pessoas. Para obter comentários genuínos,

a Comissão organizou um [painel de cidadãos europeus](#) entre fevereiro e abril de 2023, reunindo contributos sobre mundos virtuais na União Europeia (ver capítulo 9).

Estas reações coletivas contribuíram para a [nova estratégia para a Web 4.0 e os mundos virtuais](#), adotada em julho, que visa criar um panorama digital da UE transparente, seguro e acolhedor para todos — sejam eles cidadãos, empresas ou autoridades públicas.

## O que será possível graças aos mundos virtuais?



### Saúde

Os estudantes e os profissionais podem receber formação para lidar com situações de emergência e efetuar simulações cirúrgicas, o que contribuirá para diminuir o risco de complicações cirúrgicas e aumentar a exatidão dos diagnósticos.



### Transição ecológica

Os modelos tridimensionais podem simular os efeitos do aquecimento global, permitindo assim compreender melhor as suas causas e as medidas de atenuação.

Prazos de desenvolvimento mais curtos e menos desperdício de energia, materiais e recursos contribuirão para a transição ecológica em toda a indústria.



### Indústria

Até 2025, os mundos virtuais industriais reduzirão 60 % os prazos de entrega dos veículos e 50 % a pegada de carbono do fabrico de veículos.



### Arte e design

Da moda ao património cultural, passando pela música, as artes visuais e o *design*, as obras virtuais oferecerão novas formas de criação. Darão aos utilizadores a sensação de estarem num verdadeiro museu, ou em concertos, peças de teatro ou espetáculos de dança, num contexto imersivo.



### Educação

Um processo de aprendizagem assente sobretudo na experiência pode ajudar os alunos a aprender mais rapidamente e a compreender melhor o mundo.

## Cooperação transfronteiriça

Quando os residentes na União Europeia se deslocam no interior da União, os seus direitos em matéria de segurança social, incluindo cuidados de saúde e pensões, seguem-nos. Em 6 de setembro, a Comissão propôs um [plano digital](#) para facilitar e acelerar o acesso a estes benefícios além-fronteiras. Melhores intercâmbios de dados entre Estados-Membros e procedimentos simplificados relativos a prestações irão facilitar a vida, o trabalho e as viagens das pessoas no estrangeiro, e também

permitirão às empresas ter atividades noutros países da UE e às administrações nacionais coordenar a segurança social no plano transfronteiriço.

Graças à [carteira europeia de identidade digital](#), todos os residentes na União Europeia poderão em breve ter acesso a uma aplicação móvel segura que lhes permita provar a sua identidade, tanto em linha como fora de linha, e armazenar documentos pessoais, como a carta de condução, o cartão de identidade e os certificados académicos.

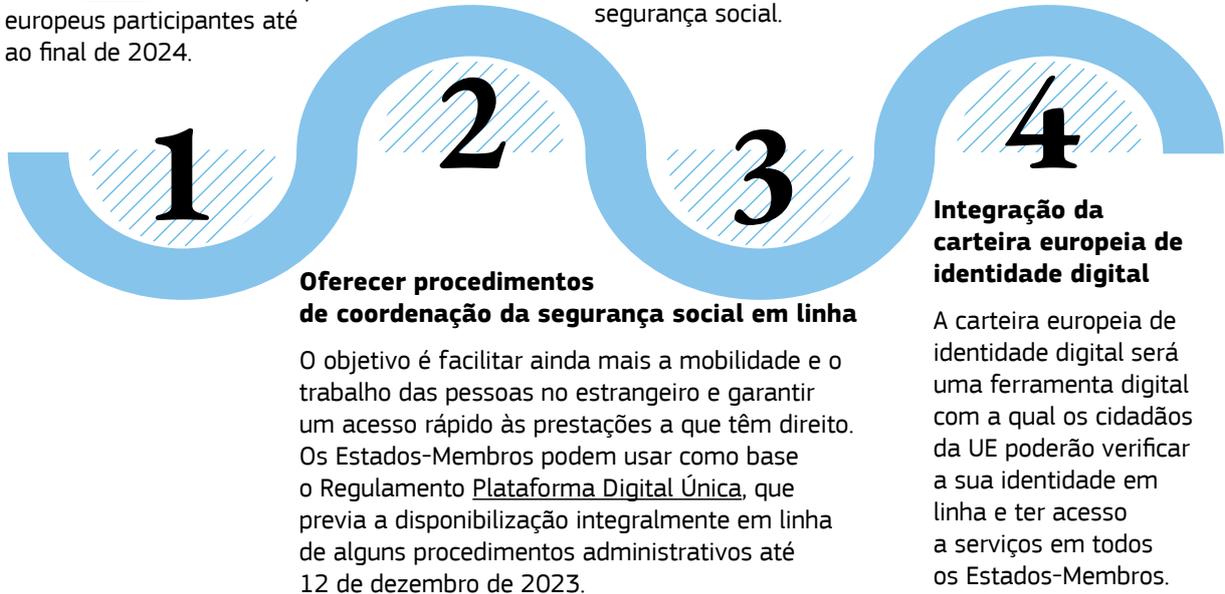
## Iniciativas fundamentais para melhorar a segurança social através da transformação digital

### Acelerar a aplicação do EESSI

O objetivo é passar o intercâmbio de informações entre instituições nacionais de segurança social do papel para o digital, tornando plenamente operacional o sistema de Intercâmbio Eletrónico de Informações de Segurança Social (EESSI) em todos os países europeus participantes até ao final de 2024.

### Participar empenhadamente nas atividades-piloto do PESS

O Passaporte Europeu de Segurança Social (PESS) visa simplificar a emissão e a verificação além-fronteiras dos documentos comprovativos dos direitos dos cidadãos em matéria de segurança social.



Em novembro, o Parlamento e o Conselho [chegaram a um acordo político](#) sobre os elementos fundamentais do enquadramento legal da identidade digital da União Europeia. No âmbito deste enquadramento, a carteira dará aos utilizadores pleno controlo sobre os seus dados através de um sistema com garantia pública, em vez de um sistema disponibilizado por uma grande plataforma privada.

A União Europeia atualizou igualmente as suas [regras de cooperação transfronteiriça](#) em matéria jurídica. As regras anteriores abrangiam a cooperação judiciária, mas não a comunicação através de meios digitais. Agora, as autoridades competentes dos Estados-Membros têm de se ligar a um sistema informático descentralizado para o intercâmbio seguro de dados. O sistema será interoperável com o [e-CODEX](#), um instrumento de comunicação desenvolvido especificamente para o setor judicial, gerido pela [Agência da União Europeia para a Gestão Operacional de Sistemas Informáticos de Grande Escala no Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça](#).

Além disso, está agora disponível um ponto de acesso eletrónico europeu para pessoas e empresas interagirem digitalmente com as autoridades judiciais nacionais. As audiências judiciais podem agora recorrer a videochamadas e estão em vigor novos protocolos para a utilização de assinaturas e selos eletrónicos, o efeito jurídico dos documentos eletrónicos e o pagamento eletrónico das custas judiciais em processos cíveis.

O futuro dos cuidados de saúde é também digital e o [Espaço Europeu de Dados de Saúde](#), proposto em 2022, poderá em breve desempenhar um papel fundamental nesta transformação. Em dezembro, o Parlamento e o Conselho adotaram as suas [posições](#) de apoio à criação deste espaço, concebido para facilitar o acesso e o controlo dos residentes da UE relativamente aos seus dados de saúde, mesmo quando se encontram noutro Estado-Membro. Este espaço permitirá aos profissionais de saúde prestarem cuidados eficazes com base num historial clínico completo. Além disso, prevê-se que seja uma componente essencial para permitir a utilização segura dos dados de saúde para investigações importantes e para o desenvolvimento de políticas de saúde.

## Utilizar a identidade digital da UE: pedir um empréstimo bancário

### Sem a identidade digital da UE

- 1  Agendar uma reunião no banco.
  - 2  Reunião no banco.
- Falta um documento.
- 3  Apresentar toda a documentação em papel.
  - 4  O banco envia uma proposta.
  - 5  Agendar uma nova reunião no banco.
  - 6  Nova reunião no banco para assinar o contrato de empréstimo.

### Com a identidade digital da UE

- 1  Os utilizadores têm todos os seus documentos na sua carteira digital pessoal, incluindo os de identificação e as declarações de rendimentos.
- 2  Seleccionam apenas os documentos que o banco exige para o pedido de empréstimo e enviam-nos de forma simples e segura.
- 3  O banco recebe os documentos por via eletrónica. Caso falte algum documento, o utilizador pode resolver o problema com um simples clique. O pedido pode prosseguir os seus trâmites.



A utilização da identidade digital da UE simplifica este processo e poupa mais tempo.

## Competências digitais

As competências digitais são essenciais para que as pessoas possam participar no mercado de trabalho e na sociedade em geral, e para alcançarem a inclusão social. Sendo 2023 o Ano Europeu das Competências, a UE continuou a apoiar os Estados-Membros e o setor da educação e da formação na oferta de educação e formação digitais de elevada qualidade, inclusivas e acessíveis, com o fito de desenvolver as competências digitais das pessoas que vivem na UE. Ao longo do ano, a União Europeia lançou várias iniciativas para colmatar a escassez de competências.

Tendo em mira o objetivo da política para a Década Digital de atingir os 20 milhões de especialistas em tecnologias da informação e comunicação (TIC), equilibrados quanto ao género, até 2030, foram iniciados programas de mestrado e cursos de formação de curta duração em competências digitais avançadas ao abrigo do Programa Europa Digital. Estão acessíveis desde 2023 através da [Plataforma para as Competências e o Emprego na Área Digital](#), que continuou a crescer, com 22 [coligações nacionais para as competências e os empregos digitais](#).



## Contexto



No futuro, **90 %** dos postos de trabalho exigirão competências digitais.



Mais de **um terço** da mão de obra da UE carece das competências digitais exigidas na maioria dos empregos em todos os setores — das empresas aos transportes e, inclusive, na agricultura.



Apenas **54 %** das pessoas na UE com idades compreendidas entre os 16 e os 74 anos conseguem realizar tarefas digitais básicas.



Mais de **70 %** das empresas referem a falta de pessoal com competências digitais adequadas como um obstáculo ao investimento.



Há na UE uma escassez crítica de especialistas em competências digitais, inclusive nos domínios da cibersegurança e da análise de dados. É provável que esta escassez aumente com a diminuição da população em idade ativa, que deve passar de 265 milhões em 2022 para **258 milhões** até 2030.



Há **9,4 milhões** de especialistas em TIC em atividade (4,6 % do emprego total na UE). Nas condições atuais, o número de especialistas em TIC na UE chegará quase aos 12 milhões até 2030, cerca de oito milhões a menos do que o estabelecido para 2030 (pelo menos 20 milhões de especialistas em TIC empregados).

## O que está a fazer a UE?

O apoio financeiro para o desenvolvimento de competências digitais inclui:

**2 mil milhões de EUR**

Programas do Fundo Social Europeu Mais

**29 mil milhões de EUR (\*)**

Planos de recuperação e resiliência

(\*) Este valor corresponde às despesas previstas dos planos de recuperação e resiliência iniciais.

**580 milhões de EUR**

Europa Digital

## Iniciativas da UE para apoiar as competências digitais

### 1. Iniciativa de Talentos de Tecnologia Profunda (no âmbito da Nova Agenda Europeia para a Inovação)

No primeiro ano da iniciativa, o Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia realizou progressos significativos para concretizar o objetivo de formar um milhão de estudantes em tecnologias profundas até 2025.



Lançou um convite especial à apresentação de propostas e colaborou com outras iniciativas, por exemplo o projeto «Girls Go Circular».



Lançou o primeiro prémio de formação de talentos de tecnologia profunda, que reconhece e recompensa as organizações que se distinguem pelo nível de excelência na resposta aos desafios de formação em tecnologia profunda.



Recebeu de várias universidades e empresas o compromisso de formarem mais de 650 000 estudantes.



Lançou a sua nova plataforma em linha — o Campus EIT — em janeiro de 2023, oferecendo mais de 2 500 cursos de empreendedorismo e desenvolvimento de competências.

Imagens: © Getty Images.

### 2. Certificado europeu de competências digitais

#### Setembro de 2022

É realizado um estudo de viabilidade para compreender melhor os atuais sistemas de certificação de competências digitais.

----->

#### Abril de 2023

É lançado um projeto-piloto com cinco Estados-Membros da UE (Espanha, França, Áustria, Roménia e Finlândia) para testar os elementos constitutivos de um certificado europeu.

----->

#### Dezembro de 2023

Os resultados destes dois esforços são apresentados e debatidos num evento de encerramento.

### 3. Prémios Europeus de Competências Digitais

Os Prémios Europeus de Competências Digitais incentivam o intercâmbio de experiências sobre formas de colmatar o défice de competências digitais.

Em 2023, os prémios promoveram iniciativas em cinco categorias: jovens, mulheres, inclusão, melhoria de competências digitais no trabalho e competências digitais para a educação.

Foram selecionados sete vencedores de entre um total de 330 candidatos.

### 4. Academia de Cibercompetências

Nos últimos anos, as ciberameaças na UE aumentaram drasticamente. A academia reforçará as capacidades de cibersegurança da UE e aumentará o número de profissionais qualificados neste domínio.

## Espaço

A tecnologia espacial desempenha um papel fundamental na vida quotidiana das pessoas na União Europeia, por exemplo quando utilizam telemóveis ou sistemas de navegação automóvel, veem televisão por satélite ou levantam dinheiro de uma caixa automática. Os satélites também fornecem dados importantes durante catástrofes, o que melhora a coordenação da resposta de emergência.

Em 2023, foram lançados novos serviços para reforçar a resiliência e a competitividade das constelações de satélites da União Europeia Copernicus e Galileo. Por exemplo, o sistema de satélite Galileo modernizado proporciona agora uma localização ainda mais precisa, até 20 centímetros.



A fim de apoiar as atuais necessidades de dados e promover a inovação, a Comissão introduziu o sistema de aquisição dinâmico para o Copernicus, uma nova forma de realizar contratos públicos espaciais na Europa. Este sistema facilita a participação das pequenas e médias empresas e das empresas em fase de arranque no mercado dos dados espaciais.

←

VÍDEO: Ecossistema de espaços de dados Copernicus, uma nova plataforma de distribuição que permite aceder a todos os dados e infraestruturas necessários às aplicações de observação da Terra.



Em março, a UE adotou a IRIS<sup>2</sup> (Infraestrutura para a Resiliência, Interconectividade e Segurança por Satélite), a sua terceira grande constelação de satélites. O programa, que tem uma contribuição de 2 400 milhões de EUR do orçamento da UE, foi concebido para garantir a segurança das comunicações governamentais, apoiar as operações militares e de defesa e expandir os serviços comerciais de banda larga, especialmente em zonas remotas.

Para que a Europa permaneça na vanguarda da tecnologia espacial, o investimento em investigação e inovação é igualmente importante, sobretudo através de programas de financiamento da União Europeia, como o Horizonte Europa. O programa de demonstração e validação em órbita comprova este

compromisso. Como o nome sugere, o programa permite que as empresas espaciais experimentem novas tecnologias espaciais diretamente em órbita. Por exemplo, esta possibilidade fornece aos centros de investigação europeus informações inestimáveis e ajuda a antecipar lançamentos de satélites para as empresas.

A Comissão, reconhecendo a necessidade de atrair mais investimento, lançou no início de 2023 também o Helios, o primeiro índice de bolsa de sempre para ações espaciais. Esta ferramenta proporciona uma imagem clara da situação financeira das empresas espaciais europeias. O Helios ajuda-as a atrair mais atenção e faz com que seja mais fácil às pessoas investir nestas empresas.

À medida que a infraestrutura espacial da Europa se expande, as medidas de proteção tornam-se cada vez mais importantes. A Agência da União Europeia para o Programa Espacial, em cooperação com 15 Estados-Membros, defende esta causa por meio da parceria da UE para a vigilância e o rastreamento de objetos no espaço. Esta parceria, equipada com um sistema complexo de sensores de vigilância e localização no espaço, serve mais de 190 organizações registadas e protege mais de 400 satélites do risco de colisão com detritos espaciais e outros satélites operacionais.

A tecnologia espacial é crucial para a proteção do ambiente e o projeto Destino Terra da União Europeia é um excelente exemplo desta intersecção. Este projeto visa criar um modelo digital abrangente da Terra para melhores previsões meteorológicas e de catástrofes. Confirmada em dezembro, a segunda fase do projeto reforçará os modelos digitais

existentes, melhorará o tratamento de dados e integrará tecnologias avançadas de IA.

Em 2023, a Política Espacial Europeia deu uma importância significativa à segurança espacial. A este respeito, a Comissão e o alto representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, Josep Borrell, apresentaram uma comunicação conjunta sobre uma Estratégia Espacial Europeia para a Segurança e a Defesa. Nela apresentam-se medidas para um entendimento comum das ameaças espaciais e abre-se caminho a uma proposta de lei de um ato legislativo espacial da União Europeia em 2024 (ver capítulo 8).

## Sistema da UE de vigilância e rastreamento de objetos no espaço

### Factos e números em 2023

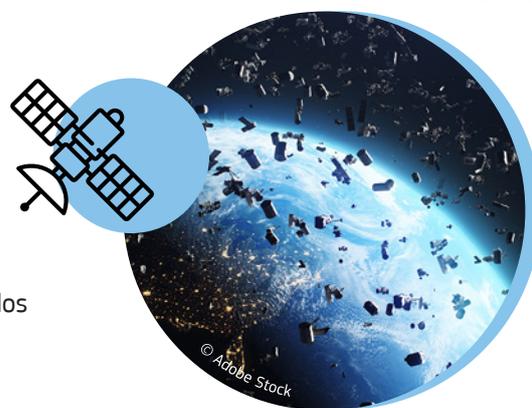
No final de 2023, tinham sido detetadas mais de 15 600 aproximações perigosas em três órbitas diferentes.

**434**

satélites monitorizados

**196**

organizações registadas de 24 Estados-Membros



**1 000**

ocorrências anticolisão de grande interesse

**127**

ocorrências de reentrada identificadas por análise

**6**

ocorrências de fragmentação identificadas por análise

**± 445 000**

medições por dia



© Getty Images

# 6. Construir uma Europa justa e social



Trabalhadores em campanha por uma transição justa no setor dos transportes rodoviários durante a COP28. Dubai, Emirados Árabes Unidos, 9 de dezembro de 2023.

## Introdução

Em 2023, multiplicaram-se os esforços da União Europeia para assegurar que a recuperação económica posterior à pandemia e as transições ecológica e digital se concretizam em condições socialmente justas e equitativas. Com centenas de eventos e atividades realizados ao longo do ano, o Ano Europeu das Competências dinamizou fortemente a participação na aprendizagem ao longo da vida, o desenvolvimento de competências

e a atração de talentos para impulsionar a competitividade da UE. A União Europeia intensificou igualmente o seu trabalho pioneiro para garantir a igualdade de género, nomeadamente por via da adoção de medidas destinadas a garantir a igualdade de remuneração por trabalho igual e da adesão à Convenção de Istambul para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e à Violência Doméstica.

## Uma economia justa para as transições ecológica e digital

Alicerçado nos princípios fundamentais de igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho, condições de trabalho justas e proteção e inclusão sociais, o Pilar Europeu dos Direitos Sociais constitui o guia orientador da União Europeia para tornar as sociedades europeias mais justas e resilientes. O seu objetivo é garantir que todas as pessoas tenham oportunidades iguais na vida e possam beneficiar dos mesmos direitos sociais. Entre estes direitos contam-se uma boa educação e formação ao longo da vida, prestações e salários justos e condições de trabalho seguras e saudáveis, estruturas de acolhimento de crianças, pensões e cuidados de saúde acessíveis e de boa qualidade.

O ano de 2023 assinalou o segundo aniversário do plano de ação destinado a transformar o pilar em resultados concretos. Quase todas as suas 75 medidas foram já aplicadas ou apresentadas, estando prevista uma revisão em 2025.

A edição de 2023 do Relatório Conjunto sobre o Emprego foi a primeira a apresentar informações atualizadas sobre os progressos realizados na consecução das metas nacionais e da UE em matéria de emprego, competências e proteção social definidas para 2030. Embora a UE esteja no bom caminho para atingir a grande meta de 78 % que fixou para a taxa de emprego até 2030, são ainda necessários progressos significativos para concretizar os objetivos em matéria de formação de adultos e de redução da pobreza.

Pelo menos  
**78 %** da  
população entre os  
20 e os 64 anos deverá  
ter emprego  
até 2030.

Pelo menos  
**60 %** de  
todos os adultos  
deverão participar  
anualmente em  
ações de formação  
até 2030.

O número de  
pessoas em risco de  
pobreza ou exclusão  
social deverá  
diminuir pelo menos  
**15 milhões**  
até 2030.

### Reforçar o diálogo social e a economia social

As negociações entre organizações representantes dos empregadores e dos trabalhadores levadas a cabo por meio do diálogo social contribuem para melhorar as condições de vida e de trabalho, ao mesmo tempo que desempenham um papel importante na adaptação à evolução das circunstâncias económicas e sociais. No entanto, o grau de participação dos parceiros sociais varia consideravelmente entre os Estados-Membros da UE, sendo menor a probabilidade de estarem representados novos tipos de emprego e determinados grupos, como os jovens.

Para apoiar os Estados-Membros no reforço do diálogo social, a UE adotou uma recomendação com medidas concretas para uma maior participação dos parceiros sociais — promovendo, por exemplo, a negociação coletiva e a consulta desses parceiros na conceção e na execução de políticas económicas, sociais e de emprego. Os parceiros sociais foram igualmente consultados sobre medidas destinadas a reforçar os direitos dos conselhos de empresa europeus, que constituem um instrumento importante para envolver os trabalhadores em decisões suscetíveis de afetar o seu emprego ou as suas condições de trabalho tomadas por empresas que operam em vários Estados-Membros.

## A economia social em números

A economia social põe as pessoas e as causas sociais e ambientais à frente dos lucros. As organizações da economia social abrangem um leque diversificado de setores, desde os serviços sociais e de prestação de cuidados até à habitação, ao lazer e à energia a preços acessíveis. Incluem cooperativas, associações mutualistas, associações sem fins lucrativos, fundações e empresas sociais.



As organizações da economia social desempenham um papel crucial na resposta aos desafios sociais e na promoção de condições de trabalho justas, graças à participação dos trabalhadores nos processos de tomada de decisões e governação. Estas organizações também criam oportunidades para grupos sub-representados, como as mulheres e os jovens, e contribuem para tornar as transições digital e ecológica justas e inclusivas. Para favorecer o desenvolvimento deste importante setor, em novembro a União Europeia aprovou medidas destinadas a criar um ambiente que permita às organizações da economia social prosperar e crescer. Um novo balcão único para a economia

social fornece informações sobre possibilidades de financiamento da UE, oportunidades de formação e quais as ações em curso nos Estados-Membros.

Atualmente, as associações sem fins lucrativos que desenvolvem atividades noutro Estado-Membro deparam-se com regras diferentes em toda a UE, o que resulta em encargos e custos administrativos. Para eliminar estes obstáculos, a Comissão Europeia propôs uma nova forma nacional de associação sem fins lucrativos especificamente concebida para atividades transfronteiras, que permitirá a essas associações usufruir das suas liberdades no mercado único.



© Adobe Stock

O Fundo para uma Transição Justa e o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização são fundamentais para garantir que ninguém fica para trás. Além disso, o recém-criado Fundo Social para a Ação Climática apoiará as famílias, as microempresas e os utentes dos transportes em situação mais vulnerável na União Europeia, que se poderão debater com condições precárias em matéria de energia ou transportes. Cerca de 65 mil milhões de EUR do orçamento do fundo serão receitas geradas pelo novo Sistema de Comércio de Licenças de Emissão da União Europeia, que abrange os setores da construção e dos transportes. Este fundo estará operacional entre 2026 e 2032 (ver também capítulo 4).



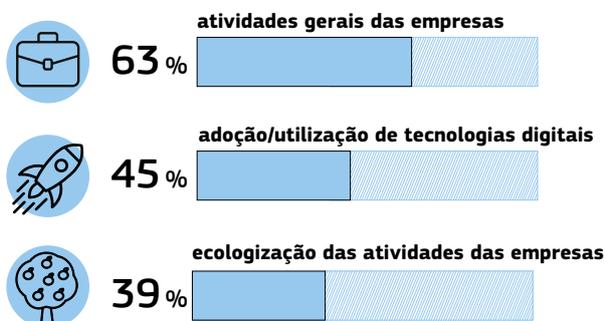
## Reforçar a competitividade e as competências

Embora as transições ecológica e digital estejam a criar novas oportunidades para as pessoas e a economia europeia, muitas empresas da União Europeia comunicam dificuldades em encontrar trabalhadores com as competências de que necessitam. Para assegurar as necessárias requalificação e melhoria de competências da mão de obra europeia e atrair pessoas com as

competências adequadas para a União Europeia, 2023 foi designado Ano Europeu das Competências.

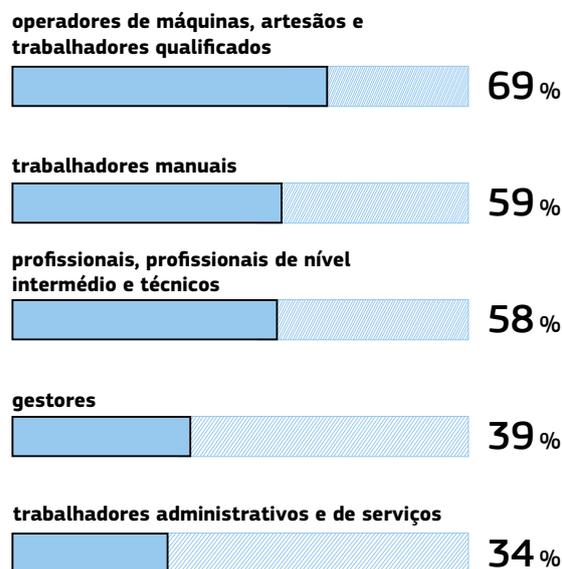
A urgência de uma iniciativa deste tipo foi destacada nas respostas a um inquérito realizado na primavera junto de pequenas e médias empresas, que apontou para resultados suscetíveis de limitar a capacidade da União Europeia para atingir os seus objetivos.

### A escassez de competências cria entraves às PME nas seguintes áreas:



### Escassez de competências por função

#### Percentagem de PME com escassez de competências no que respeita a:



Iniciativas como o Pacto para as Competências estão já a responder aos desafios e às insuficiências em matéria de desenvolvimento de competências e darão um contributo importante para o Ano Europeu das Competências. Até à data, mais de dois milhões de pessoas beneficiaram de atividades de melhoria de competências e requalificação e mais de 1 500 organizações aderiram à Carta do Pacto para as Competências, incluindo 20 parcerias em grande escala. As entidades que aderiram ao pacto também desenvolveram ou atualizaram mais de 15 000 programas de formação e investiram

cerca de 160 milhões de EUR em iniciativas respeitantes a competências.

Com base na Academia da Aliança Europeia para as Baterias, lançada em 2022, a Comissão propõe Academias de Indústrias de Impacto Zero destinadas a dotar os trabalhadores das competências necessárias para a transição ecológica. As academias, cada uma centrada numa tecnologia de impacto zero, reunirão a indústria, parceiros sociais e prestadores de ensino e formação.



↓  
VÍDEO: Ano Europeu das Competências.



O evento emblemático «As competências são importantes» reuniu cerca de 300 pessoas em Bruxelas e mais de 1 000 participantes em linha. A Semana Europeia da Formação Profissional, realizada de 23 a 27 de outubro, salientou a importância do ensino e da formação profissionais para dar resposta a desafios económicos, climáticos e sociais. Até ao final do ano, tinham sido organizados mais de 900 eventos nas esferas nacional e local.

## O Ano Europeu das Competências

O Ano Europeu das Competências visa fazer com que todos reconheçam a importância da formação e se tornem ativos.

A União Europeia está a trabalhar com os Estados-Membros, os parceiros sociais, os serviços de emprego, as câmaras de comércio e indústria, os prestadores de ensino e formação, os trabalhadores e as empresas para intensificar e promover o desenvolvimento de competências no terreno.



Sendo uma das iniciativas emblemáticas do Ano Europeu das Competências, a iniciativa Novo Bauhaus Europeu (NBE) lançou a Academia NBE sobre competências para uma construção sustentável. Acelerará a melhoria de competências e a requalificação no ecossistema da construção, a fim de apoiar a transição para uma bioeconomia regenerativa. É neste contexto que recursos biológicos renováveis provenientes da terra e do mar (por exemplo, culturas, florestas e peixes) são utilizados para produzir alimentos, materiais e energia. A identificação de lacunas de conhecimento na utilização de materiais de base biológica e de tecnologias digitais será uma das primeiras áreas prioritárias para a academia, juntamente com o aumento da circularidade na construção.

Como contributo importante para o Ano Europeu das Competências, a Comissão consultou os parceiros sociais quanto a uma iniciativa destinada a atualizar

e reforçar o Quadro Europeu de Qualidade para os Estágios. Este quadro visa melhorar a qualidade dos estágios, sobretudo a respeito do conteúdo da aprendizagem e da formação e das condições de trabalho, para facilitar a transição do ensino, de situações de desemprego ou de inatividade e permitir às pessoas melhorar as suas competências e adquirir experiência profissional.

A plataforma europeia de talentos de inovação, lançada em março, ajudará as empresas, incluindo aquelas em fase de arranque, a encontrar os talentos de que necessitam fora da União Europeia. Esta plataforma aumentará a mobilidade de pessoas qualificadas tanto para a Europa como dentro do seu território, graças às possibilidades de recrutamento à escala internacional e ao apoio à criação de parcerias entre empregadores sediados na UE e cidadãos qualificados de países terceiros que pretendam trabalhar e residir legalmente na União Europeia.



← Nicolas Schmit, comissário europeu do Emprego e Direitos Sociais (à frente, segundo a partir da direita), visitando o Centro de Formação Profissional de Santarém e o Centro de Formação Profissional da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica. Lisboa, Portugal, 17 de fevereiro de 2023.

Nos próximos anos, continuaremos a assistir a uma diminuição da população da União Europeia. Se nada for feito, a evolução demográfica agravará ainda mais a escassez de mão de obra e intensificará a pressão sobre os orçamentos públicos, tal como confirmado no [relatório sobre a demografia de 2023](#). Na sequência de um apelo lançado pelos líderes no Conselho Europeu de junho, a Comissão apresentou um [conjunto de medidas](#) para ajudar os Estados-Membros a gerir as alterações demográficas. Essas medidas têm por objetivo dar ferramentas a todas as gerações para concretizarem as respetivas aspirações pessoais e realizarem todo o seu potencial na economia e na sociedade em geral.

O desenvolvimento de talentos é particularmente importante nas regiões que sofrem os efeitos de

uma diminuição da mão de obra e de uma baixa percentagem de pessoas com habilitações superiores, bem como naquelas afetadas pela saída dos jovens. O [mecanismo para estimular os talentos](#) foi lançado em janeiro de 2023, no âmbito da estratégia da União Europeia para [aproveitar os talentos nas regiões da Europa](#). Este mecanismo ajudará as regiões da União Europeia afetadas pelo declínio acelerado da população em idade ativa a formar, reter e atrair as pessoas, as aptidões e as competências necessárias para fazer face ao impacto da transição demográfica. A [plataforma para aproveitar os talentos](#) foi oficialmente lançada em novembro, juntando decisores das regiões e dos Estados-Membros e responsáveis políticos da esfera da União Europeia.

## Um conjunto de medidas para gerir as alterações demográficas



### Pais e mães

Facilitar a conciliação entre a vida profissional e a vida privada e a concretização de planos familiares.



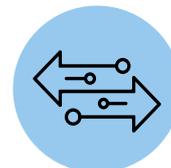
### Jovens

Dar aos jovens a possibilidade de realizarem o seu potencial num contexto de aprendizagem de alta qualidade e facilitar a transição para a vida ativa.



### Idosos

Apoiar o envelhecimento saudável e ativo, para que as pessoas possam manter o controlo da sua vida e continuar a contribuir para a economia e a sociedade.



### Migração

Atrair e integrar talentos de países terceiros.

A concretização da visão a longo prazo para as zonas rurais da União Europeia está a avançar a velocidade de cruzeiro. Mais de 2 000 organizações e autoridades nas esferas europeia, nacional, regional e local colaboram para forjar uma cooperação mais forte em diferentes domínios de intervenção e estimular a sustentabilidade e a vitalidade das zonas rurais. Em 2023, assistiu-se à criação do Grupo de Coordenação do Pacto Rural e ao lançamento da Plataforma da Comunidade do Pacto Rural, ambos dotados de recursos para as comunidades rurais que enfrentam perdas de população, envelhecimento e declínio demográfico. A União Europeia também formulou orientações políticas destinadas a reforçar a prosperidade, a resiliência e o tecido social das zonas e das comunidades rurais.

Em novembro, a Comissão apresentou medidas para tornar a União Europeia um espaço mais atrativo para talentos de fora das suas fronteiras e facilitar a mobilidade no seu interior. Uma das principais iniciativas é a proposta que visa criar

uma reserva de talentos da União Europeia. Esta será a primeira plataforma em todo o espaço da UE que visa facilitar o recrutamento internacional para profissões com escassez, em todos os graus de competências. Um conjunto de recomendações que acompanham a iniciativa simplificará e acelerará o reconhecimento das competências e qualificações adquiridas fora da União Europeia. Ao fornecer em linha informações e orientações claras e transparentes sobre os procedimentos de imigração e reconhecimento, a reserva de talentos europeia ajudará os empregadores e os candidatos a emprego a cumprir as complexas regras de recrutamento. Tornará o recrutamento internacional mais fácil, mais rápido e mais eficaz para todos os interessados. A reserva de talentos da UE contribuirá igualmente para a concretização de parcerias de talentos ao proporcionar um instrumento para uma colocação eficaz de candidatos a emprego provenientes dos países parceiros participantes.

## Apoio aos trabalhadores

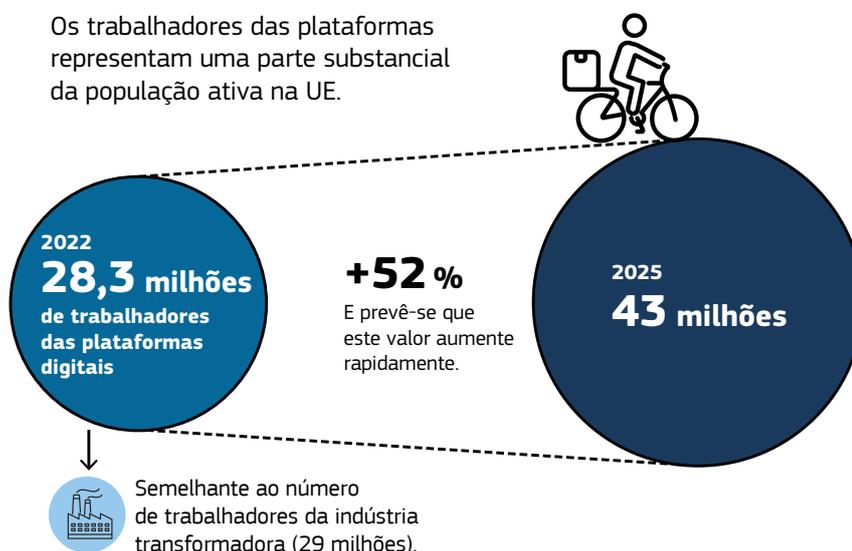
### Melhorar as condições de trabalho dos trabalhadores das plataformas

No final do ano, o Parlamento Europeu e o Conselho progrediram na sua negociação da proposta de diretiva relativa à melhoria das condições de trabalho nas plataformas digitais. A proposta visa assegurar que as pessoas que trabalham através de plataformas de trabalho digitais beneficiem de um estatuto profissional legal que corresponda às suas modalidades de trabalho reais, e que possam usufruir dos direitos laborais e das prestações sociais a que têm direito. A diretiva também estabelece

novas regras sobre a utilização de sistemas automatizados para efeitos de monitorização e tomada de decisões por parte das plataformas de trabalho digitais. Desta forma, será promovida uma maior transparência e responsabilização na gestão algorítmica, capacitando as pessoas graças a uma melhor compreensão dessa utilização e da possibilidade de contestarem quaisquer decisões que afetem as suas condições de trabalho.

### Quantos são os trabalhadores das plataformas?

Os trabalhadores das plataformas representam uma parte substancial da população ativa na UE.

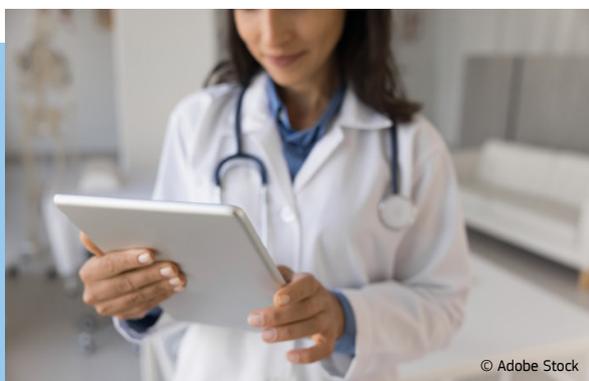


## Aprendizagem entre pares nas administrações públicas

Em 2023, cerca de 100 funcionários públicos de 17 Estados-Membros participaram num novo projeto de intercâmbio destinado a preparar a próxima geração de decisores políticos na União Europeia. O programa de cooperação e intercâmbio no domínio da administração pública permite aos participantes aprender com os métodos de trabalho e as culturas de outras administrações públicas europeias. É financiado ao abrigo do Instrumento de Assistência Técnica, o programa da UE que fornece aos Estados-Membros apoio técnico feito à sua medida para definirem e executarem as respetivas reformas.

## Competências digitais para os profissionais de saúde

Durante o ano, a Estónia, Espanha, Itália e a Roménia beneficiaram de projetos financiados pelo Instrumento de Assistência Técnica destinados a reforçar as competências digitais dos seus profissionais de saúde e assegurar uma melhoria contínua dessas competências no futuro. Os projetos apoiam as autoridades de saúde nas esferas nacional e regional no desenvolvimento de planos de competências digitais e orientações operacionais para facilitar a adoção e a utilização de registos de saúde eletrónicos.



© Adobe Stock

## Saúde e segurança no trabalho

Em novembro, o Parlamento e o Conselho acordaram provisoriamente em reduzir os limites de exposição ao chumbo para um quinto do atual valor-limite. O chumbo pode afetar a função sexual e a fertilidade, e também prejudicar o desenvolvimento fetal ou a descendência das mulheres que lhe estão expostas. Apoiaram ainda a introdução de um novo limite de exposição para os produtos químicos denominados di-isocianatos, que podem causar doenças respiratórias, como a asma. Estas alterações, que se seguem a uma proposta apresentada pela Comissão com base nos dados científicos mais recentes, serão fundamentais para proteger os trabalhadores no contexto da transição para a neutralidade climática. Tanto o chumbo como os di-isocianatos são suscetíveis de ser utilizados, por exemplo, na produção de baterias, em processos para tornar os veículos elétricos mais leves, em turbinas eólicas ou como materiais isolantes durante a renovação de edifícios.

A União Europeia alterou a legislação para reduzir significativamente o limite de exposição profissional ao amianto. Este é um passo importante para assegurar uma melhor proteção dos trabalhadores contra o amianto, uma substância altamente perigosa e cancerígena que ainda se encontra presente em muitos edifícios. Inscreve-se na abordagem global da União Europeia de melhor proteger as pessoas e o ambiente contra o amianto e de garantir um futuro sem ele.

## Facilitar a vida graças à coordenação digital da segurança social

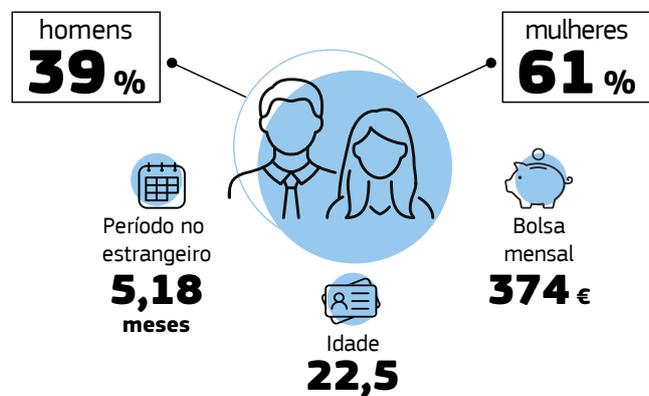
Foram propostas medidas práticas para continuar a digitalizar a coordenação dos sistemas de segurança social na Europa. O aproveitamento das ferramentas digitais irá melhorar os intercâmbios de informações entre as instituições nacionais de segurança social e acelerar o reconhecimento dos direitos e a concessão de prestações noutros países. Deste modo, será mais fácil para os residentes na União Europeia viver, trabalhar e viajar no estrangeiro, para as empresas e para atividades noutros Estados-Membros e para as administrações nacionais coordenar a segurança social a nível transfronteiras (ver capítulo 5).

## Educação, formação e aprendizagem ao longo da vida

### Programa Erasmus+

Com quase 14 milhões de participantes até à data, o Erasmus+ é um dos programas mais emblemáticos da UE, abrangendo as áreas da educação, da formação, da juventude e do desporto. A Comissão reforçou o orçamento do programa para 2023, ascendendo o total a 4,43 mil milhões de EUR — a sua dotação financeira anual mais elevada de sempre. Este aumento consolidou as prioridades do Erasmus+ em matéria de inclusão, cidadania ativa e participação democrática, bem como no que diz respeito às transições ecológica e digital na Europa e no mundo. O programa de trabalho revisto incluiu 100 milhões de EUR para apoiar os alunos e o pessoal educativo afetados pela guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia. A dimensão internacional do Erasmus+ foi impulsionada por um aumento do orçamento de 31 milhões de EUR, tendo em vista o reforço de projetos de mobilidade e a melhoria das capacidades no ensino superior em apoio a projetos de cooperação internacional. Em 2023, o programa apoiou igualmente a criação de um ambiente digital de ensino aberto para os estudantes inscritos em instituições de ensino superior ucranianas, para as pessoas que fogem da Ucrânia ou para os estudantes deslocados internamente.

### Perfil médio dos estudantes do ensino superior que participaram no Erasmus+ em 2023



### Espaço Europeu da Educação

O Espaço Europeu da Educação é uma iniciativa destinada a ajudar os Estados-Membros a trabalharem em conjunto para criar sistemas de educação e formação mais inclusivos e resilientes. Visa melhorar o acesso a uma educação e formação de qualidade, permitir que os aprendentes transitem facilmente entre sistemas de ensino de diferentes países e ajudar a criar uma cultura de aprendizagem ao longo da vida. A meio do percurso de construção do Espaço Europeu da Educação, o Conselho reconheceu os progressos realizados e a necessidade de os Estados-Membros, a Comissão e uma comunidade mais vasta de partes interessadas continuarem a envidar esforços para torná-lo uma realidade até 2025.



↑  
Iliana Ivanova, comissária europeia da Inovação, Investigação, Cultura, Educação e Juventude (à direita), na sessão de revisão intercalar do Espaço Europeu da Educação. O evento de alto nível analisou os progressos alcançados na realização do Espaço Europeu da Educação e os desafios futuros. Bruxelas, Bélgica, 10 de outubro de 2023.

Um painel de cidadãos sobre mobilidade para fins de aprendizagem (ver também capítulo 9) gerou 21 recomendações concretas destinadas a melhorar as oportunidades de aprendizagem no estrangeiro para todos na União Europeia. Estas recomendações foram tidas em conta na elaboração da proposta da Comissão para uma recomendação do Conselho que convida os Estados-Membros a fazer da mobilidade para fins de aprendizagem na União Europeia uma parte integrante de todos os percursos de ensino e formação.

## Educação digital

As competências digitais são essenciais para as pessoas participarem na sociedade e no trabalho, e para que a inclusão social seja uma realidade. A União Europeia pretende melhorar a forma como as pessoas aprendem em linha e garantir que todas possuem as competências digitais de que necessitam, hoje e no futuro.

Neste contexto, em novembro a União Europeia adotou duas recomendações que têm por objetivo orientar e ajudar os Estados-Membros a desenvolver as competências digitais dos cidadãos e a encontrar soluções para a clivagem digital. As recomendações inscrevem-se na execução do Plano de Ação para a Educação Digital 2021-2027. Paralelamente, prosseguem os trabalhos sobre as 13 ações previstas no âmbito do plano. Por exemplo, em junho foi lançada uma comunidade de práticas para apoiar a plataforma europeia de intercâmbio de dados em matéria de educação e conteúdos do ensino superior, no âmbito da Plataforma de Educação Digital. A Comissão lançou igualmente um projeto-piloto para estudar o desenvolvimento de um Certificado Europeu de Competências Digitais, que ajudaria as pessoas a obter um reconhecimento rápido e fácil das suas competências digitais além-fronteiras por

parte de empregadores e prestadores de formação (para mais informações sobre competências digitais, ver capítulo 5).

## Sistemas educativos mais inclusivos

Graças ao Instrumento de Assistência Técnica, Espanha, Itália e Portugal estão a tornar os respetivos sistemas educativos mais inclusivos para os alunos desfavorecidos, por meio de um projeto plurinacional destinado a combater as disparidades regionais. O financiamento ao abrigo do instrumento está também a ajudar a Irlanda e a Finlândia a desenvolverem roteiros para melhorar as competências dos professores e promover uma educação inclusiva e de qualidade, estando também a apoiar a Roménia na criação e implantação de um sistema para reduzir o abandono escolar precoce.



↑  
VÍDEO: Prémio Jovens Inventores — programação acessível a crianças com deficiência visual.



## Promoção dos livros e da leitura

Em março, foi lançado o primeiro Dia dos Autores Europeus — uma nova iniciativa no âmbito do programa Europa Criativa. Com mais de 1 000 eventos, esta iniciativa visou aproximar a geração mais jovem da leitura de livros e incentivar as pessoas a descobrir a diversidade cultural e linguística da literatura europeia.



↑  
VÍDEO: Missão da UE contra o Cancro — Responder às necessidades dos jovens sobreviventes do cancro.

## Apoio à investigação

Tomando como ponto de partida a investigação e a inovação, cinco missões da UE, financiadas sobretudo pelo programa Horizonte Europa, estão a contribuir para os trabalhos da Comissão no âmbito do Pacto Ecológico Europeu, da preparação da Europa para a era digital e do Plano Europeu de Luta contra o Cancro. Cada missão estabelece metas ambiciosas, práticas e mensuráveis para produzir resultados concretos para todos na UE. Uma avaliação dos progressos mostra que as missões estão no bom caminho para atingir os seus ambiciosos objetivos até 2030.

Para produzir um impacto real e duradouro, as missões mobilizam um leque diversificado de intervenientes públicos e privados — desde os Estados-Membros e as autoridades regionais e locais até institutos de investigação, agricultores, investidores e parceiros associados exteriores à União Europeia. Colaboram também com os cidadãos para impulsionar a adoção de novas soluções e abordagens. Em 2023, foi lançada a fase preparatória de uma sexta missão sobre o Novo Bauhaus Europeu. Incidindo na inovação, esta missão terá por objetivo transformar, até 2035, os bairros de toda a Europa em espaços bonitos, sustentáveis e inclusivos.

No âmbito do programa Horizonte Europa, o Conselho Europeu de Investigação contribui para expandir as fronteiras do conhecimento em todos os domínios da ciência e atribuir bolsas de estudo, graças aos seus prestigiosos programas de subvenções. Em 2023, este conselho atribuiu um total de dois mil milhões de EUR de subvenções a projetos selecionados em função da sua excelência científica.

As Ações Marie Skłodowska-Curie são o programa emblemático da União Europeia para o financiamento de estudos de doutoramento e formação pós-doutoramento de investigadores. Ao longo de 2023, o programa apoiou quase 3 000 projetos e 4 400 organizações que haviam sido selecionados para financiamento em 2021 e 2022. O financiamento, que ascende a mais de 1,6 mil milhões de EUR, irá formar mais de 15 000 doutorandos dentro e fora do mundo académico.



↑  
Mariya Gabriel, então comissária europeia da Inovação, Investigação, Cultura, Educação e Juventude, num evento destinado a aumentar o número de vales de hidrogénio na UE. A Comissão, juntamente com a indústria europeia do hidrogénio, a comunidade científica e as regiões da UE, está empenhada em acelerar uma ação conjunta em matéria de investigação, desenvolvimento, demonstração e implantação de vales de hidrogénio. Bruxelas, Bélgica, 1 de março de 2023.



↑  
Ferenc Krausz (à esquerda) e Anne L'Huillier (à direita).

Dois investigadores financiados pela UE foram nomeados vencedores do Prémio Nobel da Física de 2023. Ferenc Krausz e Anne L'Huillier receberam subvenções no valor aproximado de 9,5 milhões de EUR do Conselho Europeu de Investigação. Foram igualmente apoiados por outros programas de investigação da União Europeia, incluindo as Ações Marie Skłodowska-Curie. O prémio foi-lhes atribuído em conjunto com Pierre Agostini, também médico, «por métodos experimentais que geram impulsos de atossegundos de luz para o estudo da dinâmica dos eletrões na matéria».

Em julho, a Comissão propôs uma recomendação do Conselho no sentido de estabelecer um novo quadro europeu para as carreiras de investigação, uma nova carta para os investigadores e um quadro europeu de competências para investigadores. O principal objetivo destas iniciativas é manter os investigadores na Europa, tornando-a um destino atrativo para investigadores estrangeiros e promovendo carreiras de investigação como opção aliciante para os jovens estudantes e licenciados.

Os primeiros vencedores de um novo prémio que reconhece organizações académicas e de investigação por impulsionarem a mudança no sentido da igualdade de género na investigação e inovação foram anunciados no Dia Internacional da Mulher (8 de março). Três instituições académicas da Irlanda e uma da Suécia levaram para os respetivos países o Prémio da UE para os Campeões da Igualdade de Género.

## Reforço das medidas a favor de uma União da igualdade

### Igualdade de género

O direito à igualdade de remuneração por trabalho igual ou de valor igual é um dos princípios fundadores da União Europeia, no entanto as mulheres na União Europeia auferem, em média, cerca de 13 % menos que os homens. Ainda que a disparidade de remuneração entre homens e mulheres seja uma questão complexa, a discriminação salarial é considerada um fator fundamental para isso. As novas regras em matéria de transparência salarial visam reforçar a aplicação do direito à igualdade de remuneração e ajudar a acabar com as disparidades salariais entre homens e mulheres. A Diretiva Transparência Salarial confere aos trabalhadores o direito a serem informados sobre os níveis de remuneração médios para todos os que realizam as mesmas funções ou trabalho de igual valor, permitindo-lhes identificar e contestar qualquer discriminação salarial em razão do sexo.

A diretiva dá igualmente aos trabalhadores a possibilidade de fazer valer o seu direito

à igualdade de remuneração se considerarem que estão a ser discriminados. Por exemplo, assegurará que as vítimas de discriminação salarial possam ser representadas em tribunal por associações e organismos pertinentes, como os organismos de promoção da igualdade. Garante ainda indemnizações mais adequadas para as vítimas e sanções mais severas em caso de violação dos direitos. As novas regras devem ser transpostas para o direito nacional até 7 de junho de 2026.

A adesão da União Europeia à Convenção de Istambul para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e à Violência Doméstica foi um marco importante. Demonstra o empenho da UE em intensificar a luta contra a violência em razão do género nos 27 Estados-Membros e em apoiar todas as vítimas de violência contra as mulheres e de violência doméstica. A convenção entrou em vigor na União Europeia em 1 de outubro de 2023.



A Comissão continuou a apoiar ações destinadas a prevenir e combater a violência em razão do género e a violência contra as crianças por intermédio do seu programa Cidadãos, Igualdade, Direitos e Valores. Foram selecionados 13 projetos para receber financiamento no valor de quase 30 milhões de EUR. Sete das propostas selecionadas incidem na violência em razão do género e na violência doméstica, cinco visam a violência contra as crianças e uma abrange a violência contra adultos e crianças.

↑

Da esquerda para a direita: Věra Jourová, vice-presidente da Comissão Europeia responsável pelos Valores e Transparência, Paulina Brandberg, ministra sueca da Igualdade de Género e ministra adjunta do Emprego, e Helena Dalli, comissária europeia da Igualdade, participam em nome da Presidência do Conselho da União Europeia no evento de adesão da UE à Convenção de Istambul. Bruxelas, Bélgica, 19 de junho de 2023.



VÍDEO: Desafiar os estereótipos de género.

Os estereótipos de género são uma causa profunda das desigualdades entre homens e mulheres. A campanha [#EndGenderStereotypes](#), lançada em março, visa combater os estereótipos de género que afetam homens e mulheres em todos os aspetos da vida, incluindo o equilíbrio entre a vida profissional e a vida familiar, as escolhas profissionais e as oportunidades de cargos de chefia. Tem por objetivo sensibilizar para os estereótipos em situações reais e incentivar as pessoas a questionarem e combaterem práticas discriminatórias.

## Execução da Estratégia para a Igualdade de Tratamento das Pessoas LGBTIQ 2020-2025

O [relatório intercalar de 2023 sobre a execução da Estratégia para a Igualdade de Tratamento das Pessoas LGBTIQ 2020-2025](#) apresenta numerosas medidas que visam as pessoas lésbicas, *gays*, bissexuais, transgénero, intersexuais e *queer* (LGBTIQ) e mostra que a maioria das ações no âmbito da estratégia foi ou está a ser aplicada. O relatório servirá de base aos debates sobre o que está ainda por fazer para executar com êxito a Estratégia para a Igualdade de Tratamento das Pessoas LGBTIQ até 2025.

A Comissão reforçou o financiamento ao abrigo do programa Cidadania, Igualdade, Direitos e Valores para promover a igualdade e combater a discriminação contra as pessoas LGBTIQ, atribuindo três milhões de EUR a projetos que

beneficiem especificamente a comunidade LGBTIQ em 2023-2024.

A campanha [Keep Your Eyes Open](#) foi lançada pela Comissão em 2023 no âmbito da [Estratégia da UE sobre os Direitos das Vítimas 2020-2025](#), a fim de sensibilizar para os direitos das vítimas de crimes, incluindo as vítimas de crimes de ódio contra pessoas LGBTIQ. A campanha destina-se a incentivar os amigos e as famílias das vítimas a oferecerem ajuda e apoio. O objetivo final é assegurar que as vítimas compreendam os seus direitos e se sintam capacitadas para usá-los para obter justiça.



Milhares de pessoas unidas contra a discriminação na marcha anual pela igualdade de Cracóvia, Polónia, 20 de maio de 2023.



## Promover a inclusão e a diversidade

### Vencedores dos Prémios Capitais Europeias da Inclusão e da Diversidade de 2023

Os prémios anuais Capitais Europeias da Inclusão e da Diversidade fazem parte do trabalho da União Europeia para combater o racismo e a discriminação. Os vencedores da edição de 2023, oriundos de sete Estados-Membros, foram distinguidos pelo seu trabalho em prol de sociedades mais justas, graças à promoção da diversidade e da inclusão em matéria de género, origem racial e étnica, religião e crença, deficiência e idade.



**Município de Terrassa,**  
Espanha



**Região de Bruxelas-Capital,**  
Bélgica



**Cidade de Helsínquia,**  
Finlândia



**Município de la Zarza,**  
Espanha



**Cidade de Labin,**  
Croácia



**Município do Fundão,**  
Portugal



**Cidade de Gdańsk,**  
Polónia



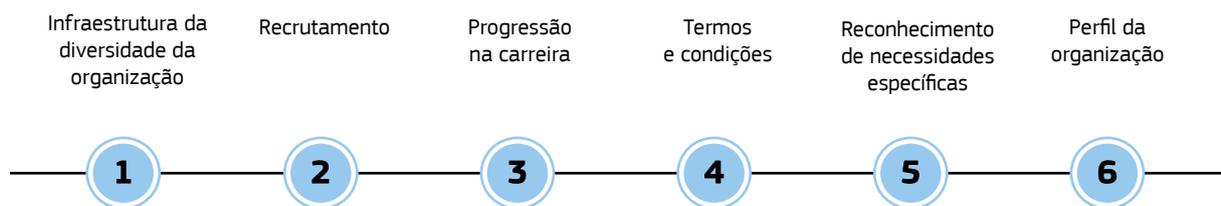
**Catalunha,**  
Espanha



**Cidade de Reggio Emilia,**  
Itália

## Como consegue o seu empregador/a sua organização gerir a diversidade?

A ferramenta de autoavaliação da diversidade da UE, publicada em maio durante o Mês Europeu da Diversidade, permite que os empregadores dos setores público e privado e as organizações, grandes ou pequenas, avaliem de que modo conseguem gerir a diversidade em seis categorias.



Os ciganos são a minoria étnica mais numerosa da Europa. Muitos ciganos continuam a ser vítimas de discriminação e exclusão social. Em janeiro, a Comissão publicou um relatório de balanço das estratégias nacionais para os ciganos, avaliou-as em função dos compromissos assumidos pelos Estados-Membros e forneceu orientações sobre aspetos que é necessário melhorar ou que merecem uma maior atenção. A Comissão instou os Estados-Membros a utilizarem da melhor forma possível os instrumentos de financiamento da União Europeia e a reverem os respetivos quadros nacionais, a fim de os tornar mais coerentes com a Recomendação do Conselho relativa à igualdade, à inclusão e à participação das populações ciganas.

No final de 2023, registou-se um aumento significativo do discurso de ódio e dos crimes de ódio na Europa, particularmente contra as comunidades judaica e muçulmana. Em dezembro, a Comissão Europeia apresentou uma comunicação intitulada «Não ao ódio: uma Europa unida contra o ódio», que agregou as medidas da UE nesta matéria. A comunicação assentou nas principais vertentes de trabalho existentes, incluindo a Estratégia da União Europeia para combater o antissemitismo e apoiar a vida judaica, e serviu de apelo à ação de todos os Europeus para que se pronunciem contra o ódio e pela tolerância e pelo respeito (ver também capítulo 7).

## Estratégia sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência 2021-2030

Uma União da igualdade só pode ser uma realidade se as pessoas com deficiência gozarem dos seus direitos e puderem participar plenamente na sociedade e na economia, como qualquer outra pessoa.

A fim de assegurar que as pessoas com deficiência possam usufruir, em condições equitativas, do acesso a benefícios, sejam eles descontos ou outras vantagens, em toda a União Europeia e circular livremente entre os Estados-Membros, a Comissão propôs:

- um novo cartão europeu de deficiência; e
- uma versão melhorada do cartão europeu de estacionamento para pessoas com deficiência.



O cartão europeu de deficiência proposto visa servir de prova de deficiência reconhecida em todos os Estados-Membros. Concederá aos seus titulares acesso às mesmas condições especiais e tratamento preferencial (por exemplo, entrada gratuita, tarifas reduzidas e acesso prioritário) concedidas aos residentes do Estado-Membro que visitam. Estas vantagens aplicar-se-ão a transportes públicos, eventos culturais, museus, centros desportivos, etc. O cartão será complementar dos cartões nacionais de deficiência em vigor. A consulta pública sobre o novo cartão foi disponibilizada em vários

formatos alternativos para garantir a acessibilidade. Consequentemente, mais de 2 500 pessoas com deficiência contribuíram para a iniciativa.

O novo cartão de estacionamento proposto garantirá os mesmos direitos de utilização de lugares e instalações de estacionamento reservados às pessoas com deficiência que estão à disposição dos residentes no Estado-Membro em causa. Destina-se a substituir os cartões de estacionamento nacionais.

A iniciativa está agora a ser negociada no Parlamento Europeu e no Conselho.

## Defesa do consumidor

Em 2023, a Comissão, em colaboração com as autoridades responsáveis pela aplicação da legislação da UE em matéria de defesa do consumidor (no âmbito da rede de cooperação de defesa do consumidor), continuou a fazer progressos significativos na proteção dos consumidores contra práticas desleais. No setor das viagens, a rede desempenhou um papel crucial para garantir um tratamento equitativo dos consumidores em caso de anulação de voos. Numa outra medida significativa, a Google encetou um diálogo com a rede no qual se comprometeu a fornecer aos consumidores informações mais claras e precisas, a fim de cumprir as regras da UE.

A modernização das regras garantirá que os consumidores da União Europeia apenas tenham à sua disposição produtos seguros, independentemente da sua origem e do facto de serem vendidos em lojas tradicionais ou em linha. As novas regras, que dão resposta aos desafios da crescente digitalização, dos novos desenvolvimentos tecnológicos e das cadeias de abastecimento globalizadas, entraram em vigor em junho e serão

aplicáveis em todos os Estados-Membros a partir de 13 de dezembro de 2024.

Em novembro, entraram também em vigor novas regras para proteger os consumidores que solicitem crédito (por exemplo, um empréstimo para comprar um automóvel). Estas regras visam assegurar que os consumidores saibam exatamente o que estão a subscrever e que a informação é adaptada aos dispositivos digitais.

Além disso, vigoram desde dezembro regras modernizadas sobre contratos de serviços financeiros celebrados à distância (por exemplo, em linha ou por via postal). A legislação estabelece regras claras sobre as informações que devem ser prestadas aos consumidores antes da celebração de um contrato. Introduz igualmente a possibilidade de o consumidor rescindir um contrato através de um «botão de retratação» fácil de encontrar no sítio Web do vendedor. As novas regras, que serão aplicáveis a partir de meados de 2026, proporcionam igualmente aos consumidores a possibilidade de contactar uma pessoa nos casos em que a interação com um robô de conversação não seja satisfatória.



### As principais agências de viagens comprometeram-se a:



informar melhor os consumidores sobre os seus direitos em caso de anulação de voos;



acelerar o reembolso de bilhetes, com um tempo de espera máximo de 14 dias para o consumidor (um máximo de sete dias para as companhias aéreas reembolsarem os viajantes ou o intermediário utilizado para reservar o bilhete, e sete dias para o intermediário processar o reembolso);



disponibilizar dados de contacto transparentes;



fornecer informações sobre as vantagens específicas associadas aos seus pacotes de serviços;



explicar as implicações de serviços específicos para os direitos dos consumidores em caso de perturbações de voos.



# 7. Proteger as pessoas e as liberdades

## Introdução

Em 2023, quando a COVID-19 deixou finalmente de ser considerada uma emergência sanitária mundial, foram lançados os últimos alicerces da União Europeia da Saúde. No futuro, todos os Estados-Membros da União Europeia estarão mais bem preparados para enfrentar em conjunto uma crise de saúde pública e serão mais capazes de proteger a saúde física e mental dos seus cidadãos. A UE reforçou a sua resposta ao desafio comum da migração em matéria de legislação — com o acordo político entre o Parlamento Europeu e o Conselho sobre o Pacto em matéria de Migração e Asilo, juntamente com medidas operacionais —

e de parcerias abrangentes com países terceiros. Foi também em 2023 que a Croácia se tornou o mais recente membro do espaço Schengen e começou a usufruir plenamente dos benefícios de pertencer à maior zona de livre circulação do mundo. O Conselho da União Europeia tomou ainda a decisão histórica de acolher a Bulgária e a Roménia no espaço Schengen, começando pela supressão dos controlos nas fronteiras aéreas e marítimas a partir do fim de março de 2024. Além disso, a União Europeia tomou medidas abrangentes para proteger os seus cidadãos de ameaças, tanto dentro como fora das suas fronteiras.

## Proteger os cidadãos

Os ataques terroristas numa escola em França e nas ruas de Bruxelas, em outubro de 2023, reavivaram claramente a urgência de continuar a adaptar e a reforçar a arquitetura de segurança da União Europeia. Ao longo do ano, foram acordadas várias medidas para ajudar a combater a criminalidade organizada, o terrorismo, o tráfico de seres humanos, o tráfico de droga e a corrupção.

A Comissão instou igualmente os Estados-Membros a tomarem as medidas necessárias para assegurar a plena conformidade com o regulamento relativo ao combate à difusão de conteúdos em linha, que obriga os prestadores de serviços a suprimir os conteúdos terroristas no prazo de uma hora a contar da receção da decisão de supressão das autoridades dos Estados-Membros. A Comissão publicou, em outubro, um conjunto de recomendações para que os Estados-Membros coordenem a sua resposta à propagação e amplificação de conteúdos ilegais, como conteúdos terroristas ou discursos ilegais de incitação ao ódio, antes que estes possam conduzir a uma ameaça grave para a segurança pública (ver capítulo 5 para mais pormenores).

A União Europeia está empenhada em intensificar a sua ação contra todas as formas de ódio. Na sequência de um aumento alarmante do discurso e dos crimes de ódio, visando em particular as comunidades judaica e muçulmana, a Comissão Europeia, juntamente com o alto representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, Josep Borrell, lançou um apelo à união de todos os Europeus contra o ódio e pela tolerância e o respeito. Com a comunicação conjunta, a União Europeia está a reforçar a sua ação em domínios de intervenção como a segurança, o digital, a educação, a cultura e o desporto, estando contemplados financiamentos adicionais para proteger os locais de culto e a nomeação de enviados para maximizar o potencial das políticas da UE de combate ao ódio.

→

Ylva Johansson, comissária europeia dos Assuntos Internos, responde às perguntas dos jornalistas no porto de Antuérpia, atendendo ao aumento contínuo da quantidade de cocaína apreendida neste porto. Bélgica, 7 de fevereiro de 2023.

A Comissão instou igualmente o Conselho a alargar a atual lista de crimes da União Europeia estabelecida nos Tratados por forma a nela incluir o discurso de ódio e os crimes de ódio, tal como proposto em 2021, e reiterou a importância de intensificar a execução da estratégia para combater o antissemitismo e apoiar a vida judaica (2021-2030).

Para os serviços essenciais, os cidadãos e as empresas da União Europeia dependem de infraestruturas críticas. Num panorama geopolítico e de segurança cada vez mais complexo, a União Europeia está a tomar medidas para reduzir as vulnerabilidades e aumentar a resiliência neste domínio. A Comissão adotou uma lista de serviços essenciais, relacionados com infraestruturas críticas, a avaliar pelos Estados-Membros; propôs igualmente um plano de ação para as infraestruturas críticas, com o propósito de reforçar a coordenação na esfera da UE para dar resposta a incidentes transfronteiriços graves.

No âmbito de um pacote de medidas aplicado por ocasião do 30.º aniversário da cidadania da União Europeia, em dezembro, a Comissão propôs a alteração das regras para proteger e apoiar os cidadãos da UE no estrangeiro em tempos de crise. A Diretiva Proteção Consular revista visa assegurar uma proteção mais efetiva e simplificada dos cidadãos que viajam para fora da União Europeia, se o país da sua nacionalidade não dispuser de um consulado ou embaixada no país em que se encontram.



## Intensificar a luta contra o tráfico de droga

O tráfico de droga é altamente lucrativo para os criminosos, como o demonstram o aumento sem precedentes da quantidade de drogas ilícitas disponível na Europa e o facto de as apreensões de droga na UE estarem a atingir níveis recorde. O impacto das redes criminosas envolvidas em

atividades ilícitas faz-se sentir em todas as comunidades — e em todas as economias — e exige uma resposta coletiva e coordenada dos governos, das autoridades policiais e dos intervenientes privados em setores essenciais.



O **lucro estimado que a criminalidade organizada** obtém de atividades ilícitas, incluindo o tráfico de droga, ascende a cerca de **139 mil milhões de EUR** por ano, o que equivale a 1 % do produto interno bruto da UE.



**40 %** das redes criminosas ativas na UE estão envolvidas no **comércio de drogas ilícitas**.



**50 %** de todos os homicídios na Europa estão diretamente **relacionados com o tráfico de droga**.



O mercado europeu da cocaína **cresceu 416 %** entre 2011 e 2021.



**70 %** de todas as apreensões de droga na UE ocorrem nos **portos**.



Em 2021, registaram-se **6 200 mortes** por sobredosagem de drogas na UE.

Fonte: Avaliação da Ameaça da Criminalidade Grave e Organizada da União Europeia, 2021.

Com a finalidade de intensificar os esforços da União Europeia para combater a criminalidade organizada e o tráfico de droga, a Comissão elaborou em outubro um roteiro que inclui 17 medidas específicas em

quatro domínios prioritários. As medidas baseiam-se na execução em curso da estratégia da UE para lutar contra a criminalidade organizada (2021-2025) e da estratégia da UE em matéria de drogas.

## Novo roteiro da UE para lutar contra o tráfico de droga e o crime organizado

1

Aumentar a resiliência dos portos contra o tráfico de droga e a infiltração criminosa.

2

Desmantelar as redes criminosas de alto risco por meio de investigações mais coordenadas e do recurso aos alertas do Sistema de Informação Schengen.

3

Medidas de prevenção da criminalidade organizada através do intercâmbio de melhores práticas entre os Estados-Membros.

4

Colaborar com parceiros internacionais, nomeadamente da África Ocidental, da América Latina e das Caraíbas.

Além disso, a União Europeia está a reforçar o mandato dos principais intervenientes na luta contra o tráfico de droga, por exemplo através da criação da nova Agência da UE sobre Drogas em 2024. Esta agência irá desenvolver um sistema europeu de alerta em matéria de drogas para notificar rapidamente as autoridades nacionais sobre a entrada de novas substâncias perigosas no mercado. A UE também aumentou o financiamento da Plataforma Multidisciplinar Europeia contra as Ameaças Criminosas, com resultados significativos. Além disso, continua a investir em soluções inovadoras para as forças policiais, a fim de as ajudar a acompanhar a evolução tecnológica e a manter a sua eficácia na proteção dos cidadãos, atualmente e no futuro.

A corrupção constitui uma ameaça à segurança, uma vez que permite e impulsiona a criminalidade organizada, o terrorismo e outras formas de criminalidade, incluindo o branqueamento de

capitais e o tráfico de droga. Em 2023, a Comissão propôs nova legislação para combater a corrupção e lançou uma rede da UE contra a corrupção. Além disso, as novas regras em matéria de acesso às informações financeiras, acordadas pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho em junho, irão proporcionar às autoridades policiais um rápido acesso às informações sobre as contas em que os criminosos e os terroristas mantêm ou ocultam os seus fundos ou ativos.

No mesmo mês, a UE adotou novas regras para facilitar e acelerar a obtenção, pelas autoridades policiais e judiciais, das provas eletrónicas de que estas necessitam para investigar e instaurar ações penais contra os criminosos. Isto significa que uma autoridade judicial de um Estado-Membro poderá obter provas eletrónicas de um prestador de serviços (como uma empresa de telecomunicações ou de redes sociais) ou do seu representante legal noutra Estado-Membro.



**85 %** das investigações criminais envolvem dados digitais.



Mais de **50 %** das investigações criminais envolvem um pedido transnacional para obter acesso a provas eletrónicas.



O tempo médio necessário para a obtenção de provas eletrónicas foi de **10 meses** no caso dos procedimentos de auxílio jurídico mútuo e de **120 dias** no caso das decisões europeias de investigação.

As novas regras (em vigor a partir de 2026) reduzirão o tempo necessário para a obtenção de provas eletrónicas para apenas 10 dias e, em caso de emergência, para menos de oito horas.

## Rumo a uma nova política de migração

O Novo Pacto em matéria de Migração e Asilo foi concebido para gerir e normalizar as migrações a longo prazo, proporcionando segurança e condições dignas às pessoas que chegam à União Europeia. Além disso, procura estabelecer uma abordagem comum da UE em matéria de migração e asilo, baseada na solidariedade, na responsabilidade e no respeito pelos direitos humanos.

Em dezembro, o Parlamento e o Conselho chegaram a acordo sobre cinco propostas essenciais do pacto. Assim que estas propostas sejam formalmente adotadas, o pacto entrará em vigor, criando um quadro jurídico que equilibre a solidariedade e a responsabilidade entre os Estados-Membros mediante uma abordagem eficaz e justa da gestão da migração.

### Novo Pacto em matéria de Migração e Asilo: principais propostas acordadas em 2023



#### Regulamento Gestão do Asilo e da Migração

Cria um novo mecanismo de solidariedade para equilibrar o sistema atual, em que poucos Estados-Membros são responsáveis pela grande maioria dos pedidos de asilo, e estabelece regras claras sobre a responsabilidade pelos pedidos de asilo.



#### Regulamento Procedimentos de Asilo

Estabelece o procedimento comum que os Estados-Membros têm de observar ao lidar com pessoas que procuram proteção internacional, tornando assim os procedimentos de asilo, de regresso e de fronteira mais rápidos e eficazes.



#### Regulamento Crise

Destina-se a assegurar que a UE está preparada para enfrentar situações de crise no futuro, incluindo a instrumentalização dos migrantes.



#### Regulamento Eurodac

Cria uma base de dados comum que reúne dados mais exatos e completos.



#### Regulamento Triagem

Cria regras uniformes no que se refere à identificação dos nacionais de países terceiros à sua chegada, aumentando assim a segurança no espaço Schengen.

Paralelamente, foram reforçadas as medidas operacionais para apoiar os Estados-Membros ao longo das principais rotas migratórias para a Europa. Em 2023, a Comissão apresentou planos de ação para as rotas do Mediterrâneo Oriental e do Mediterrâneo Ocidental e do Atlântico, com medidas práticas que visam os países de origem e de trânsito em causa. Estes planos complementam os planos de ação para as rotas dos Balcãs Ocidentais e do Mediterrâneo Central, apresentados em 2022. As medidas tomadas pela União Europeia, pelos Estados-Membros e pelos parceiros internacionais têm contribuído para gerir o número de chegadas irregulares.

**Para o período 2021-2027, a Comissão afetou 11,5 mil milhões de EUR aos Estados-Membros e aos países associados a Schengen para programas destinados a enfrentar os desafios em matéria de migração, gestão das fronteiras e segurança.**

O Grupo de Contacto Europeu para as Operações de Busca e Salvamento foi relançado para promover uma coordenação mais estreita e melhores práticas, nomeadamente entre os Estados de pavilhão dos navios e os Estados costeiros. Além disso, 19 Estados-Membros e os quatro países associados a Schengen (Islândia, Listenstaine, Noruega e Suíça) comprometeram-se a aplicar um mecanismo de solidariedade voluntária destinado a apoiar os Estados-Membros mais afetados pelos desafios migratórios. A União Europeia continuou ainda a acompanhar a situação migratória por intermédio do mecanismo da UE de preparação para a migração e gestão de crises relacionadas com a migração, com o intuito de reforçar a resposta conjunta.

Na sequência do aumento do número de migrantes oriundos do Norte de África chegados à ilha italiana de Lampedusa em setembro, a UE definiu um plano de 10 pontos que inclui medidas práticas para reduzir a migração irregular e prestar assistência imediata às autoridades italianas.



↑ Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia (terceira a partir da esquerda), Giorgia Meloni, primeira-ministra de Itália (à frente, terceira à direita), e Matteo Piantedosi, ministro italiano do Interior (à frente, segundo à direita), durante a sua visita ao centro de registo de migrantes na ilha de Lampedusa, Itália, 17 de setembro de 2023.

## A luta contra a migração irregular

### Combater a introdução clandestina de migrantes

A prevenção e a luta contra a introdução clandestina de migrantes e o tráfico de seres humanos são duas das prioridades da UE, ambas cruciais para combater a migração irregular de uma forma abrangente. As redes de tráfico de seres humanos sabem como explorar lacunas jurídicas e estão a recorrer a novos métodos de recrutamento, como as redes sociais e as aplicações móveis. Este desenvolvimento, conhecido como «vertente digital da introdução clandestina de migrantes», constitui um novo desafio para as autoridades policiais e judiciais. A introdução clandestina de migrantes e o tráfico de seres humanos estão frequentemente interligados: as redes de tráfico humano podem explorar ou introduzir clandestinamente migrantes ao longo das rotas para serem explorados assim que chegarem à Europa.

Os grupos de trabalho operacionais apoiados pela Agência da União Europeia para a Cooperação Policial e as equipas de investigação conjuntas no âmbito da Agência da União Europeia para a Cooperação Judiciária Penal estão a intensificar esforços para combater as redes de introdução clandestina de migrantes. Por exemplo, foi criado um grupo de trabalho operacional no âmbito do seguimento dado por Itália ao plano de 10 pontos para Lampedusa. A Agência da União Europeia para a Formação Policial também está a contribuir para os esforços da luta contra as organizações criminosas.

Em consonância com o Plano de Ação da UE contra o tráfico de migrantes 2021-2025, foi lançada uma parceria operacional com a Tunísia contra a introdução clandestina de migrantes, semelhante às que foram concluídas em 2022 com Marrocos, o Níger e os Balcãs Ocidentais.

Os meios de transporte comerciais — principalmente os transportes aéreos — estão a ser cada vez mais utilizados pelas redes de introdução clandestina de migrantes para facilitar a migração irregular para a UE. Para remediar este problema, a Comissão adotou, em junho, um conjunto de medidas de apoio aos Estados-Membros que inclui designadamente ações de sensibilização que visam os operadores de transportes.

Em novembro, a Comissão propôs uma atualização do quadro legislativo da UE para combater a introdução clandestina de migrantes — o atual tem já 20 anos. A atualização inclui uma proposta que estabelece regras mínimas para prevenir e combater o auxílio à entrada, ao trânsito e à permanência irregulares na UE, com sanções mais pesadas para os traficantes. As novas regras visam reforçar o papel das agências da UE, em especial a Agência da União Europeia para a Cooperação Policial, e intensificar a cooperação com os países parceiros para resolver o problema à escala mundial. A UE lançou igualmente um apelo à ação para uma aliança mundial de luta contra o tráfico de migrantes.



**90 %** dos migrantes em situação irregular são introduzidos por passadores.



De acordo com a Europol, havia **15 000** passadores em 2022.



Em 2022, registaram-se **331 000** entradas irregulares nas fronteiras externas da UE.

## Desafios emergentes

Uma política de vistos coordenada é essencial para a gestão eficaz da migração. A UE tem acordos de isenção de vistos com mais de 60 países, o que traz muitos benefícios para os cidadãos de ambas as partes, bem como para os Estados-Membros e os países parceiros. Contudo, a isenção de visto também levanta desafios migratórios e de segurança. Por exemplo, um alinhamento insuficiente com a política de vistos da União Europeia pode transformar um país isento da obrigação de visto numa plataforma de trânsito para a entrada irregular na União. Além disso, os regimes de concessão de cidadania a investidores aplicados por países terceiros isentos da obrigação de visto representam riscos de segurança.

Em resposta, a Comissão propôs uma revisão do atual mecanismo de suspensão de vistos. A proposta introduz novos motivos para suspender os regimes de isenção de vistos, limiares mais flexíveis para desencadear o mecanismo e disposições destinadas a reforçar as obrigações de monitorização e de comunicação de informações.

Em outubro, a Comissão apresentou igualmente o sexto relatório ao Parlamento no âmbito do mecanismo de suspensão de vistos. O relatório abrange a evolução da situação nos países isentos da obrigação de visto dos Balcãs Ocidentais e da Parceria Oriental. Além disso, dá atenção aos países do Pacífico e das Caraíbas que aplicam regimes de concessão de cidadania a investidores.

## Reforçar a gestão das fronteiras

A primeira estratégia europeia de gestão das fronteiras foi apresentada em março. Esta estratégia proporciona um quadro coordenado para as autoridades nacionais e para os mais de 120 000 trabalhadores das autoridades nacionais responsáveis pelas fronteiras e da Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira, que trabalham em conjunto para proteger as fronteiras da União Europeia. A visão partilhada segue-se a um longo período de consulta entre as instituições. Uma vez que explora os resultados da investigação e inovação

da União Europeia em matéria de gestão das fronteiras, a estratégia reduz igualmente a dependência de tecnologias críticas de países terceiros.

A Comissão tomou ainda outras medidas no âmbito do sistema comum da União Europeia que gere o regresso dos migrantes em situação irregular, tendo nomeadamente elaborado uma recomendação sobre o reconhecimento mútuo das decisões de regresso e a agilização dos regressos. A coordenadora da UE responsável pelos regressos, apoiada por representantes dos Estados-Membros e da Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira, finalizou a estratégia operacional que orienta o trabalho da rede de alto nível para os regressos e deu início à sua adoção. A Comissão está já a trabalhar com os Estados-Membros em ações específicas em matéria de regresso. Os Estados-Membros comunicaram um aumento de 9 % das decisões de regresso emitidas a nacionais de países terceiros entre janeiro e setembro de 2023, em comparação com o mesmo período do ano anterior.

## Vias seguras e legais de migração para a Europa

Em toda a União Europeia, continuam a verificar-se situações de escassez de emprego e de competências em vários setores e em vários níveis de competências. O esforço da União Europeia para colmatar a escassez começa «em casa», explorando o potencial da mão de obra existente na própria UE. No entanto, para responder plenamente a este desafio e aos impactos das alterações demográficas, a União Europeia precisa também de envidar mais esforços para atrair competências e talentos de todo o mundo.

A aplicação do pacote de competências e talentos, adotado em abril de 2022, está a ajudar a tornar o mercado de trabalho da UE mais atrativo para os talentos estrangeiros. As medidas do pacote incluem propostas legislativas para simplificar os procedimentos de candidatura e reforçar os direitos dos nacionais de países terceiros que pretendam trabalhar na União Europeia. As negociações estão a avançar a bom ritmo,



sendo que em dezembro de 2023 foi alcançado um acordo político entre o Parlamento e o Conselho sobre a revisão da [diretiva relativa à autorização única](#) e que se espera para antes do final do atual mandato da Comissão um acordo sobre a atualização da [diretiva relativa aos residentes de longa duração](#).

Em novembro, a Comissão apresentou um [pacote sobre a mobilidade de talentos](#) com medidas adicionais relativas à atração de talentos. Propôs, em especial, a criação de uma [reserva de talentos da UE](#), a primeira plataforma à escala da União Europeia destinada

a estabelecer uma correspondência entre cidadãos de países terceiros que pretendem vir trabalhar na UE e empregadores dos Estados-Membros. O pacote inclui igualmente medidas para reconhecer as qualificações dos nacionais de países terceiros e facilitar a mobilidade para fins de aprendizagem. A União Europeia está também a desenvolver parcerias com os principais países parceiros para atrair talentos, com o intuito de estabelecer uma cooperação mutuamente benéfica em matéria de mobilidade e desenvolvimento de competências (ver também capítulo 5).

## O espaço Schengen

No primeiro alargamento do [espaço Schengen](#) em mais de uma década, a Croácia tornou-se, em 1 de janeiro de 2023, o 27.º país a aderir a este espaço sem fronteiras. Além de 23 Estados-Membros, são também membros de Schengen a Islândia, o Listenstaine, a Noruega e a Suíça. Em dezembro, o Conselho [deceidiu](#) unanimemente acolher a Bulgária e a Roménia no espaço Schengen; os controlos nas fronteiras aéreas e marítimas começarão a ser suprimidos no fim de março de 2024. A adesão destes dois países irá impulsionar as viagens, o comércio e o turismo e consolidar ainda mais o mercado único. O debate sobre uma nova decisão destinada a suprimir os controlos nas fronteiras terrestres prosseguirá em 2024. Um espaço Schengen alargado tornará a UE mais forte enquanto união, tal como estabelecido no [relatório sobre o estado de Schengen de 2023](#).

O renovado [Sistema de Informação de Schengen](#) entrou em funcionamento em março de 2023. Este sistema dá aos Estados-Membros possibilidades adicionais para apoiar a cooperação transfronteiriça e o intercâmbio de informações no espaço Schengen. Culminando os intensos preparativos das autoridades cipriotas para garantir a sua capacidade de tratar os dados do Sistema de Informação de Schengen, Chipre aderiu ao sistema em julho.

Atualmente, os procedimentos de emissão de vistos para o espaço Schengen são ainda muito burocráticos, o que acarreta custos mais elevados tanto para os viajantes como para os Estados participantes. Em 2023, a [União Europeia adotou novas regras](#) que permitem a digitalização dos procedimentos, um elemento essencial da [estratégia Schengen](#) apresentada pela Comissão em junho de 2021.



**80 %** das pessoas na UE creem que é importante melhorar a segurança das fronteiras.



**77 %** são favoráveis à aceleração dos procedimentos na fronteira.



**68 %** defendem a existência de documentos de viagem digitais e **72 %** consideram que a utilização voluntária de credenciais de viagem digitais acelerará os procedimentos de viagem.

Fonte: [Eurobarómetro Especial n.º 536](#), setembro de 2023.

## Proteger os direitos dos passageiros

As novas regras da UE em matéria de proteção dos passageiros ferroviários entraram em vigor em junho. Os passageiros dos serviços ferroviários estão agora mais bem protegidos em caso de perturbação das suas viagens e as empresas ferroviárias são obrigadas a assegurar uma experiência de viagem sem problemas para os passageiros com mobilidade reduzida. A obrigação de as empresas ferroviárias partilharem dados sobre o tráfego e as viagens em tempo real também abre caminho a ofertas de bilhetes mais competitivas.

A Comissão propôs igualmente o reforço dos atuais direitos dos passageiros para todos os modos de transporte. A proposta centra-se na melhoria da aplicação dos direitos dos passageiros (tanto de carácter geral como das vias de recurso individuais), nos direitos dos passageiros que utilizam vários modos de transporte e no reembolso de bilhetes de avião adquiridos através de intermediários.

## Melhor saúde

### Plano europeu de luta contra o cancro

O plano europeu de luta contra o cancro é a iniciativa mais abrangente de sempre da União Europeia em matéria de luta contra o cancro, a principal causa de morte entre os residentes da UE com menos de 65 anos, e está dotado de um orçamento de quatro mil milhões de EUR para apoiar diferentes ações.

Desde o seu lançamento, em 2021, a UE já concretizou várias das iniciativas emblemáticas do plano. Desde o novo centro de conhecimento sobre o cancro e o primeiro registo europeu das desigualdades no domínio do cancro até ao lançamento de uma rede europeia de jovens sobreviventes de cancro, passando por novas medidas em matéria de deteção precoce, a União Europeia está a trabalhar no sentido de alterar as realidades do cancro para os doentes e as suas famílias.

Em 2023, a UE continuou a produzir resultados. A Iniciativa Europeia de Imagiologia Oncológica,



↑ **VÍDEO:** No Dia Mundial do Cancro, alguns comissários europeus partilham uma pequena história da sua vida pessoal para sensibilizar o público para o cancro.

lançada em janeiro, visa facilitar o acesso e a utilização de imagens médicas e tecnologias digitais (como a inteligência artificial) para melhor detetar e tratar o cancro. Em setembro, esta iniciativa alcançou o seu primeiro marco importante com o lançamento da plataforma Cancer Image Europe, que liga 36 conjuntos de dados com imagens de nove tipos de cancro (mama, cólon, pulmão, próstata, reto, fígado, glioma pontino intrínseco difuso, neuroblastoma e glioblastoma) e reúne mais de 200 000 séries de imagens respeitantes a cerca de 20 000 indivíduos.

## A Iniciativa Europeia de Imagiologia Oncológica:



tirárá partido dos recentes progressos e êxitos dos **sistemas de inteligência artificial** para ajudar os profissionais de saúde a **detetar e diagnosticar cancros**;



apoiará projetos-piloto e o desenvolvimento de **soluções inovadoras assistidas por computador** para melhorar **a exatidão e fiabilidade da imagiologia oncológica e a prestação de cuidados personalizados**, em consonância com os objetivos do Plano Europeu de Luta contra o Cancro;



mostrará de que forma se poderá consultar, utilizar e agrupar imagens médicas, garantindo ao mesmo tempo **um elevado nível de ética, confiança, segurança e proteção dos dados pessoais**, no pleno respeito dos valores e das regras da UE.

O primeiro conjunto de perfis oncológicos por país para os Estados-Membros, a Islândia e a Noruega mostra que estes países despendem um montante substancial em cuidados oncológicos (quase 170 mil milhões de EUR em 2018). O cancro do pulmão

continua a ser, de longe, a causa mais comum de morte por cancro e continuam a existir grandes desigualdades nas taxas de mortalidade por cancro, tanto entre países como dentro de cada país.



O cancro é a segunda principal causa de morte na UE, estando na origem de **26 %** de todas as mortes.



A mortalidade por cancro é quase **75 %** mais elevada entre os homens na UE.



O número de pessoas que fumam diariamente é **50 %** mais elevado nos grupos com rendimentos mais baixos do que nos grupos com rendimentos mais elevados.

O nível de instrução pode quase duplicar a participação no rastreio do cancro do colo do útero.



Em 2018, os Estados-Membros, a Islândia e a Noruega gastaram quase **170 mil milhões de EUR** em cuidados oncológicos.

Devido à COVID-19, o rastreio do cancro na maioria dos Estados-Membros diminuiu, em 2020, em relação a 2019.

A Comissão lançou uma série de diálogos com jovens sobreviventes de cancro para melhor compreender as suas necessidades e desafios e para desenvolver com eles iniciativas que permitam abordar estes aspetos.

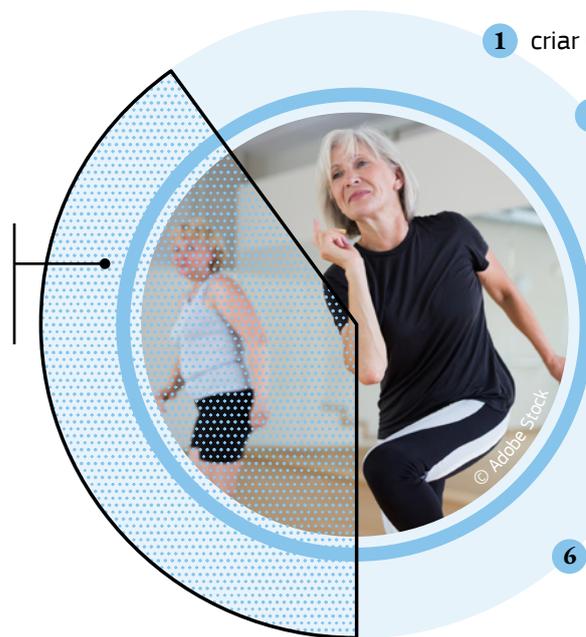
Tiveram início em abril os trabalhos que visam a elaboração do primeiro código de conduta à escala da União Europeia para o acesso equitativo dos sobreviventes de cancro aos serviços financeiros. O objetivo é promover o direito a ser esquecido e combater a discriminação, por forma a que as pessoas com antecedentes oncológicos recebam um tratamento justo quando acedem a produtos financeiros, como hipotecas ou seguros de vida.

## Até 78 % dos cancros profissionais reconhecidos nos Estados-Membros estão relacionados com o amianto

(ver capítulo 6 para as medidas da UE destinadas a reduzir a exposição profissional ao amianto).

### A UE está empenhada em:

**40%** dos casos de cancro são evitáveis.



- 1 criar uma geração livre de tabaco;
- 2 reduzir o consumo nocivo de álcool;
- 3 reduzir a poluição ambiental;
- 4 reduzir a exposição a substâncias cancerígenas e radiações;
- 5 melhorar os conhecimentos e a literacia em saúde;
- 6 promover estilos de vida mais saudáveis.



← Margaritis Schinas, vice-presidente da Comissão Europeia responsável pela Promoção do Modo de Vida Europeu, durante a cerimónia de inauguração do edifício Nicola David-Pinedo, do Instituto de Investigação do Cancro de Chipre. Nicósia, Chipre, 22 de maio de 2023.

## Segurança sanitária e COVID-19

Após mais de três anos, a Organização Mundial da Saúde anunciou, em 5 de maio de 2023, que a COVID-19 tinha deixado de constituir uma emergência sanitária mundial. A ação e a cooperação resolutas à escala global, da União Europeia e dos Estados-Membros, bem como um investimento significativo na ciência e na inovação, permitiram à UE superar esta crise sem precedentes.

No entanto, embora o seu estatuto possa ter mudado, a COVID-19 não desapareceu, pelo que a União Europeia permanece vigilante. O Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças está a acompanhar de perto a evolução da situação. No outono, publicou uma atualização sobre o aumento da transmissão da COVID-19 na União Europeia e no Espaço Económico Europeu, juntamente com orientações sobre campanhas de vacinação e de comunicação para os Estados-Membros. Em outubro, o centro e a Organização Mundial da Saúde lançaram um novo instrumento de vigilância para monitorizar o impacto combinado das doenças respiratórias e melhorar a deteção precoce e a comunicação de sinais de circulação de vírus respiratórios.

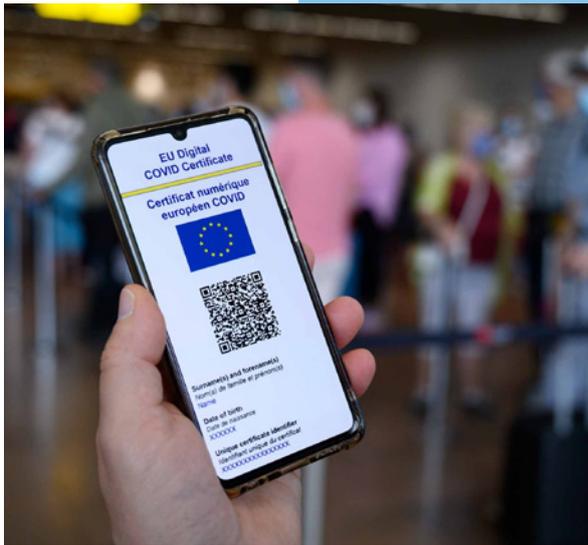
Em resposta à pandemia de COVID-19, a Comissão criou a União Europeia da Saúde com o intuito de melhorar e salvaguardar a saúde de todos na UE. Com base nos ensinamentos retirados da pandemia, o novo quadro reforça a arquitetura da UE em matéria de prevenção, preparação e resposta a ameaças sanitárias transfronteiriças graves. Além disso, alarga o papel desempenhado por duas das principais agências da UE, o Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças e a Agência Europeia de Medicamentos, graças aos novos mandatos que lhes confere.

A Autoridade de Preparação e Resposta a Emergências Sanitárias (HERA) da Comissão desempenha um papel crucial para garantir que a UE dispõe dos medicamentos e equipamentos necessários para proteger os seus cidadãos em situações de emergência. Em maio, a Comissão, em nome dos Estados-Membros, assinou um acordo com a BioNTech-Pfizer que visa melhor adaptar as entregas de vacinas às necessidades dos Estados-Membros e assegurar a disponibilidade de vacinas adaptadas contra a COVID-19 caso surjam novas variantes. Foi igualmente assinado um contrato-quadro com os principais produtores de vacinas, que cria a rede EU FAB para garantir uma capacidade contínua de produção de vacinas em caso de futura emergência de saúde pública. A HERA Invest, lançada em 2023, irá apoiar atividades de investigação e desenvolvimento que permitam dar resposta às ameaças sanitárias transfronteiriças mais prementes. A HERA está também a trabalhar com os Estados-Membros para melhorar os conhecimentos e as competências em matéria de preparação e resposta no domínio da saúde, em especial em áreas fundamentais como a constituição de reservas e a contratação pública.

Prosseguem os esforços para reforçar a preparação da Europa para as pandemias e a sua prontidão para realizar ensaios clínicos à escala da União Europeia, que permitam um acesso atempado a novos tratamentos e vacinas. A UE é um forte apoiante do Fundo para Pandemias, organizado pelo Banco Mundial. Este fundo apoia a prevenção, a preparação e a resposta a pandemias em países de rendimento baixo e médio, sendo a União Europeia, os seus Estados-Membros e as instituições financeiras, agindo em conjunto como Equipa Europa, os principais contribuintes.



← Stella Kyriakides, comissária europeia da Saúde e da Segurança dos Alimentos (segunda a partir da direita), durante uma visita à fábrica da Biovac e ao centro de transferência de tecnologia para as vacinas ARNm. Cidade do Cabo, África do Sul, 28 de janeiro de 2023.



### O certificado digital COVID da União Europeia — uma história de sucesso

A pandemia demonstrou como a saúde digital pode transformar os sistemas de saúde e permitir prestar melhores cuidados de saúde.

O [certificado digital COVID da UE](#) foi um elemento crucial da resposta à pandemia, que facilitou a circulação segura das pessoas em toda a UE durante a crise. O certificado rapidamente se tornou a norma mundial: houve quase 80 países a ligar-se ao sistema e foram emitidos mais de 2,3 mil milhões de certificados. O regulamento sobre o certificado digital expirou em 30 de junho de 2023.

Graças ao seu sucesso e com base na sua tecnologia, a Organização Mundial da Saúde lançou, em 1 de julho de 2023, a [rede mundial de certificação sanitária digital](#). Este sistema irá reforçar a arquitetura mundial da saúde e ajudar a proteger as pessoas em todo o mundo contra ameaças atuais e futuras para a saúde, incluindo pandemias.

## Revisão dos sistemas farmacêuticos da UE

A proposta de [reforma da legislação farmacêutica da UE](#) — a maior e mais ambiciosa em 20 anos — visa assegurar a adaptação deste setor crucial às necessidades do século XXI.

A proposta, que foi apresentada em abril, aborda vários problemas fundamentais. Por exemplo, os medicamentos ainda não estão a chegar aos doentes com suficiente rapidez e nem sempre estão igualmente disponíveis em todos os Estados-Membros. Os preços elevados dos tratamentos inovadores e a escassez de medicamentos também preocupam grandemente os doentes e os prestadores de cuidados de saúde.

Um dos objetivos centrais da reforma é criar um mercado único dos medicamentos, garantindo a todos os doentes, em toda a União Europeia, um acesso atempado e equitativo a medicamentos seguros, eficazes e a preços acessíveis. A revisão irá igualmente apoiar a inovação no desenvolvimento de medicamentos e impulsionar a competitividade da UE graças a um sistema farmacêutico preparado para o futuro, resistente a crises e simplificado.

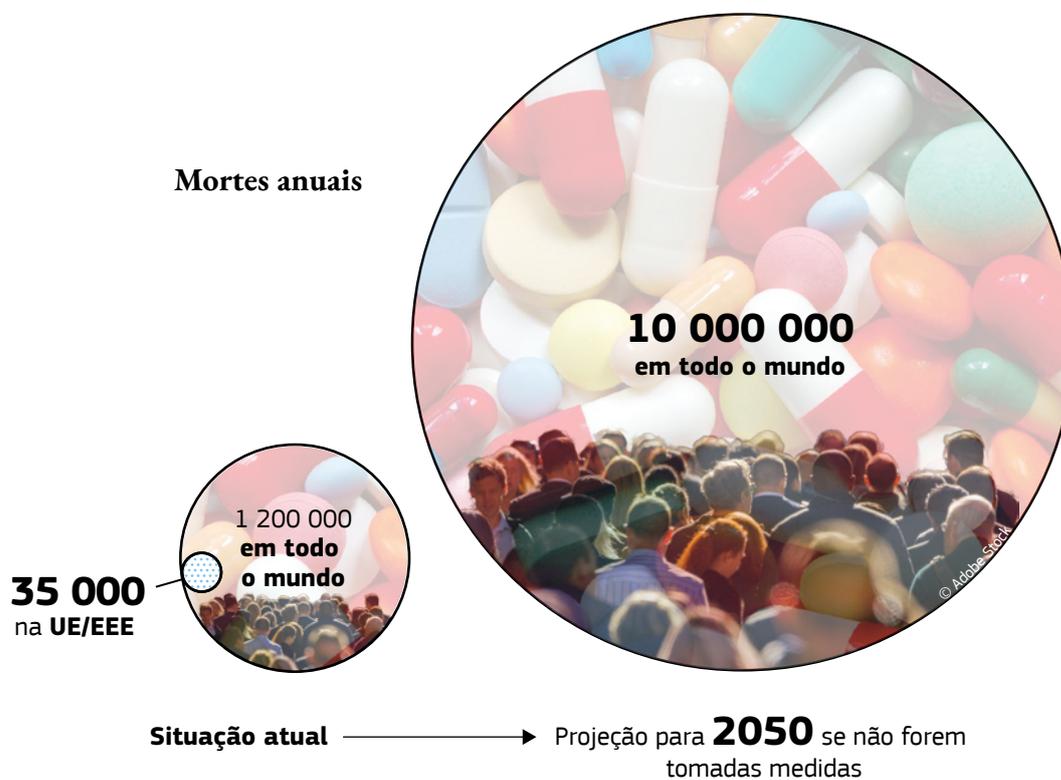
Poderão assim ficar mais rapidamente disponíveis tratamentos novos e de melhor qualidade, o que permitirá aos doentes obter mais cedo os cuidados de que necessitam.

A reforma inclui um conjunto de medidas para resolver a questão da escassez de medicamentos a longo prazo e fora de situações de crise. Enquanto parte deste objetivo, a Comissão [apresentou](#), em outubro, um conjunto de medidas em que foi dada ênfase aos medicamentos mais críticos, cujo aprovisionamento seguro tem de estar constantemente garantido na UE. Foi igualmente lançado o [Mecanismo Europeu de Solidariedade Voluntária](#) para os medicamentos, que permite aos Estados-Membros redistribuir medicamentos das suas existências disponíveis em caso de escassez crítica noutros países da UE. No âmbito da reforma, será proposta uma série de novas regras e incentivos para as empresas farmacêuticas, bem como procedimentos regulamentares simplificados e considerações ambientais mais rigorosas a ter em conta durante a produção de medicamentos.

A resistência antimicrobiana é considerada uma das três principais ameaças à saúde na UE. Ocorre quando as bactérias se tornam resistentes aos medicamentos utilizados para combater as infecções. A reforma inclui medidas de utilização prudente e um novo incentivo para

os antimicrobianos revolucionários. No âmbito do conjunto de ferramentas da UE sobre a resistência antimicrobiana, o Conselho adotou rapidamente uma recomendação proposta pela Comissão que prevê metas nacionais e da UE em matéria de consumo de antimicrobianos.

## Resistência antimicrobiana



### Objetivo

de redução do consumo de antibióticos até **2030**



## Combater os problemas de saúde mental

A União Europeia tem sido confrontada com crises sem precedentes, que afetaram significativamente a capacidade das pessoas para enfrentar desafios crescentes em contextos em rápida mutação. Para resolver este problema, a Comissão apresentou, em junho, uma abordagem abrangente à saúde mental, que visa, entre outros objetivos, ajudar os grupos

vulneráveis, em especial os jovens, e combater o estigma e a discriminação em torno da saúde mental. Trata-se de um primeiro passo importante para pôr a saúde mental em pé de igualdade com a saúde física. A nova abordagem introduz 20 iniciativas emblemáticas e identifica oportunidades de financiamento, no valor de 1,2 mil milhões de EUR, provenientes de vários programas financeiros para ajudar os Estados-Membros a pôr as pessoas e a sua saúde mental em primeiro lugar.

## Medidas em vários domínios políticos para combater os problemas de saúde mental



Código europeu de saúde mental



Iniciativa «Mais Saudáveis Juntos» para as doenças não transmissíveis



Iniciativa europeia de prevenção da depressão e do suicídio



Espaços digitais mais seguros para crianças e jovens



Aplicação correta das regras da UE no domínio da segurança e saúde no trabalho



Campanhas nos locais de trabalho realizadas pela Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho

Para assinalar o Dia Mundial da Saúde Mental, em 10 de outubro de 2023, a Comissão realizou uma conferência de alto nível em Bruxelas. O evento reuniu centenas de pessoas, incluindo representantes das instituições da UE, governos nacionais, organizações internacionais e outros parceiros interessados.

→ Mathilde, rainha da Bélgica, discursa na conferência do Dia Mundial da Saúde Mental. Bruxelas, Bélgica, 10 de outubro de 2023.



### Aumentar o potencial dos fundos da UE no setor da saúde

O instrumento de assistência técnica da Comissão está a ajudar a Bélgica, a Áustria e a Eslovénia a utilizar da melhor forma os programas de financiamento da UE disponíveis para desenvolverem os seus setores da saúde. Através do «[health hub](#)» (polo de recursos da saúde), estes Estados-Membros podem identificar as melhores oportunidades de financiamento para apoiar reformas fundamentais em benefício dos cidadãos. A longo prazo, o polo ajudará também os governos nacionais e regionais a apoiar o investimento económico no setor da saúde. Dados os seus resultados promissores, este projeto pode ser alargado a toda a União Europeia.

### Estratégia da UE para a saúde a nível mundial

O papel de liderança que assumiu na luta contra a pandemia de COVID-19 demonstrou que a UE pode dar um contributo importante para os objetivos mundiais em matéria de saúde graças a uma abordagem do tipo «Equipa Europa», que agrega recursos da UE, dos seus Estados-Membros e das suas instituições financeiras para produzir um maior impacto no terreno.

Em novembro de 2022, a Comissão apresentou uma [estratégia para a saúde a nível mundial](#), que constitui a dimensão externa da União Europeia da Saúde e é

uma componente fundamental da sua estratégia [Global Gateway](#) (ver capítulo 8). Esta estratégia reafirma o compromisso da União Europeia para com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (em especial o objetivo n.º 3, relativo à saúde e ao bem-estar) e o [Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento](#), que estabelece objetivos e princípios comuns para o desenvolvimento.

Em novembro de 2023, foi lançada uma ação conjunta, coordenada por França e que contou com a participação de 22 Estados-Membros, da Noruega e da Ucrânia, para inventariar todas as estratégias em matéria de saúde a nível mundial, o que ajudará a coordenar as ações e a evitar sobreposições.



↑

Da esquerda para a direita: Werner Hoyer, presidente do Banco Europeu de Investimento, Bill Gates, antigo diretor executivo da Microsoft, Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia, Tedros Adhanom Ghebreyesus, diretor-geral da Organização Mundial da Saúde, e Catherine Russell, diretora executiva da UNICEF, no lançamento de uma nova parceria para erradicar a poliomielite, apoiar a distribuição de outras imunizações infantis e reforçar os sistemas de saúde, para que possam responder melhor às novas ameaças sanitárias. Bruxelas, Bélgica, 11 de outubro de 2023.



© WFP 2024

# 8. Promover os interesses e valores europeus no mundo

## Introdução

A União Europeia está decidida a dar resposta aos desafios globais, a promover os seus interesses e valores e a impulsionar a democracia, os direitos humanos e o multilateralismo. Este compromisso estende-se a vários domínios importantes, entre os quais a cooperação em matéria de segurança e defesa, a política de vizinhança, as parcerias internacionais, o comércio, a ajuda humanitária e a proteção civil.

Em 2023, a União Europeia continuou a colaborar estreitamente com os seus parceiros no mundo, com o objetivo de assegurar a estabilidade num contexto de aumento das tensões geopolíticas, resultante sobretudo da agressão militar da Rússia contra a Ucrânia e da guerra entre Israel e o Hamas. Manteve os seus esforços centrados nas

↑

A ajuda humanitária da UE está a ajudar o Programa Alimentar Mundial a chegar a 1,3 milhões de pessoas na Faixa de Gaza, distribuindo rações de emergência às pessoas deslocadas em abrigos e campos improvisados. Deir El Balah, Faixa de Gaza, janeiro de 2024.

importantes relações com as regiões vizinhas que aspiram à adoção de valores democráticos e ao desenvolvimento económico, bem como na criação de parcerias destinadas a promover valores comuns e o desenvolvimento sustentável.

Graças a uma boa preparação para catástrofes, tanto no espaço interno como externo, a UE continuou a proteger vidas, a prevenir catástrofes e a agir rapidamente em situações de crise. Estes esforços continuados reiteram o compromisso inabalável da União Europeia de continuar a promover a paz, a estabilidade e a resiliência à escala mundial.

## A crise no Médio Oriente

Os brutais e indiscriminados ataques terroristas perpetrados pelo Hamas em Israel, em 7 de outubro de 2023, conduziram a uma drástica deterioração da situação humanitária dos palestinianos na Faixa de Gaza e aumentaram o risco de escalada do conflito na região.

Deixando bem claro que não há justificação alguma para o terror, a União Europeia condenou veementemente o Hamas pelos atos terroristas e apelou à libertação incondicional de todos os reféns. Reconhecendo o direito de Israel de se defender nos termos do direito internacional, a UE reiterou igualmente a importância de

assegurar a proteção de todos os civis em todas as circunstâncias, em conformidade com o direito internacional humanitário.

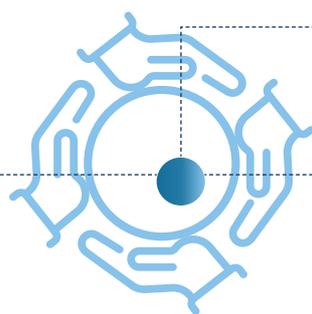
Manifestando a mais profunda preocupação com o progressivo agravamento da situação humanitária na Faixa de Gaza, a União Europeia apelou a um acesso humanitário contínuo, rápido, seguro e sem entraves, e ainda a que a ajuda chegue a quem dela precisa por meio de todas as medidas necessárias, incluindo corredores humanitários e pausas para responder a necessidades humanitárias.

### Ajuda humanitária da UE aos palestinianos em 2023

Quase

**1,1 mil milhões de EUR**  
desde 2000

**1 310 toneladas**  
de bens essenciais



**33**

voos da ponte aérea humanitária da UE

**103 milhões de EUR**  
em financiamento humanitário

A União Europeia é o maior doador de assistência humanitária ao povo palestiniano. Desde 2000, já concedeu, no total, mais de mil milhões de EUR para ajudar a satisfazer as necessidades básicas da população. Desde outubro, quadruplicou a sua [ajuda de emergência aos palestinianos](#) e tem vindo a colaborar com um grande número de parceiros humanitários no terreno.

A UE tem envidado esforços contínuos com parceiros regionais e internacionais para evitar a escalada regional do conflito, incluindo uma deterioração da situação na Cisjordânia, e continua empenhada numa paz duradoura e sustentável, baseada na solução assente na existência de dois Estados e nas resoluções pertinentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas.



Distribuição de água na Faixa de Gaza por parte da Ação contra a Fome, que fornece uma ajuda essencial às pessoas afetadas pelo conflito em curso. Deir Al Balah, 14 de novembro de 2023.

## Segurança e defesa: progressos realizados na aplicação da Bússola Estratégica

A União Europeia quer garantir a segurança dos seus residentes e contribuir para um mundo mais pacífico. A Bússola Estratégica para a Segurança e a Defesa oferece um plano para reforçar a segurança e a defesa da União Europeia até 2030. A Bússola abrange todos os aspetos da política de segurança e defesa e está estruturada em torno de quatro pilares: desenvolver parcerias, agir, investir e garantir a segurança.

### Cooperação com a OTAN («desenvolver parcerias», «agir»)

Os desafios atuais em matéria de segurança são, por natureza, transnacionais e não permitem que nenhum país os enfrente sozinho. É essencial adotar uma abordagem coletiva e estratégica. A parceria de longa data da União Europeia com a OTAN é o elemento central desta estratégia global e uma componente essencial dos seus esforços no domínio da segurança e defesa.



↑ Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia, assina a terceira Declaração Conjunta de Cooperação UE-OTAN. Bruxelas, Bélgica, 10 de janeiro de 2023.

Numa forte mensagem política de unidade transatlântica, a Declaração Conjunta de Cooperação UE-OTAN sublinha a necessidade de adotar uma abordagem firme no domínio da defesa europeia que contribua para a segurança mundial e seja compatível com a OTAN. Os signatários manifestaram também o seu claro empenho em aprofundar esta cooperação.

Em 2023, a cooperação entre a UE e a OTAN atingiu um nível sem precedentes e obteve resultados concretos em todos os domínios, incidindo sobretudo na resiliência. O grupo de trabalho UE-OTAN sobre a resiliência de infraestruturas críticas, lançado em janeiro, formulou recomendações específicas para reforçar a cooperação.

→

Da esquerda para a direita: Charles Michel, presidente do Conselho Europeu, Jens Stoltenberg, secretário-geral da OTAN, Josep Borrell, alto representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e vice-presidente da Comissão Europeia responsável por Uma Europa mais Forte no Mundo, numa cimeira europeia dos dirigentes dos Estados-Membros da UE para debater a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e a ajuda da UE ao país. Bruxelas, Bélgica, 29 de junho de 2023.



A guerra de agressão da Rússia veio reafirmar os valores comuns da UE e da OTAN, que, lado a lado, têm manifestado a sua total solidariedade para com a Ucrânia e coordenam os respetivos meios de apoio. O Mecanismo Europeu de Apoio à Paz (ver capítulo 1) tornou-se já uma parte integrante do apoio concedido pela União Europeia aos seus parceiros no mundo.

Ao longo do ano, a União Europeia intensificou também a sua cooperação com outros parceiros bilaterais, regionais e multilaterais, nomeadamente a ONU, a Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa, a União Africana e a Associação das Nações do Sudeste Asiático. A primeira edição do Fórum de Parceria Schuman para a Segurança e a Defesa reuniu parceiros internacionais e da União Europeia para um diálogo sobre os desafios comuns em matéria de segurança.

## Desenvolver capacidades de defesa («investir»)

Em 2023, foram lançadas duas iniciativas fundamentais destinadas a reforçar a defesa e a indústria da União Europeia. Com um orçamento de 500 milhões de EUR, a ação de apoio à produção de munições tem por objetivo aumentar a produção de munições e mísseis da União Europeia. É complementada pelo instrumento para reforçar a indústria europeia da defesa através da contratação conjunta, dotado de um orçamento de 300 milhões de EUR, que incentivará os Estados-Membros, pela primeira vez, a adquirir em conjunto os produtos de defesa mais críticos à indústria de defesa da União Europeia.

## Fundo Europeu de Defesa

### Orçamento anual de 2023 por categoria de ação

#### 1,2 mil milhões de EUR

Convites abertos à apresentação de soluções de defesa inovadoras e orientadas para o futuro

72 milhões de EUR

Superioridade informacional

99 milhões de EUR

Sensores

69 milhões de EUR

Cibernética

60 milhões de EUR

Espaço

125 milhões de EUR

Guerra submarina

90 milhões de EUR

Defesa aérea e antimíssil

123 milhões de EUR

Combate aéreo

63 milhões de EUR

Combate naval

154,4 milhões de EUR

Resposta médica e defesa química, biológica, radiológica e nuclear

40 milhões de EUR

Energia e ambiente

25 milhões de EUR

Combate terrestre

47 milhões de EUR

Proteção e mobilidade das forças

45 milhões de EUR

Outras ações

30,3 milhões de EUR

Materiais e componentes

50 milhões de EUR

Tecnologias disruptivas

41 milhões de EUR

Transformação digital

45 milhões de EUR

O Fundo Europeu de Defesa é um dos instrumentos fundamentais para a investigação e o desenvolvimento no domínio da defesa na União Europeia. Desde 2021, já assegurou mais de três mil milhões de EUR a 60 projetos colaborativos em todos os Estados-Membros. Só em 2023, o fundo injetou 1,2 mil milhões de EUR em áreas cruciais da defesa, como o conhecimento da situação no espaço, a neutralização de mísseis hipersónicos e o desenvolvimento de uma corveta de patrulha europeia. O Fundo Europeu de Defesa apoia a inovação no setor da defesa através do programa europeu de inovação no domínio da defesa da UE, que mobiliza dois mil milhões de EUR para ajudar sobretudo os intervenientes e inovadores de menor dimensão.

Ao abrigo da dotação destinada à mobilidade militar no âmbito do Mecanismo Interligar a Europa, foram atribuídos 616 milhões de EUR em 2023 para apoiar o transporte de tropas e equipamento na rede transeuropeia de transportes. A dotação destina-se a financiar infraestruturas que possam ser utilizadas tanto para fins civis como de defesa.

## Novas estratégias de segurança («garantir a segurança»)

As crises recentes e o recrudescimento de tensões fizeram transparecer as fragilidades da segurança da União Europeia. Em resposta, a Comissão lançou em outubro um processo de consulta abrangente, que servirá de base à futura estratégia industrial de defesa europeia.

O aquecimento do planeta é uma fonte de preocupação crescente para as operações militares da União Europeia e está a induzir uma mudança radical na política de defesa da UE, que considera agora as alterações climáticas uma questão prioritária na sua agenda de segurança.

Em 2023, a União Europeia adotou igualmente a sua primeira estratégia espacial para a segurança e a defesa, que, entre outros objetivos, visa proteger os recursos espaciais da União Europeia e dos seus Estados-Membros. Quanto ao futuro, prevê-se que o ato legislativo espacial da UE seja adotado em 2024, a fim de melhorar a resiliência e o poder da União Europeia no espaço.

Mais de 80 % das trocas comerciais mundiais são realizadas por via marítima e cerca de dois terços do petróleo e do gás são extraídos no mar. Globalmente, quase todos os dados, inclusive os dados da Internet, são transmitidos por cabos submarinos.

A prosperidade e a segurança da União Europeia dependem da segurança dos oceanos. Por este motivo, a Comissão e o Serviço Europeu para a Ação Externa aprovaram, em março, a atualização da estratégia de segurança marítima da UE e do seu plano de ação. Com base nestes documentos, o Conselho aprovou, em outubro, a estratégia de segurança marítima da UE revista e o seu plano de ação. A estratégia está alinhada com a Bússola Estratégica e contribuirá para a consecução dos objetivos desta última.



→ **VÍDEO:** Um grito de alerta — como proteger as infraestruturas marinhas vitais da UE contra as ameaças emergentes.



## Estratégia de segurança marítima da UE

### Objetivos principais



Proteger os interesses da UE no mar — cidadãos, economia, infraestruturas e fronteiras



Preservar os nossos recursos naturais e o meio marinho



Assegurar o respeito do direito internacional, em especial da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar



Reagir com rapidez e eficácia às ameaças crescentes (por exemplo, ciberameaças e ameaças híbridas)



Garantir formação e ensino adequados (por exemplo, cibercompetências) para combater as ameaças

## Política europeia de vizinhança e negociações de alargamento

### Balcãs Ocidentais e Turquia

A UE continua determinada a integrar os Balcãs Ocidentais na União. O pacote de alargamento de 2023 fez uma avaliação exaustiva da situação e dos progressos realizados pelos parceiros nos respetivos percursos de adesão à União Europeia, centrando-se sobretudo nas reformas fundamentais necessárias, inclusive no que se refere ao Estado de direito, à administração pública, ao funcionamento das instituições democráticas e aos critérios económicos.

É de assinalar o bom andamento, durante o ano, do processo de exame analítico do acervo com a Macedónia do Norte e a Albânia — um primeiro passo para as negociações de adesão. A recomendação da Comissão e a decisão do

Conselho Europeu de abrir as negociações de adesão com a Bósnia-Herzegovina, uma vez cumpridos os critérios de adesão exigidos, reconhecem os progressos realizados pelo país desde que se tornou candidato, em 2022. Prosseguiram as conversações de adesão do Montenegro e da Sérvia com a União Europeia, apoiadas pelos diálogos em curso, tanto no plano político como técnico, com a Comissão. Em abril, o Parlamento Europeu aprovou oficialmente a liberalização do regime de vistos para o Kosovo (esta designação não prejudica as posições relativas ao estatuto e está conforme com a Resolução 1244/1999 do Conselho de Segurança da ONU e com o parecer do Tribunal Internacional de Justiça sobre a declaração de independência do Kosovo), que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2024.

→

Em 6 de outubro de 2023, Olivér Várhelyi, comissário europeu da Vizinhança e do Alargamento, participou na Reunião do Processo de Berlim, em Tirana, Albânia.



Em 2023, a União Europeia prosseguiu a aplicação do Plano Económico e de Investimento para os Balcãs Ocidentais, de 30 mil milhões de EUR, destinado à recuperação a longo prazo da pandemia de COVID-19, à transição ecológica e digital e à cooperação regional e convergência com a UE. A União Europeia desembolsou também 450 milhões de EUR do seu pacote de apoio no domínio da energia, no valor total de mil milhões de EUR,

para auxiliar os países dos Balcãs Ocidentais a dar resposta às crises energéticas e reforçar a segurança energética. Por seu turno, o novo plano de crescimento da Comissão para os Balcãs Ocidentais destina-se a proporcionar antecipadamente à região determinadas vantagens associadas à adesão à União Europeia antes da adesão oficial dos países, orientando-se sobretudo para o crescimento económico e a convergência socioeconómica.

### Um plano de crescimento assente em quatro pilares para os Balcãs Ocidentais



Na Cimeira do Processo de Berlim de 2023, os dirigentes dos Balcãs Ocidentais reafirmaram o seu empenho em integrar melhor as suas economias regionais através do mercado comum regional, com o fito de avançar rumo à integração na União Europeia. Adotaram também planos de crescimento económico, que abrangem o investimento em infraestruturas e a expansão do mercado regional. A cimeira pôs igualmente em destaque alguns progressos conseguidos no domínio da educação, como o novo campus do Colégio da Europa em Tirana, e iniciativas ambientais como a Agenda Verde, e sublinhou ainda a importância da segurança regional, tendo em vista o reforço da cooperação contra a criminalidade organizada e as ameaças à cibersegurança.

Na Cimeira UE-Balcãs Ocidentais, realizada em 13 de dezembro, em Bruxelas, os debates centraram-se na aproximação dos parceiros dos Balcãs Ocidentais à União Europeia e na promoção da sua integração gradual, no desenvolvimento económico no contexto da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e no reforço da segurança e resiliência da região.

Em maio, realizaram-se eleições presidenciais e legislativas na Turquia. Em novembro, foi adotado um relatório sobre as atuais relações entre a União Europeia e a Turquia, no qual se apontam formas de melhorar a cooperação. A União Europeia continua a apoiar os refugiados e as comunidades na Turquia, proporcionando educação e cuidados de saúde e velando pela proteção das fronteiras.

## Geórgia, Moldávia e Ucrânia

O pacote de alargamento histórico deste ano é o primeiro a incluir uma avaliação da capacidade destes três países para cumprir as obrigações decorrentes da adesão à União Europeia. No ano passado, a Geórgia, a Moldávia e a Ucrânia deram provas do seu empenho na adesão à UE. O seu percurso rumo à adesão far-se-á através de reformas específicas dos seus sistemas judiciais, do endurecimento da luta contra a criminalidade organizada e de esforços continuados para melhorar o panorama político, recaindo em especial no desmantelamento das oligarquias e nos direitos humanos. A recomendação da Comissão — e a decisão histórica do Conselho Europeu — de abrir negociações de adesão com a Moldávia e a Ucrânia e de conceder o estatuto de país candidato à Geórgia é um reconhecimento dos esforços significativos de conformidade com as normas da União Europeia por parte destes países.

## Parceria Oriental

A agenda da Parceria Oriental após 2020 incide na resiliência, recuperação e reforma e tem vindo a ser executada em consonância com a trajetória de adesão da Geórgia, da Moldávia e da Ucrânia à União Europeia.

O plano económico e de investimento para a Parceria Oriental tem um orçamento de 17 mil milhões de EUR e é o principal instrumento da União Europeia para reforçar a resiliência na região, em associação com a estratégia Global Gateway (ver a seguir). No final de 2023, tinham sido mobilizados 8,6 mil milhões de EUR em investimentos previstos, destinando-se cinco mil milhões de EUR deste montante a projetos emblemáticos específicos de cada país.

A União Europeia e os seus Estados-Membros, bem como os seus parceiros, intensificarão os esforços com vista a executar a agenda da Parceria Oriental de recuperação, resiliência e reforma. A resposta às consequências da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia em toda a região insere-se no âmbito destes esforços. A cooperação centrar-se-á em vários domínios, como a conectividade, os transportes, a energia e a transição ecológica e digital, e ainda os direitos humanos, a sociedade civil, o Estado de direito e as questões de segurança. Muito embora não haja diálogo com o regime de Lukashenko, a União Europeia continua a conceder apoio direto ao povo bielorrusso, tendo mobilizado 100 milhões de EUR para esse efeito entre 2020 e 2023.



↑

A União Europeia continuou a envidar esforços para garantir uma paz duradoura entre a Arménia e o Azerbaijão em 2023 e aumentou a sua assistência humanitária à região: no final do ano, esta ascendia a mais de 25,8 milhões de EUR desde a escalada do conflito em 2020.

Josep Borrell, alto representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e vice-presidente da Comissão Europeia responsável por Uma Europa mais Forte no Mundo (em primeiro plano, ao centro), na reunião do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre o conflito entre a Arménia e o Azerbaijão, na sede da ONU, Nova Iorque, Estados Unidos, 21 de setembro de 2023.

## Vizinhança meridional

Na vizinhança meridional, o plano de cooperação regional da agenda para o Mediterrâneo e a respetiva estratégia financeira, que passa pelo plano económico e de investimento de 30 mil milhões de EUR, registaram progressos satisfatórios em domínios como o desenvolvimento económico, a governação, a transformação digital, a resiliência energética e climática e a migração.

O memorando de entendimento entre a União Europeia e a Tunísia, celebrado em julho, aborda os desafios comuns e as oportunidades futuras relacionados com a economia e o comércio, a transição ecológica e energética, os contactos

diretos entre as populações e a migração e mobilidade.

A União Europeia continuou a conceder apoio às populações que vivem em situações de crise no Líbano, na Líbia, na Síria e na Palestina (note-se que esta designação não deve ser interpretada como um reconhecimento de um Estado da Palestina e não prejudica a posição de cada Estado-Membro quanto a esta questão). Em junho, na Conferência de Bruxelas sobre a Síria, a União Europeia comprometeu-se a conceder 3,8 mil milhões de EUR em subvenções à Síria e aos países vizinhos.

## Concessão de apoio financeiro à vizinhança meridional

**3,8 mil  
milhões de EUR**

em subvenções da UE  
para a vizinhança  
meridional no período  
de 2021 a 2023

**660 milhões  
de EUR**

em subvenções mistas  
(fundos não  
reembolsáveis)

**As subvenções da UE, aliadas a subvenções mistas e às garantias concedidas a instituições orçamentais independentes parceiras, mobilizarão investimentos no valor de 23,8 mil milhões de EUR.**

## Projetos emblemáticos UE-Balcãs Ocidentais e de vizinhança em 2023

Os projetos são executados no quadro dos planos económicos e de investimento acordados com os países.

### Regional — Balcãs Ocidentais

O corredor de eletricidade transbalcânico é uma interligação de 400 quilovolts que liga as redes de transporte de eletricidade da Bósnia-Herzegovina, do Montenegro e da Sérvia às da Croácia, de Itália, da Hungria e da Roménia.

### Regional — vizinhança meridional — cabo Medusa

O cabo submarino de fibra ótica Medusa, no Mediterrâneo, ligará os países do Norte de África aos da Europa para aumentar a velocidade da Internet nas universidades do Norte de África.

### Regional — Europa Oriental

O cabo digital submarino «Conectividade Digital do Mar Negro» apoiará a transformação digital e aumentará a resiliência digital da região.



#### Macedónia do Norte

A interligação do corredor ferroviário VIII ligará a Macedónia do Norte à fronteira búlgara.



#### Geórgia

O cabo elétrico submarino «Conectividade Digital do Mar Negro» exportará energia verde do Cáucaso do Sul para a UE.



#### Marrocos

- Ampliação de 37 km da rede de elétricos na aglomeração de Rabat-Salé-Témara.
- Convite à apresentação de propostas para a central elétrica a hidrogénio P2X.



#### Tunísia

Construção do ELMED, a primeira interligação de cabos elétricos submarinos de alta tensão entre Itália e a Tunísia.



#### Israel

O cabo de eletricidade submarino no âmbito do projeto EuroAsia Interconnector ligará a Grécia, Chipre e Israel.



#### Egito

- GREGY, uma interligação elétrica de alta tensão no Mediterrâneo Oriental entre a Europa e África, ligando o Egito à Grécia.
- Modernização do centro de controlo da região de Alexandria.
- Produção de metanol para o transporte marítimo ecológico.



#### Jordânia

- Projeto de dessalinização e transporte de água Aqaba-Amã.
- Renovação e modernização da estação de tratamento de águas residuais de As-Salt; construção de uma instalação de produção de biogás.

## Parcerias internacionais e a estratégia Global Gateway

Em 2023, a União Europeia realizou progressos significativos na implantação da estratégia Global Gateway — o seu contributo para reduzir o défice de investimento mundial e apoiar as transições ecológica e digital em todo o mundo. Durante o ano, foram lançados perto de 90 novos projetos emblemáticos em África, na América Latina e nas

Caraíbas, na Ásia e no Pacífico, nos Balcãs Ocidentais e nos países da vizinhança oriental e meridional. Estes projetos foram realizados em áreas tão diversas como as rotas de transporte estratégicas, as energias renováveis, os cabos submarinos, as matérias-primas críticas, a formação de professores e a produção de vacinas.



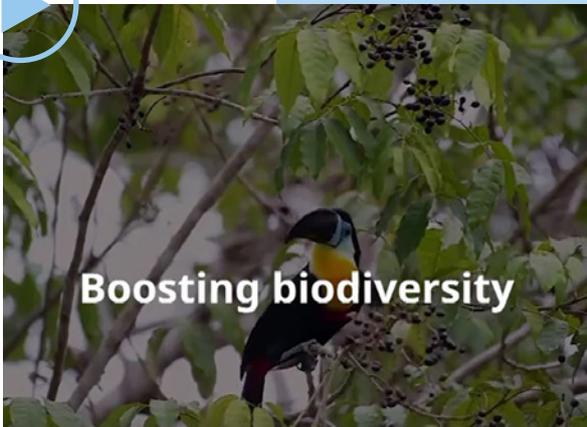
Em 25 e 26 de outubro, no âmbito do primeiro Fórum Global Gateway, os dirigentes da União Europeia e de países parceiros reuniram-se com representantes das empresas, da sociedade civil, de grupos de reflexão, de instituições financeiras e de organizações internacionais, a fim de intensificar a aplicação da estratégia. Em apenas dois dias, foram assinados acordos no valor de cerca de três mil milhões de EUR. A União Europeia comprometeu-se a mobilizar 300 mil milhões de EUR no âmbito desta estratégia até 2027.

↑  
Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia (à direita), e Sheikh Hasina, primeira-ministra do Bangladesh (à esquerda), no Fórum Global Gateway. Bruxelas, Bélgica, 25 de outubro de 2023.

Pela primeira vez em oito anos, a União Europeia e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos realizaram uma cimeira, durante a qual aprovaram a Agenda de Investimento Global Gateway UE-América Latina e Caraíbas. Espera-se que a agenda mobilize mais de 45 mil milhões de EUR nos próximos anos. Em 2023, a UE celebrou igualmente diversas parcerias estratégicas bilaterais com países parceiros da região, com o objetivo de

aprofundar a cooperação no domínio da energia e das matérias-primas críticas. Foi criada uma Aliança Digital UE-América Latina e Caraíbas para a cooperação em questões dos domínios digital e espacial. Além disso, em resposta à crise climática, o Euroclima, um dos programas emblemáticos da União Europeia, foi alargado aos 33 países da América Latina e das Caraíbas.

## Agenda de Investimento Global Gateway UE-América Latina e Caraíbas



A UE e os seus Estados-Membros destinaram mais de **45 mil milhões de EUR** para apoiar a parceria reforçada com a América Latina e as Caraíbas até 2027. Espera-se que outros países, bem como o setor privado e as instituições financeiras, deem também o seu contributo.

O programa inclui mais de 130 projetos em países da América Latina e das Caraíbas para mobilizar investimentos de qualidade.

Os projetos serão executados através de iniciativas da Equipa Europa: a UE, os seus Estados-Membros, as instituições de financiamento do desenvolvimento (incluindo o Banco Europeu de Investimento), as agências de crédito à exportação e todas as outras fontes públicas de financiamento trabalharão em parceria com o setor privado.



VÍDEO: Global Gateway: lançamento do programa Amazonia+.



### A agenda assenta em pilares fundamentais:



uma transição justa e ecológica;



uma transformação digital inclusiva;



desenvolvimento humano;



resiliência sanitária e vacinas.

De igual modo, a União Europeia reforçou as suas relações com a região da Ásia-Pacífico durante o ano. Em 2022, anunciara que iria mobilizar até 10 mil milhões de EUR de investimento para projetos no âmbito da estratégia Global Gateway com os países membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático. Neste contexto, lançou, em 2023, um programa de observação da Terra que se destina a apoiar medidas de adaptação às

alterações climáticas, garantir a segurança alimentar e responder a catástrofes. A União Europeia estabeleceu ainda novas parcerias no domínio da energia sustentável e da gestão dos recursos naturais. Com o objetivo de melhorar a conectividade sustentável entre a Europa e a Ásia Central, fez um levantamento das ligações de transporte entre as duas regiões e das respetivas oportunidades de investimento.

→

Jutta Urpilainen, comissária europeia responsável pelas Parcerias Internacionais (segunda a partir da direita), na cerimónia de assinatura do Acordo de Samoa. Apia, Samoa, 15 de novembro de 2023.



Foi criada uma nova parceria entre a União Europeia e a Organização dos Estados de África, Caraíbas e Pacífico, da qual são membros 79 nações. Em 15 de novembro, as partes assinaram o Acordo de Samoa, que substitui o Acordo de Cotonu. O novo texto centra-se na conjugação de esforços para enfrentar os desafios globais relacionados, por exemplo, com as alterações climáticas, os direitos humanos e as questões de saúde e deverá nortear as relações entre a União Europeia e a organização nos próximos 20 anos.

A União Europeia está a avançar com a aplicação do pacote de investimentos Global Gateway UE-África, que ascende a 150 mil milhões de EUR, bem como com iniciativas de grande envergadura da Equipa Europa (esforços conjuntos entre a UE e os seus Estados-Membros) em setores como a saúde, as tecnologias digitais, a energia verde, a educação e os transportes.

## Iniciativas da Equipa Europa em 2023



O roteiro para a parceria UE-Namíbia no domínio das cadeias de valor sustentáveis de matérias-primas e hidrogénio renovável foi lançado em outubro de 2023. Ao mesmo tempo, a UE assinou acordos de parceria semelhantes com a República Democrática do Congo e a Zâmbia.



Já começaram a ser produzidas vacinas na África do Sul e estão a ser criadas instalações de produção no Gana, no Ruanda e no Senegal.



A UE e os seus Estados-Membros intensificaram o apoio à produção de energia limpa em África, por exemplo através do lançamento da parceria para uma transição energética justa com o Senegal e da inauguração da central fotovoltaica de Gorou Banda, no Níger.



Em janeiro de 2023, a UE e os seus Estados-Membros atribuíram também 100 milhões de EUR a uma iniciativa regional de professores, a fim de apoiar uma educação de qualidade para todos.



←

Em 18 de dezembro de 2023, Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia (à esquerda), deslocou-se a Kigali, no Ruanda, onde proferiu um discurso na cerimónia de lançamento da BioNtech Africa, juntamente com Paul Kagame, presidente do Ruanda (à direita).



←

A UE está a financiar a construção de uma ponte sobre o rio Logone, que liga os Camarões ao Chade. Até agora, o transporte e o comércio têm-se limitado às canoas de madeira tradicionais, que transportam mercadorias e pessoas. Yagoua, Camarões, 5 de abril de 2023.

Em 2023, a União Europeia tomou medidas concretas para combater a desigualdade, introduzindo o marcador de desigualdade. Este instrumento permite avaliar se as medidas estão a reduzir as desigualdades e a ir ao encontro das necessidades dos 40 % mais pobres da população.

A União Europeia e os seus Estados-Membros, no seu conjunto, continuam a ser o maior prestador de ajuda pública ao desenvolvimento em todo o mundo, tendo disponibilizado 92,8 mil milhões de EUR em ajuda em 2022 (o último ano para o qual existem dados disponíveis), o que representa 43 % de toda a ajuda concedida.

## Ajuda humanitária e proteção civil

### Ajuda humanitária

A ajuda humanitária contribui para salvar vidas, respeita a dignidade do ser humano e promove a solidariedade global em situações de crise e de emergência. Coletivamente, a União Europeia é um dos maiores doadores de assistência humanitária do mundo. Com um orçamento que, só em 2023, se elevou a 2,4 mil milhões de EUR, responde não só a novas emergências como também a crises esquecidas.

Devido aos conflitos, aos choques económicos, às condições meteorológicas extremas e à pandemia, a insegurança alimentar atingiu níveis sem precedentes. A invasão ilegal da Ucrânia pela Rússia agravou os preços dos alimentos, da energia e dos adubos e perturbou as cadeias de aprovisionamento. Em 2023, foram atribuídos mais de 668 milhões de EUR à ajuda alimentar e nutricional humanitária. Através desta ajuda, a União Europeia quer garantir que as pessoas mais vulneráveis e afetadas pela fome em situações de crise tenham acesso a alimentos seguros e nutritivos.

Nos últimos 12 anos da crise na Síria, a União Europeia e os seus Estados-Membros prestaram um apoio considerável à população do país, tendo mobilizado um montante total de 30 mil milhões de EUR para ajuda humanitária, ao desenvolvimento,

à economia e à estabilização; em 2023, foram concedidos mais 170 milhões de EUR em ajuda humanitária.

Em fevereiro de 2023, um forte sismo, de magnitude 7,8, atingiu a Síria e a Turquia. Foi um dos mais fortes registados na região desde há mais de um século. No entanto, as réplicas causaram ainda mais devastação.



↑

Através do financiamento da UE e das organizações parceiras, são distribuídos vários artigos de higiene às pessoas afetadas pelo terramoto que vivem em tendas. Turquia, 23 de agosto de 2023.

A União Europeia reagiu de imediato: enviou 30 equipas de busca e salvamento para a Turquia, mobilizou ajuda humanitária para ambos os países e realizou a conferência internacional de doadores «Juntos pelo povo da Turquia e da Síria», em 20 de março. Na conferência, a comunidade internacional comprometeu-se a disponibilizar sete mil milhões de EUR para cobrir as necessidades humanitárias e contribuir para os esforços de reconstrução das regiões afetadas na Turquia, bem como para prestar assistência humanitária à Síria e apoiar a recuperação rápida e a resiliência deste país. Este montante incluiu uma contribuição de 1,1 mil milhões de EUR proveniente do orçamento da UE, tendo 400 milhões de EUR sido disponibilizados em 2023 no quadro do Fundo de Solidariedade da União Europeia.

Em setembro, um sismo de magnitude 6,8 atingiu Marrocos. A União Europeia mobilizou rapidamente um milhão de EUR em fundos de emergência e enviou especialistas em apoio humanitário e logístico, prontificando-se a disponibilizar mais auxílio, se necessário.

Numa altura em que há cada vez maior necessidade global de ajuda humanitária, a União Europeia intensificou os seus esforços de sensibilização, a fim de alargar a base mundial de doadores e colmatar o défice crescente entre financiamento e necessidades, que, em 2023, ultrapassou pela primeira vez um valor de quase 40 mil milhões de euros. Esta foi a questão central do Fórum Humanitário Europeu, que se realizou em março, em Bruxelas. Com o objetivo de encontrar soluções sustentáveis para as necessidades humanitárias, o Fórum reuniu os ministros dos Negócios Estrangeiros da União Europeia para debater

o recurso aos fundos afetados ao desenvolvimento e à luta contra as alterações climáticas para enfrentar as causas profundas destas necessidades e incentivou-os a um maior empenho.

Além de ao financiamento, a União Europeia recorreu também às suas próprias capacidades para complementar o trabalho das organizações humanitárias parceiras. Através da Capacidade de Resposta Humanitária Europeia, prestou apoio logístico direto ao longo do ano, sobretudo no Médio Oriente. Neste contexto, foram distribuídos meios para salvar vidas a partir das próprias reservas da União Europeia e organizaram-se operações da ponte aérea humanitária da UE para entregar material de ajuda imediata às organizações parceiras.

Atuou-se da mesma forma em resposta ao conflito que eclodiu no Sudão em abril, facultando às pessoas afetadas pelo conflito no país e aos refugiados acolhidos no Chade os meios necessários para salvar vidas. Em paralelo, procedeu-se a uma operação da ponte aérea humanitária na sequência de uma nova escalada do conflito na parte oriental da República Democrática do Congo e vários voos continuaram a prestar ajuda de emergência à população do Afeganistão, que enfrenta a maior crise humanitária do mundo.

Em março de 2023, a União Europeia organizou uma conferência em solidariedade para com os migrantes e refugiados da Venezuela, no âmbito da qual foram angariados 815 milhões de EUR e se chamou a atenção para esta crise humanitária esquecida. Outros eventos de angariação de fundos foram organizados para apoiar a população do Iémen e as zonas de crise no Corno de África e no Sael.

Mais de metade da população do Mali tem menos de 18 anos. Cerca de um terço vive em zonas afetadas por conflitos armados. A União Europeia está ativamente empenhada em proteger estas crianças, respondendo rapidamente a novas deslocações da população e assegurando que a sua educação prossigue sem interrupções.

➔ No Mali, as atividades recreativas das crianças deslocadas são organizadas em pequenos grupos, para garantir a segurança e promover uma sensação de intimidade. Esta abordagem também facilita a identificação das crianças que necessitam de apoio adicional. As crianças vulneráveis recebem depois apoio e assistência psicossociais adequados às suas necessidades específicas.  
11 de abril de 2023.



© DRC/Bakary Diouara

## Prevenção, preparação e resposta a catástrofes

Criado em outubro de 2001, o Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia constitui o pilar da cooperação e solidariedade entre os Estados-Membros e mais 10 países participantes em situações de catástrofe natural ou de origem humana. Quando a gravidade da situação de emergência ultrapassa as capacidades de resposta de um país na Europa ou mais além, este pode recorrer ao mecanismo para obter ajuda.

Com a adesão da Moldávia e da Ucrânia em 2023, o mecanismo conta agora 37 membros que, em conjunto, procuram reforçar a prevenção, a preparação e a resposta a catástrofes na Europa.

A União Europeia desempenha um papel fundamental na coordenação e no financiamento da resposta coletiva a catástrofes, tanto no seu território como no resto do mundo. Em 2023, a procura de assistência através do mecanismo aumentou, tendo este sido ativado 66 vezes em resposta a crises naturais e de origem humana, quer na Europa quer fora dela. Entre estas crises contam-se a guerra em curso na Ucrânia, o violento sismo na Síria e na Turquia, os incêndios florestais devastadores no Canadá e na Grécia, e as inundações sem precedentes ocorridas em Itália, na Líbia e na Eslovénia.

A União Europeia ampliou ainda as suas reservas estratégicas rescEU, criadas como último recurso de apoio em situações graves de emergência a que os Estados-Membros não conseguem dar resposta. Neste contexto, a UE constituiu as suas

próprias reservas de abrigos, que podem acolher milhares de pessoas em vários países. Está também a formar uma equipa médica de emergência rescEU, com o propósito de criar o primeiro hospital de campanha pan-europeu. Vários Estados-Membros receberam financiamento da União Europeia para criar a primeira reserva estratégica rescEU no domínio químico, biológico, radiológico e nuclear, bem como uma reserva de energia de emergência com geradores e outro equipamento.

A União Europeia apoia os governos, as organizações e as comunidades na prevenção, preparação e resposta a catástrofes. As comunidades são ajudadas a alcançar estes objetivos mediante o recurso a sistemas de alerta precoce, à partilha de experiências, à oferta de formação no domínio da resposta a situações de emergência e à constituição de reservas de bens de emergência.

Neste contexto, a União Europeia renovou o seu empenho no Quadro de Sendai das Nações Unidas para a redução do risco de catástrofes. Apoia também a América Latina e as Caraíbas ao abrigo do memorando de entendimento que define a cooperação no domínio da preparação para catástrofes e gestão dos riscos. Perante o agravamento do cenário de risco na Europa, a União Europeia adotou, em 2023, cinco objetivos em matéria de resiliência a catástrofes. Estes objetivos orientarão as comunidades na Europa para que possam prever, prevenir, preparar-se e responder a catástrofes de grandes proporções. Associam os cenários de catástrofe a capacidades de resposta específicas e visam reforçar a resiliência a catástrofes de forma concreta e eficiente.

→ Bombeiros romenos na ilha de Rodas, na Grécia, dando água a um coelho socorrido das chamas. Muitas vezes, quando os incêndios se propagam no seu *habitat*, os animais ficam sem reação e são incapazes de fugir. Julho de 2023.



© Romanian Civil Protection

## Cinco objetivos da UE em matéria de resiliência a catástrofes



### **Antever**

Melhorar a avaliação dos riscos



### **Preparar**

Aumentar a sensibilização e preparação das pessoas



### **Alertar**

Reforçar os sistemas de alerta precoce



### **Reagir**

Reforçar o mecanismo de proteção civil da UE



### **Proteger**

Reforçar a coordenação da resposta de emergência em toda a Europa

## Acordos de comércio

A União Europeia coopera com países de todo o mundo e com as organizações internacionais para promover o comércio e a prosperidade económica, envidando esforços para que a tecnologia esteja ao serviço da sociedade e respeite os valores democráticos comuns.

Em junho, a Comissão e o alto representante para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, Josep Borrell, apresentaram a estratégia europeia em matéria de segurança económica — uma abordagem abrangente para uma economia da UE mais forte e mais resiliente. A estratégia alargará a base industrial da União Europeia, protegerá interesses económicos fundamentais e promoverá a colaboração com um grande número de países terceiros, com vista a reforçar a segurança económica mundial.

Em 2023, a União Europeia realizou importantes progressos em vários acordos de comércio livre. Assinou e aprovou o acordo com a Nova Zelândia, celebrado em 2022. O acordo UE-Chile foi igualmente assinado, abrindo assim caminho para a sua adoção formal.

A União Europeia concluiu as negociações e assinou o acordo de parceria económica com o Quênia, o acordo mais ambicioso de sempre negociado pela UE com um país em desenvolvimento em questões relacionadas com a sustentabilidade. O acordo de facilitação do investimento sustentável entre a União Europeia e a República de Angola também avançou e a Comissão já propôs ao Conselho a celebração e assinatura deste acordo.

As negociações de acordos comerciais com a Austrália, a Índia e a Indonésia prosseguiram, tal como os trabalhos técnicos e jurídicos relativos ao acordo comercial UE-Mercosul. Foram também relançadas as negociações com a Tailândia.

Na sequência do diálogo económico de alto nível entre a UE e o Japão, realizado em junho, e da subsequente Cimeira UE-Japão, em julho, as duas partes acordaram em aprofundar a colaboração no âmbito do Acordo entre a União Europeia e o Japão para uma Parceria Económica e, desta forma, alargar o alcance do diálogo sobre segurança económica e chegar a um acordo quanto aos princípios do comércio digital.



Em dezembro, decorreu em Pequim uma cimeira histórica entre a União Europeia e a China, a primeira em formato presencial desde 2019, na qual se discutiu a realização de progressos concretos nas relações entre a UE e a China. A cimeira foi dominada pelos debates sobre o equilíbrio do défice comercial da União Europeia em relação à China, a promoção de uma parceria económica equitativa e a adesão às normas internacionais.

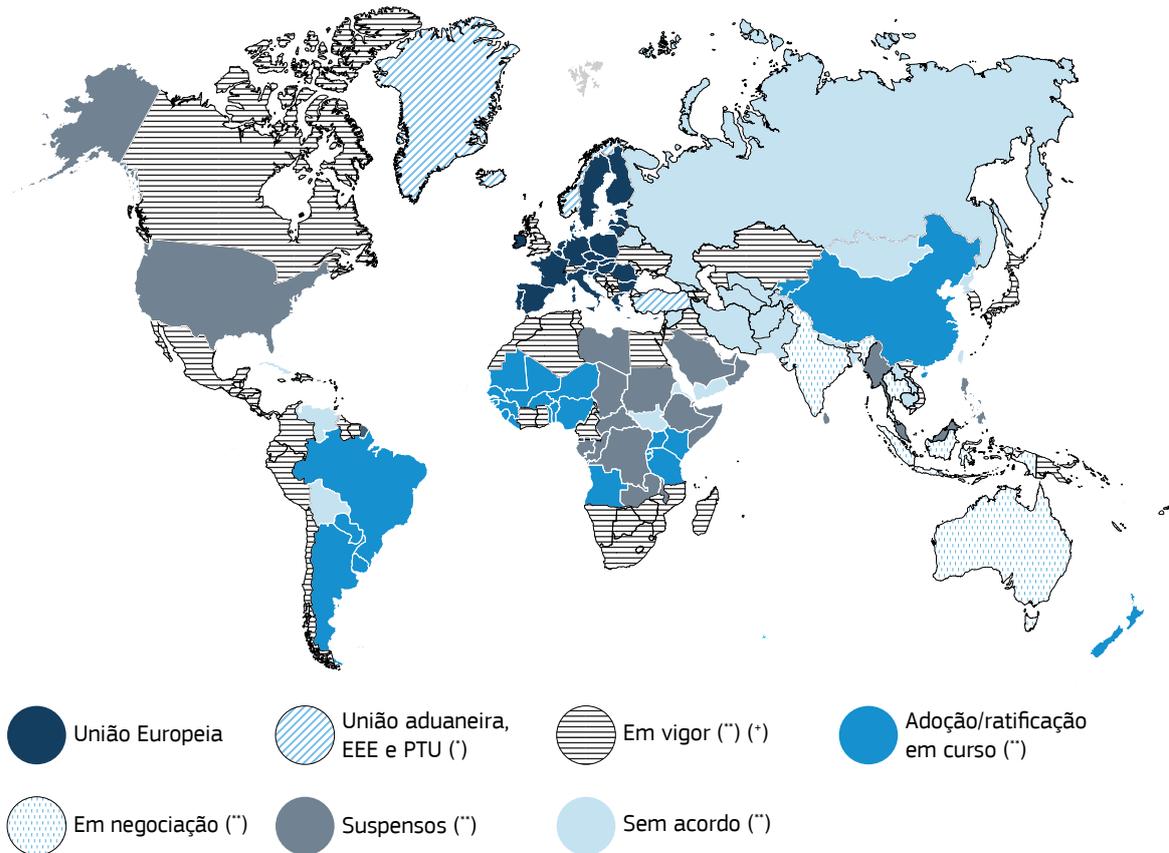
Foram ainda objeto de debate os graves problemas mundiais, como a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, as tensões no Médio Oriente, as alterações climáticas, os desafios no domínio da saúde e a situação dos direitos humanos na China. A cimeira sublinhou a importância da colaboração e do respeito mútuo em assuntos internacionais.

Proseguiram as negociações com os Estados Unidos no que diz respeito ao acordo global sobre aço e alumínio sustentáveis, com o objetivo de dar resposta à sobrecapacidade nos mercados mundiais e tornar mais sustentável o comércio internacional de aço. Para apoiar estes esforços, os Estados Unidos e a União Europeia acordaram em prorrogar a suspensão tanto dos direitos aduaneiros instituídos pelos EUA sobre determinados volumes de aço e alumínio provenientes da UE como das medidas de reequilíbrio pautal da UE aplicáveis às mercadorias dos EUA, respetivamente até 31 de dezembro de 2025 e 31 de março de 2025. Iniciaram-se também as negociações com os Estados Unidos com vista a um acordo sobre os minerais críticos, ao abrigo do qual os veículos elétricos e respetivas partes

fabricados na União Europeia poderão beneficiar de determinados créditos fiscais nos termos da lei norte-americana relativa à redução da inflação.

A União Europeia e os Estados Unidos aprofundaram as suas relações em matéria comercial e digital no âmbito do Conselho de Comércio e Tecnologia UE-EUA, cuja quarta reunião ministerial decorreu em maio. Com base no êxito do conselho UE-EUA, a União Europeia e a Índia realizaram, em maio, a primeira reunião ministerial do Conselho de Comércio e Tecnologia UE-Índia, que fora criado em fevereiro. Na reunião, as duas partes acordaram em aprofundar a sua cooperação em três domínios fundamentais: tecnologia, energias limpas e comércio.

### Acordos de comércio da UE em 2023



(¹) Espaço Económico Europeu; países e territórios ultramarinos.

(²) Acordo de comércio livre; acordo de comércio livre abrangente e aprofundado; acordo de investimento; acordo de parceria e cooperação reforçado; acordo de parceria e cooperação com elementos preferenciais.

(³) Os acordos com a Tunísia e com a África Oriental e Austral estão presentemente a ser atualizados; os acordos atualizados com o Chile e com o México estão em vias de ratificação; o acordo de comércio livre abrangente e aprofundado com a Geórgia não é aplicável nas regiões da Abcásia e da Ossétia do Sul.

O Quadro de Windsor é um marco importante nas relações entre a UE e o Reino Unido. Proporciona soluções definitivas para os desafios de aplicação decorrentes do Protocolo relativo à Irlanda/Irlanda do Norte (uma parte integrante do Acordo de Saída); reafirma o pleno empenho da União Europeia e do Reino Unido no Acordo de Belfast/Sexta-Feira Santa; e facilita o comércio entre a Irlanda do Norte e a Grã-Bretanha e protege o mercado único da UE. Ambas as partes estão empenhadas na aplicação plena e atempada de todos os elementos do quadro.

Em 2023, progrediu-se igualmente quanto ao Acordo de Comércio e Cooperação, assegurando a colaboração nos setores do comércio, dos transportes, da energia e da segurança, bem como em domínios como a cibersegurança e os serviços financeiros. A União Europeia e o Reino Unido chegaram a um acordo sobre a participação deste último no Horizonte Europa, o programa de investigação e inovação da UE, e no Copernicus, o programa europeu de vanguarda mundial de observação da Terra.

Graças ao apoio da União Europeia ao processo de resolução da questão cipriota, as trocas comerciais na Linha Verde entre cipriotas turcos e gregos aumentaram para um valor recorde de 16 milhões

de EUR em 2023. Estas trocas comerciais estão a reforçar a confiança entre as duas comunidades e a ajudar a economia cipriota. A fim de contribuir ainda mais para este crescimento, foi lançado em outubro um balcão único financiado pela União Europeia, que presta aconselhamento aos operadores locais.

A UE lançou várias parcerias digitais para reforçar a sua colaboração com parceiros que partilham as mesmas ideias, incluindo o Canadá e países da região indo-pacífica, como Singapura e a Coreia do Sul, com o objetivo de aumentar a cooperação para fomentar um espaço digital seguro e protegido e uma transformação digital resiliente. A parceria estratégica entre a União Europeia e o Japão continuou a aprofundar-se, tendo ambas as partes assinado acordos para reforçar a cooperação no domínio das infraestruturas digitais, dos semicondutores e das cadeias de aprovisionamento de matérias-primas.

A União Europeia tem também por objetivo reforçar os seus laços com as principais comunidades científicas do mundo. A adesão da Nova Zelândia ao Horizonte Europa em 2023, o primeiro parceiro distante da UE neste projeto, assinalou uma nova era. A participação do Canadá vem alargar ainda mais esta aliança científica internacional.



↑

Margrethe Vestager, vice-presidente executiva da Comissão Europeia responsável por Uma Europa Preparada para a Era Digital e comissária europeia da Concorrência (segunda a partir da direita), e Valdis Dombrovskis, vice-presidente executivo da Comissão Europeia responsável por Uma Economia ao Serviço das Pessoas e comissário europeu do Comércio (terceiro a partir da direita), no Conselho do Comércio e Tecnologia UE-Índia. Bruxelas, Bélgica, 16 de maio de 2023.



# 9. Evolução no plano institucional e reforço da democracia

## Introdução

Em 2023, as instituições e os organismos da União Europeia colaboraram estreitamente para promover os interesses comuns da UE e obter resultados para os seus cidadãos. Prosseguiram os esforços com vista a melhorar o processo legislativo da União Europeia e reformar as administrações, por forma a prepará-las melhor para as oportunidades e os desafios de um mundo em mudança. Conseguir resultados mais positivos em benefício dos cidadãos melhorando a legislação da UE constitui um objetivo comum e uma responsabilidade de todas as instituições da UE e dos Estados-Membros. Para tal, é necessário dotar os cidadãos dos meios que lhes permitam participar ativamente no processo democrático.

↑

Da esquerda para a direita: Charles Michel, presidente do Conselho Europeu, Jessika Roswall, ministra sueca dos Assuntos Europeus, Shirin Ebadi, advogada e escritora iraniana, Roberta Metsola, presidente do Parlamento Europeu, Samantha Cristoforetti, astronauta italiana, e Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia, na celebração do Dia Internacional da Mulher pelo Parlamento Europeu. Estrasburgo, França, 15 de março de 2023.

## Trabalhar em conjunto

O quadro institucional da União Europeia é único e o seu sistema de tomada de decisões está em constante evolução. Em princípio, a Comissão Europeia propõe novas leis e o Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia, enquanto colegisladores, aprovam-nas. Em seguida, os Estados-Membros adotam-nas e a Comissão vela pela sua correta aplicação. O trabalho destas instituições é complementado por outras instituições e organismos. Em 2023, as instituições da União Europeia realizaram progressos em várias

iniciativas legislativas fundamentais e intensificaram esforços para tornar a UE mais transparente, mais responsável e mais eficaz. Tendo presente a comunicação da Comissão intitulada «Rumo a uma Europa mais resiliente, competitiva e sustentável», os dirigentes da UE reuniram-se em Granada, Espanha, em outubro, para iniciar um debate cujo objetivo passava por definir as orientações e prioridades políticas gerais da União Europeia para os próximos anos.

A Presidência do Conselho da União Europeia é exercida rotativamente pelos Estados-Membros por períodos de seis meses. Em 2023, a Presidência foi assegurada pela Suécia e, em seguida, por Espanha.



↑  
Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia, membros da delegação sueca e membros do Colégio da Comissão Europeia na reunião introdutória da Presidência Sueca do Conselho da União Europeia. Kiruna, Suécia, 12 de janeiro de 2023.



## Estado de evolução das iniciativas legislativas

Em 2023, os legisladores da UE realizaram progressos em várias iniciativas importantes.

No que se refere à solidariedade para com a Ucrânia e ao apoio militar (ver capítulo 1), o Parlamento e o Conselho chegaram a um acordo político sobre a ação de apoio à produção de munições, um plano que mobiliza 500 milhões de EUR para o fabrico de munições e mísseis. Chegaram também a acordo sobre novas medidas para reforçar urgentemente a capacidade de produção de munições da indústria de defesa da União Europeia (instrumento para reforçar a indústria europeia da defesa através da contratação conjunta — ver capítulo 8). Dada a continuação da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, o Conselho chegou ainda a acordo sobre o 11.º e o 12.º pacotes de medidas restritivas económicas e individuais (sanções).

Registaram-se também progressos no domínio do reforço da economia e da competitividade da União Europeia, tendo os legisladores chegado a acordo sobre propostas importantes, como o regulamento relativo às obrigações verdes europeias, o pacote bancário e o regulamento relativo à melhoria da liquidação de valores mobiliários e às Centrais de Valores Mobiliários, bem como o regulamento inovador relativo às matérias-primas críticas (ver capítulo 2). O Conselho chegou ainda a acordo quanto a uma posição comum relativamente à proposta de reforma das regras de governação económica da UE apresentada pela Comissão.

↑

Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia, e alguns membros do Colégio da Comissão Europeia na reunião introdutória da Presidência Espanhola do Conselho da União Europeia. Madrid, Espanha, 3 de julho de 2023.

No que diz respeito à agenda ecológica, o Parlamento e o Conselho adotaram atos legislativos fundamentais para cumprir as metas climáticas estabelecidas para 2030, que incluem novas disposições com vista a reduzir o consumo de energia final e a aumentar a parte das energias renováveis na matriz energética da União Europeia (ver capítulos 3 e 4).

No domínio da transição digital, o Parlamento e o Conselho adotaram nova legislação para fortalecer o setor europeu dos semicondutores (Regulamento dos Circuitos Integrados), o que reforçará a soberania tecnológica da União Europeia. Os legisladores adotaram ainda o regulamento relativo aos dados, que assegurará um acesso equitativo aos dados, e chegaram a um acordo político sobre o Regulamento Inteligência Artificial, que, no interesse de todos, promoverá a utilização segura da inteligência artificial na União Europeia (ver capítulo 5).

Na sequência de negociações, o Parlamento e o Conselho chegaram a um acordo político sobre o Novo Pacto em matéria de Migração e Asilo (ver capítulo 7) e sobre a transparência da propaganda política (ver a seguir). Registaram-se igualmente progressos no que respeita à diretiva relativa à melhoria das condições de trabalho dos trabalhadores das plataformas digitais (ver capítulo 6). Além disso, no que diz respeito ao espaço Schengen, o Conselho decidiu, por unanimidade, suprimir os controlos nas fronteiras internas aéreas e marítimas com a Bulgária e a Roménia (ver capítulo 7).

Por seu turno, o acordo político sobre a revisão específica do Regulamento Financeiro representa um passo significativo para proteger o orçamento da União Europeia (ver capítulo 2), reforçar a transparência, melhorar a gestão de crises e reduzir os encargos administrativos para os Estados-Membros.

## Garantir a aplicação da legislação da União Europeia

É necessário aplicar e fazer cumprir o direito da União Europeia de forma integral e correta, para que os cidadãos e as empresas possam usufruir de todas as suas vantagens. Para o efeito, a Comissão deu início a mais de 500 novos procedimentos de infração em 2023, quer porque os Estados-Membros não transpuseram atempadamente as diretivas da UE para o direito nacional, quer porque não aplicaram corretamente a legislação da UE ou porque a sua legislação nacional não estava em plena conformidade com o direito da UE.

Em contrapartida, ao longo do ano foi possível encerrar mais de mil procedimentos de infração, uma vez assegurado o cumprimento da legislação da União Europeia pelos Estados-Membros, que poderão assim tirar partido de vantagens concretas, como o reforço dos direitos no mercado único digital, a melhoria da eficiência energética, uma maior proteção do ambiente, melhores serviços financeiros e transportes mais seguros.

A Comissão prosseguiu também os seus esforços para evitar, desde logo, a ocorrência de infrações, por exemplo prestando apoio atempado aos Estados-Membros na aplicação do direito da UE, por meio de orientações práticas, reuniões, ações de formação e assistência técnica.

## Cooperação interinstitucional ativa

O Comité Económico e Social Europeu e o Comité das Regiões Europeu deram importantes contributos ao Parlamento, ao Conselho e à Comissão, e assumiram o compromisso claro de apoiar a Ucrânia. O Comité Económico e Social Europeu prosseguiu a sua iniciativa de nomear membros pelos países candidatos à adesão, o que procura assegurar a participação dos representantes da sociedade civil dos países candidatos à adesão à União Europeia no trabalho consultivo regular do Comité.

Por intermédio da sua [Aliança Europeia dos Municípios e Regiões para a Reconstrução da Ucrânia](#), o Comité das Regiões Europeu sublinhou a importância da descentralização e do reforço da autonomia local no processo de recuperação e reconstrução do país.

Os parlamentos nacionais da maior parte dos Estados-Membros prosseguiram a sua colaboração ativa com as instituições da UE, examinando as novas disposições legislativas propostas com o objetivo de garantir que estas respeitam o princípio da subsidiariedade. O princípio da subsidiariedade define as circunstâncias em que é legítimo que uma ação seja empreendida pela União Europeia e não pelos Estados-Membros. Neste contexto, foram raros os casos em que os parlamentos nacionais manifestaram reservas, tendo participado num diálogo político escrito e oral com a Comissão sobre um conjunto variado de temas e em reuniões interparlamentares organizadas pelo Parlamento Europeu.

As relações entre as outras instituições e o [Provedor de Justiça Europeu](#) mantiveram-se satisfatórias e muito construtivas. Os inquéritos do Provedor de Justiça continuam a incidir sobretudo na Comissão, enquanto instituição que tem as relações mais diretas com o público. Em 2023, a Comissão deu cumprimento a cerca de três quartos das propostas do Provedor de Justiça, tendo os casos de má administração sido muito raros.

Enquanto guardião das finanças da União Europeia, o Tribunal de Contas Europeu realizou uma série de auditorias financeiras e de resultados, inclusive em domínios como os fundos NextGenerationEU, destinados à recuperação pós-pandemia; a competitividade económica da UE; a resiliência às ameaças à segurança; o respeito pelos valores europeus; as alterações climáticas; e o combate à fraude. Enquanto principal entidade auditada pelo Tribunal, a Comissão aceitou a grande maioria das recomendações que lhe foram dirigidas, por forma a assegurar que os fundos da União Europeia são mobilizados e despendidos em conformidade com as regras aplicáveis e alcançam os resultados pretendidos.



## Boa governação

### Reforçar a confiança do público

A transparência, a integridade e a responsabilização são as características essenciais de uma democracia assente no Estado de direito. Promovem a boa governação e reforçam a confiança no processo de elaboração de políticas. São também instrumentos políticos extremamente importantes para prevenir a corrupção. Na sequência de alegações de corrupção e da subsequente detenção de um deputado ao Parlamento Europeu no final do ano anterior, em 2023 o Parlamento aplicou um conjunto de reformas destinado a reforçar a sua integridade, independência e responsabilização e evitar novas ingerências nos seus trabalhos.

No sentido de reforçar a confiança do público nas instituições da UE, a Comissão apresentou, em junho, uma proposta relativa a um organismo de ética interinstitucional, com o objetivo de estabelecer normas comuns para a conduta ética dos membros e um mecanismo formal de cooperação e intercâmbio sobre requisitos éticos. A Comissão convidou todas as instituições da UE (Parlamento, Conselho Europeu, Conselho, Tribunal de Justiça, Banco Central Europeu, Tribunal de Contas, Comité Económico e Social Europeu e Comité das Regiões Europeu) a encetarem negociações e organizou as primeiras reuniões políticas e técnicas com vista a um eventual acordo.

Em junho, o Banco Central Europeu formalizou os seus mecanismos de prestação de contas com o Parlamento. O diálogo entre o Banco Central e o Parlamento assume uma importância fundamental

neste contexto: permite que o Banco explique em pormenor as suas ações e políticas aos representantes que os cidadãos da UE elegeram, e que ouça as suas preocupações. Assim, os cidadãos e os seus representantes podem avaliar o desempenho do Banco em relação ao seu objetivo principal, ou seja, a manutenção da estabilidade dos preços.

### Legislar melhor

O Programa Legislar Melhor da Comissão está na base do seu trabalho para garantir a competitividade e a resiliência da União Europeia com recurso a uma regulamentação mais inteligente, eficiente e eficaz. Assenta num quadro já comprovado, reconhecido pela Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico.

Em 2023, a Comissão comprometeu-se a reduzir gradualmente, à razão de 25 %, os encargos associados aos requisitos de comunicação de informações. No seu programa de trabalho, apresentou 41 iniciativas e estabeleceu como prioridade a simplificação dos requisitos de comunicação de informações que impõem encargos desproporcionados às empresas ou às administrações. Pretende-se reduzir os encargos administrativos sem pôr em causa as normas sociais, ambientais e económicas, ou quaisquer outras, entre as quais a proteção dos consumidores. O processo terá por base 200 contributos recebidos de empresas, organismos do setor público, sociedade civil e cidadãos, no quadro de um convite à apreciação.



← Christine Lagarde, presidente do Banco Central Europeu (à esquerda), e Roberta Metsola, presidente do Parlamento Europeu (à direita), assinando os acordos de prestação de contas. Bruxelas, Bélgica, 5 de junho de 2023.

## Racionalizar e simplificar os requisitos de comunicação de informações

### Como?



### Exemplos

Proposta	Objetivo	Poupanças/vantagens previstas
Revisão do Código Aduaneiro da União	Criar uma interface única da UE e facilitar a reutilização de dados	2 mil milhões de EUR
Revisão da diretiva relativa ao transporte combinado	Simplificar os procedimentos (por exemplo, utilizar plataformas digitais de dados de transporte para comprovar a elegibilidade)	430 milhões de EUR
Ajustamento dos limiares da diretiva contabilística	Reduzir os requisitos de comunicação de informações	Prevê-se que beneficie mais de um milhão de empresas
Sistemas alternativos de resolução de litígios	Suprimir algumas obrigações de divulgação e substituir a plataforma em linha	Cerca de 630 milhões de EUR



A Comissão continuou igualmente a aplicar o princípio «entra um, sai um», que garante que quaisquer encargos recentemente introduzidos sejam compensados pela eliminação de encargos equivalentes no mesmo domínio de intervenção. Esta abordagem complementa o programa da Comissão para a adequação e a eficácia da regulamentação, por meio do qual a Comissão envida esforços sistemáticos para identificar e eliminar a burocracia e os custos desnecessários sempre que a legislação da UE é revista e avaliada.

↑

Maroš Šefčovič, vice-presidente executivo da Comissão Europeia responsável pelo Pacto Ecológico Europeu, Relações Interinstitucionais e Prospetiva, na oitava sessão plenária da Plataforma «Prontos para o Futuro». Este grupo de peritos de alto nível ajuda a Comissão a simplificar a legislação da UE e a reduzir os custos desnecessários. Bruxelas, Bélgica, 28 de novembro de 2023.

## Reforçar a cooperação administrativa

A eficiência das administrações públicas nacionais é fundamental para concretizar as políticas nacionais e da União Europeia, pôr em prática as reformas em prol dos cidadãos e das empresas, e canalizar o investimento para a consecução das transições ecológica e digital e para uma maior competitividade. Com o fito de reforçar o espaço administrativo europeu, a iniciativa ComPAcT propõe uma nova série de princípios para ajudar os Estados-Membros a colmatar os défices de competências e cumprir o objetivo de, até 2030, tornar acessíveis em linha todos os serviços públicos essenciais. Desta forma, as economias e sociedades da União Europeia poderão cumprir as ambiciosas metas para 2030 em matéria de energia e de clima e as administrações públicas da UE tornar-se-ão menos burocráticas, mais rápidas na prestação de serviços, mais transparentes e mais próximas dos cidadãos. A este respeito, o acordo de novembro sobre o Regulamento Europa Interoperável constituiu um marco importante rumo à consecução dos objetivos digitais da UE para 2030 (ver capítulo 3). Uma vez adotado, o regulamento fará avançar o intercâmbio de informações no setor público da União Europeia e acelerará a transformação digital do setor.

## Prospetiva estratégica

Com vista a preparar as suas políticas para o futuro num contexto mundial cada vez mais complexo, a União Europeia tem vindo a integrar progressivamente a prospetiva na sua elaboração de políticas. Examinam-se eventuais cenários, tendências, riscos e questões emergentes, obtendo assim informações úteis para o planeamento

estratégico e a elaboração de políticas, em consonância com o conjunto de instrumentos para legislar melhor. Em última análise, a prospetiva estratégica ajudará a União Europeia a antever e responder melhor a exigências futuras, ou a adversidades inesperadas e crises complexas, como as que vimos nos últimos anos.

O relatório de prospetiva estratégica de 2023 analisou os desafios sociais e económicos que se levantam à consecução da sustentabilidade e à manutenção do bem-estar dos cidadãos. Explicou também de que forma a gestão eficaz desses desafios pode auxiliar a União Europeia a reforçar o seu papel de liderança mundial. O relatório sugere 120 domínios de ação concretos e apresenta os primeiros resultados do projeto-piloto relativo à abordagem «para além do PIB», que visa apoiar o desenvolvimento de indicadores de progresso que tenham mais em conta os aspetos ambientais e sociais.

Durante o ano, a Comissão continuou também a desenvolver a sua cooperação com os Estados-Membros através da rede de prospetiva à escala da UE, criada em 2021, que tem contribuído para aumentar o interesse e o investimento na prospetiva estratégica no contexto nacional. A rede promove também debates mais alargados à escala da União Europeia, tais como os trabalhos sobre o relatório UE Resiliente 2030 que decorreram durante a Presidência espanhola do Conselho e a declaração adotada no Conselho Europeu de Granada.

O sistema de análise da estratégia e da política europeias reúne nove instituições e organismos da União Europeia para antever futuros riscos e oportunidades. Em 2023, a cooperação centrou-se na elaboração do novo relatório sobre as tendências mundiais, que deverá ser publicado no início de 2024.

## Dez domínios de ação para alcançar a sustentabilidade



## Reforçar a democracia

### Preservar o Estado de direito

Com a continuação da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, é vital proteger e defender proativamente a democracia, os direitos humanos e o Estado de direito na União Europeia e no resto do mundo. O [relatório de 2023 sobre o Estado de direito](#) dá um importante contributo neste sentido, ao mostrar que 65 % das recomendações relativas ao Estado de direito dirigidas aos Estados-Membros em 2022 foram plena ou parcialmente executadas. Reflete também os esforços assinaláveis que os Estados-Membros têm vindo a envidar para

empreender as reformas necessárias ao reforço do Estado de direito em quatro domínios fundamentais: o sistema de justiça, o quadro de luta contra a corrupção, a liberdade e o pluralismo dos meios de comunicação social. Atendendo aos resultados positivos nos Estados-Membros, a Comissão [anunciou](#), em 2023, que iria abrir o relatório sobre o Estado de direito aos países em fase de adesão cujos processos estejam mais avançados, de molde a apoiá-los nos seus esforços de reforma.

## Ingerência estrangeira nos processos democráticos

**81** %



das pessoas na UE são de opinião de que a ingerência estrangeira é um problema grave que deve ser resolvido.

**81** %



das pessoas na UE consideram que as entidades que representam governos estrangeiros no território da UE devem ser registadas para evitar interferências dissimuladas.

## O papel da sociedade civil na promoção e proteção da democracia

**87** %



das pessoas na UE consideram que a sociedade civil desempenha um papel importante na proteção da democracia e na promoção do debate democrático.

## Democracia e eleições

**78** %



das pessoas na UE receiam que as decisões de voto se possam basear na desinformação.

**72** %



das pessoas na UE temem que as eleições na UE possam ser manipuladas por meio de ciberataques.

**70** %



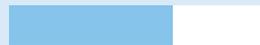
das pessoas na UE preocupam-se com o facto de países estrangeiros poderem influenciar as eleições de forma dissimulada.

**65** %



das pessoas na UE receiam ser pressionadas a votar num determinado sentido.

**63** %

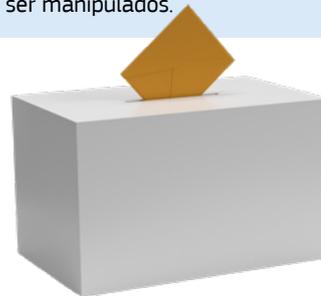


das pessoas na UE receiam que os resultados das eleições possam ser manipulados.

**53** %



das pessoas na UE temem que pessoas sem direito de voto possam votar.



Fonte: Flash Eurobarómetro n.º 528, dezembro de 2023.

## Defender a democracia

Numa democracia saudável e próspera, os cidadãos podem exprimir livremente as suas opiniões, escolher os seus líderes políticos e ter uma palavra a dizer sobre o seu futuro. A democracia na União Europeia é robusta, mas enfrenta desafios como o aumento do extremismo, a ingerência nas eleições, a difusão de informações manipuladoras e as ameaças a jornalistas.

O pacote para a defesa da democracia, adotado em dezembro, tem por objetivo dar resposta a desafios como a ingerência estrangeira e reforçar a resiliência interna, incentivando a participação cívica e a participação democrática. Articula-se em torno de uma proposta destinada a reforçar a transparência e a responsabilização democrática, expondo a ingerência estrangeira dissimulada. As medidas contribuirão igualmente para melhorar o funcionamento do mercado interno por meio de normas comuns aplicáveis a atividades de representação de interesses realizadas em nome

de países terceiros. O pacote inclui ainda duas recomendações: uma sobre o reforço dos processos eleitorais na União Europeia e outra relativa à promoção da participação inclusiva dos cidadãos e das organizações da sociedade civil nos processos de elaboração de políticas.

Chegou-se também a um acordo político sobre as novas regras relativas à transparência da propaganda política, ao abrigo das quais os anúncios políticos têm de ser claramente identificados como tal e indicar, entre outras informações, quem os pagou e qual o montante pago, a que eleições, referendo ou processo regulamentar estão ligados, e se são propaganda política dirigida.

A promoção de eleições livres e justas, a garantia do Estado de direito e a salvaguarda da liberdade dos meios de comunicação social são fundamentais para criar um espaço em que todos os cidadãos se sintam livres e capazes.



### Eleições europeias

A [Rede Europeia de Cooperação para as Eleições](#) promove intercâmbios práticos e concretos sobre vários temas pertinentes, entre os quais a cibersegurança, para assegurar eleições livres e justas. A rede continuará a apoiar a cooperação entre as autoridades dos Estados-Membros no período que antecede as eleições europeias de 2024.



**VÍDEO:** Mensagem de Roberta Metsola, presidente do Parlamento Europeu, sobre as eleições europeias de 6 a 9 de junho de 2024.



## Liberdade dos meios de comunicação social

Em 2023, chegou-se a um acordo político sobre o [regulamento relativo à liberdade dos meios de comunicação social](#), um novo conjunto de regras para proteger melhor os jornalistas e os meios de comunicação social contra ingerências políticas e garantir que estes órgãos podem funcionar mais facilmente além-fronteiras. O regulamento prevê um novo comité europeu independente dos serviços de comunicação social, composto por entidades ou organismos reguladores nacionais dos meios de comunicação social, com o objetivo de reforçar a cooperação na esfera da União Europeia, inclusive contra a propaganda estrangeira, e contribuir para a aplicação das novas regras.

Chegou-se também a acordo sobre as [novas regras](#) destinadas a proteger os jornalistas, os defensores

de direitos, as organizações da sociedade civil e outras pessoas que são alvo de ações judiciais estratégicas contra a participação pública. As novas regras abrangem o indeferimento liminar de ações infundadas, as medidas corretivas contra processos judiciais abusivos e a proteção contra sentenças estrangeiras que não serão reconhecidas nem executadas na UE.

O projeto [Free Media Hub EAST](#), dirigido pelo Centro da Sociedade Civil de Praga e apoiado pela Comissão, concedeu mais de 2,2 milhões de EUR em subvenções em 2023 para proporcionar apoio aos meios de comunicação social independentes russos e bielorrussos existentes e consolidados que operam na União Europeia (sobretudo na Chéquia, na Alemanha, na Letónia, na Lituânia e na Polónia).



Uma manifestante protesta segurando uma faixa com a fotografia de Mahsa Amini, uma mulher de 22 anos que foi detida pela polícia moral iraniana e perdeu a vida por violar a lei do uso obrigatório do véu no Irão. Milão, Itália, 16 de setembro de 2023.

A União Europeia recorda a luta e continua a honrar todos os que deram a vida pela liberdade. Jina Mahsa Amini e o Movimento «Mulher, Vida, Liberdade» receberam do Parlamento Europeu o [prémio Sakharov para a Liberdade de Pensamento de 2023](#).

## Capacitar os cidadãos

A União Europeia está empenhada em ouvir com mais atenção as opiniões dos cidadãos e das partes interessadas. A abertura dos processos de elaboração de políticas ao público é outra forma de ajudar a UE a tornar-se mais transparente, responsável e eficaz.

Nos últimos anos, a Comissão reforçou ainda mais as suas atividades de consulta através do portal [Dê a sua opinião](#), a página que centraliza todas as reações e observações dos cidadãos e das partes interessadas. É possível formular observações sobre convites à apreciação, propostas adotadas e projetos de atos legislativos. Para chegar a um público mais alargado, a Comissão aumentou o número de consultas públicas traduzidas em todas as línguas oficiais da União Europeia — de 59 % em 2019 para 83 % em 2023.

### Painéis de cidadãos

Entre dezembro de 2022 e abril de 2023, a Comissão organizou a primeira série da nova

geração de [painéis de cidadãos](#), integrando este novo formato de participação dos cidadãos no processo de elaboração de políticas. Com base na experiência adquirida na Conferência sobre o Futuro da Europa e em resposta aos apelos lançados no decurso desta, os painéis reúnem 150 cidadãos selecionados aleatoriamente para deliberar e formular recomendações antes das propostas da Comissão.

Os painéis debateram as iniciativas relacionadas com o desperdício alimentar, os mundos virtuais e a mobilidade para fins de aprendizagem. As recomendações foram compiladas em relatórios dos cidadãos, que contribuíram para a elaboração das propostas finais da Comissão e foram publicados concomitantemente. As iniciativas da Comissão foram apresentadas, respetivamente, em 5 de julho (desperdício alimentar), 11 de julho (mundos virtuais) e 15 de novembro (mobilidade para fins de aprendizagem). Os novos painéis de cidadãos contribuem para um processo de consulta alargado, por meio do qual a Comissão recolhe dados dos cidadãos e das partes interessadas.



↑

Dubravka Šuica, vice-presidente da Comissão Europeia responsável pela Democracia e Demografia, no Painel de Cidadãos Europeus sobre os Mundos Virtuais. Bruxelas, Bélgica, 11 de julho de 2023.

## Iniciativas de cidadania europeia

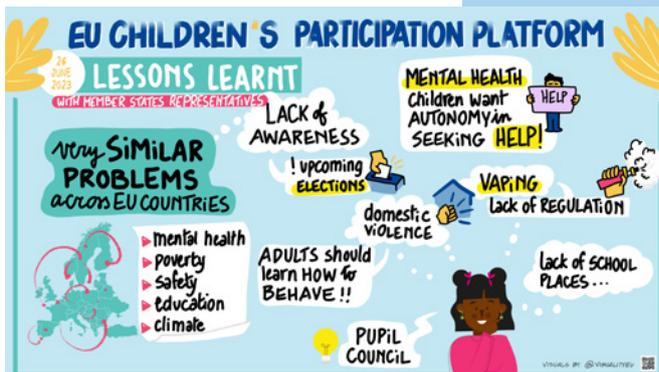
Em abril, a Comissão registou a centésima [iniciativa de cidadania europeia](#) desde que estas foram introduzidas, em 2012. Durante o ano, a Comissão registou 37 novas iniciativas que instam à ação da União Europeia em vários domínios, como o tratamento digno dos migrantes, o bem-estar dos animais, as redes ferroviárias, a fiscalidade, a preservação da cultura ucraniana e a educação para a cidadania da UE.

A Comissão respondeu igualmente a quatro iniciativas bem-sucedidas em 2023, que apelam à redução do uso de pesticidas, ao fim do comércio de barbatanas de tubarão soltas, ao fim dos ensaios em animais e à proibição da produção e comercialização de peles. Até à data, 10 iniciativas recolheram mais de um milhão de declarações de apoio desde 2012.

O [relatório de 2023](#) sobre as novas regras da iniciativa de cidadania europeia, que entraram em vigor em 2020, mostra que estas proporcionam um quadro mais acessível, menos oneroso e mais fácil de utilizar por organizadores e apoiantes. Apresenta ainda sugestões práticas sobre como aumentar a sensibilização geral e informar os cidadãos quanto ao seu direito de utilizar a iniciativa de cidadania, e ainda sobre como dar um seguimento mais visível às iniciativas bem-sucedidas.

## Reforçar os direitos dos cidadãos

A cidadania da União é uma das conquistas mais significativas da União Europeia. Para assinalar o 30.º aniversário da cidadania da União, a Comissão propôs [medidas](#) para reforçar os direitos de cidadania, acompanhadas de orientações dirigidas aos cidadãos que fornecem as informações mais essenciais sobre os seus direitos. O [relatório de 2023 sobre a cidadania da União](#) destaca os progressos realizados na promoção dos direitos de cidadania, dos valores comuns e da participação democrática na União Europeia desde a publicação do último relatório sobre a cidadania, em 2020.



Ensinaamentos retirados da primeira assembleia geral da plataforma europeia para a participação das crianças.

A primeira assembleia geral da plataforma europeia para a participação das crianças, copresidida por crianças e adolescentes da União Europeia e concebida em conjunto com eles, realizou-se em Bruxelas, em junho. Cerca de 60 crianças reuniram-se para debater os temas — democracia, alterações climáticas, saúde mental, segurança e pobreza — que orientarão o trabalho da plataforma nos próximos três anos.

## Capacitar as crianças e os jovens

Quase 20 % dos cidadãos da União Europeia são crianças, que têm o direito de expressar a sua opinião sobre as questões que lhes dizem respeito. Em 2023, a [plataforma europeia para a participação das crianças](#) criou ainda mais oportunidades para os menores de 18 anos se envolverem no processo de tomada de decisões. Perto de 50 organizações que trabalham diretamente com crianças em toda a União Europeia tornaram-se membros da plataforma desde a sua criação, em outubro de 2022.

O [Ano Europeu da Juventude](#) de 2022 pôs os jovens no topo da agenda política a todos os níveis e contribuiu para integrar a perspetiva da juventude em vários domínios políticos. O Ano Europeu da Juventude desencadeou uma mobilização e participação em larga escala e deu a conhecer aos milhões de jovens que participaram em 13 000 atividades em 67 países, através de uma série de programas e iniciativas políticas da União Europeia, as oportunidades que esta proporciona. Foram lançados novos formatos para a participação dos

jovens, tais como a [plataforma Vozes da Juventude](#) e a iniciativa [Youth Talks](#), os [diálogos sobre políticas](#) e o [agrupamento de jovens jornalistas europeus](#). As campanhas nas redes sociais realizadas entre fevereiro de 2022 e maio de 2023 foram vistas 210 milhões de vezes, geraram 10 milhões de interações em linha e chegaram a 91,4 milhões de pessoas.

Para poderem ser cidadãos ativos, os jovens têm de perceber como funciona a democracia e quais os seus próprios direitos e responsabilidades. O [conjunto de ferramentas didáticas](#) intitulado «A Democracia em Ação na UE», publicado em maio, apresenta aos jovens a iniciativa de cidadania europeia, incentivando-os a desempenhar um papel ativo no domínio dos assuntos europeus.

## Contactar a UE

### Pessoalmente

Em toda a União Europeia, há centenas de centros Europe Direct. Pode encontrar o endereço do centro mais próximo em linha ([european-union.europa.eu/contact-eu/meet-us\\_pt](http://european-union.europa.eu/contact-eu/meet-us_pt)).

### Por telefone ou por escrito

Europe Direct é um serviço que responde a perguntas sobre a União Europeia. Pode contactar este serviço:

- pelo telefone gratuito 00 800 6 7 8 9 10 11 (alguns operadores podem cobrar estas chamadas),
- pelo telefone fixo +32 22999696,
- através do seguinte formulário: [european-union.europa.eu/contact-eu/write-us\\_pt](http://european-union.europa.eu/contact-eu/write-us_pt)

## Encontrar informações sobre a UE

### Em linha

Estão disponíveis informações sobre a União Europeia em todas as línguas oficiais no sítio Europa ([european-union.europa.eu](http://european-union.europa.eu)).

### Publicações da União Europeia

As publicações da União Europeia podem ser consultadas ou encomendadas em [op.europa.eu/pt/web/general-publications/publications](http://op.europa.eu/pt/web/general-publications/publications). Pode obter exemplares múltiplos de publicações gratuitas contactando o seu centro local Europe Direct ou de documentação ([european-union.europa.eu/contact-eu/meet-us\\_pt](http://european-union.europa.eu/contact-eu/meet-us_pt)).

### Legislação da União Europeia e documentos conexos

Para ter acesso à informação jurídica da União Europeia, incluindo toda a legislação da União Europeia desde 1951 em todas as versões linguísticas oficiais, visite o sítio EUR-Lex ([eur-lex.europa.eu](http://eur-lex.europa.eu)).

### Dados abertos da União Europeia

O portal [data.europa.eu](http://data.europa.eu) dá acesso a conjuntos de dados abertos das instituições, organismos e agências da União Europeia. Os dados podem ser descarregados e reutilizados gratuitamente, para fins tanto comerciais como não comerciais. Este portal também disponibiliza uma série de conjuntos de dados dos países europeus.

